



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO DESENVOLVIMENTO DA AMAZÔNIA
SUSTENTÁVEL

NALIMILSON GOMES PINHEIRO

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)**

MACAPÁ
2023

NALIMILSON GOMES PINHEIRO

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Linha de Pesquisa: Meio Ambiente e Planejamento

Orientador: Prof. Dr. José Francisco Carvalho
Ferreira

Coorientador: Prof. Dr. Josimar Freitas da Silva

MACAPÁ
2023

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
Biblioteca Central/UNIFAP-Macapá-AP
Elaborado por Mário das Graças Carvalho Lima Júnior – CRB-2 / 1451

P654 Pinheiro, Nalimilson Gomes.

Os objetivos de desenvolvimento sustentável (ods) e a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) / Nalimilson Gomes Pinheiro. - Macapá, 2023.

1 recurso eletrônico. 163 folhas.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Amapá, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento da Amazônia Sustentável, Macapá, 2023.

Orientador: José Francisco Carvalho Ferreira.

Coorientador: Josimar Freitas da Silva.

Modo de acesso: World Wide Web.

Formato de arquivo: Portable Document Format (PDF).

1. Universidade. 2. Desenvolvimento Sustentável. 3. Agenda 2030. I. Ferreira, José Francisco Carvalho, orientador. II. Universidade Federal do Amapá. III. Título.

CDD 23. ed. – 338.9098116

NALIMILSON GOMES PINHEIRO

**OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (ODS) E A
UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ (UNIFAP)**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação Desenvolvimento da Amazônia Sustentável da Universidade Federal do Amapá, como requisito parcial para a obtenção do Título de Mestre em Desenvolvimento Regional.

Aprovado em: ____ / _____ / 2023

Banca Examinadora:

SIGNp/ Signed



Prof. Dr. José Francisco Carvalho Ferreira
Orientador – MDR

Documento assinado digitalmente

gov.br

JOSIMAR DA SILVA FREITAS

Data: 04/05/2023 15:26:22-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Josimar Freitas da Silva
Coorientador – IEPA

Documento assinado digitalmente

gov.br

MARCO ANTONIO AUGUSTO CHAGAS

Data: 08/05/2023 09:37:47-0300

Verifique em <https://validar.it.gov.br>

Prof. Dr. Marco Antonio Augusto Chagas
Examinador Titular Interno / MDR



Prof. Dr. Daguiete M/C. Brito
SIAPE 2206642

Prof. Dra. Daguiete Maria Chaves Brito
Examinador Titular Externo / PPGeo/UNIFAP

Resultado: _____

Às pessoas mais importantes na minha vida,
Minha mãe, Maria do Socorro, meu pai, Nali,
Minha vó, meus irmãos e
Léo.

AGRADECIMENTOS

A empreitada de realizar um Mestrado requer coragem, esforço e dedicação. Durante os últimos dois anos, muitas pessoas colaboraram de formas distintas para tornar esta jornada possível, por isto expresso aqui minha gratidão e reconhecimento por todo o apoio que recebi. Em primeiro lugar, agradeço a Deus o dom da vida e a oportunidade de acessar um Programa de Pós-Graduação. Obrigado por toda a força, saúde e bênçãos, e por ter me guiado e cuidado de mim em todos os momentos.

Também agradeço aos meus pais, Nali e Maria, o seu apoio incondicional e intercessão em meu favor. Suas orações, compreensão e amor foram fundamentais para que eu pudesse perseverar. Agradeço ainda às orações da minha amada avó Benvinda, que sempre me envolveu em sua benção.

Aos meus irmãos e irmãs, obrigado pelo apoio e incentivo. Ao meu companheiro Leonardo, agradeço a compreensão e paciência. Minha família, meu eterno agradecimento pelo amor incondicional e por todo o apoio que recebi.

Minha gratidão especial à minha prima querida e amada, Anne Caroline, que tive a oportunidade de reencontrar e fortalecer os laços dos tempos de criança. Com quem dividi momentos de aflições, desespero, mas também com quem compartilhei muitas gargalhadas e momentos de descontração. Obrigada mana, de coração. Quero te dizer que foste fundamental para que este sonho pudesse se tornar realidade.

Também quero expressar minha gratidão à minha amiga Carina Almeida, por quem tenho profunda admiração e que me inspirou a enfrentar o desafio do mestrado. Agradeço à minha amiga e colega de turma, Patrícia Quaresma, com quem compartilhei muitas experiências e que me ajudou muito ao longo do caminho.

Por fim, quero externar meus sinceros agradecimentos ao meu orientador, Prof. Dr. José Francisco, e meu coorientador, Prof. Dr. Josimar Freitas, a parceria, confiança e apoio ao longo destes anos.

“A tarefa não é tanto ver aquilo que ninguém viu, mas pensar o que ninguém ainda pensou sobre aquilo que todo mundo vê.”
Arthur Schopenhauer

RESUMO

Este estudo analisa a integração dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 nas práticas acadêmicas da UNIFAP entre 2005 e 2021. O estudo tem como objetivo confrontar as práticas acadêmicas da UNIFAP no período de 2005 a 2021 com os ODS da Agenda 2030, visando analisar em que medida a instituição contribui para a implementação destes objetivos no contexto local e identificar possíveis impasses que afetam sua capacidade de implementação. Utilizou-se uma abordagem descritiva e exploratória, empregando técnicas bibliográficas e documentais para coletar e classificar as ações relacionadas aos ODS. A lista de palavras-chave elaborada pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) foi utilizada para classificar as ações. Os resultados mostram que a UNIFAP é um aparelho estratégico na promoção dos ODS, concentrando seus esforços nos desafios apresentados pelos ODS 8, 4, 16 e 3, seguidos pelos ODS 9, 11, 15 e 10. Por outro lado, os ODS 17, 14, 12, 2, 5, 13, 6, 7 e 1 recebem menor atenção. É importante ressaltar que as partes do sistema acadêmico da UNIFAP têm contato com os ODS de formas distintas, revelando a desarticulação entre suas funções e a ruptura da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa, extensão e gestão. Além disto, observou-se que a UNIFAP passou por um processo de crescimento exponencial em termos quantitativos e qualitativos desde 2008. No entanto, nos últimos sete anos, com a intensificação do desinvestimento público, sua capacidade de atuação foi limitada. No ano de 2021, a produção da UNIFAP em projetos de pesquisa, extensão e ações de capacitação correspondeu ao quantitativo produzido nos anos de 2013 e 2014.

Palavras-chave: Universidade. Desenvolvimento Sustentável. Agenda 2030. Objetivos de Desenvolvimento Sustentável.

ABSTRACT

This study analyzes the integration of the Sustainable Development Goals (SDGs) of the 2030 Agenda into UNIFAP's academic practices between 2005 and 2021. The study aims to compare the academic practices of UNIFAP in the period from 2005 to 2021 with the SDGs of the 2030 Agenda, aiming to analyze to what extent the institution contributes to the implementation of these objectives in the local context and identify possible impediments that affect its implementation capacity. We used a descriptive and exploratory approach, employing bibliographic and documentary techniques to collect and classify the actions related to the SDGs. The list of keywords prepared by the Institute of Applied Economic Research (IPEA) in collaboration with the National Council of Justice (CNJ) was used to classify the actions. The results show that UNIFAP is a strategic apparatus in the promotion of the SDGs, focusing its efforts on the challenges presented by SDGs 8, 4, 16 and 3, followed by SDGs 9, 11, 15 and 10. On the other hand, SDGs 17, 14, 12, 2, 5, 13, 6, 7 and 1 receive less attention. It is important to emphasize that the parts of UNIFAP's academic system have contact with the SDGs in different ways, revealing the disarticulation between their functions and the rupture of the inseparability between teaching, research, extension and management. In addition, it was observed that UNIFAP has undergone a process of exponential growth in quantitative and qualitative terms since 2008. However, in the last seven years, with the intensification of public disinvestment, its capacity to act has been limited. In 2021, UNIFAP's production in research, extension and training actions corresponded to the quantity produced in 2013 and 2014.

Keywords: University. Sustainable development. Agenda 2030. Sustainable Development Goals.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – 10 Universidades mais sustentáveis do mundo	37
Quadro 2 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável.....	45
Quadro 3 – Classificação dos ODS por elemento e dimensão	48
Quadro 4 – Alternativas para o alcance de alunos no processo de ensino-aprendizagem voltados aos ODS.....	60
Quadro 5 - Coleta de dados para cada eixo da pesquisa.....	76
Quadro 6 – Delimitação da amostragem do eixo ensino	77
Quadro 7 – Organização dos dados para o Eixo de ensino – Grupo 1	79
Quadro 8 – Organização dos dados para o Eixo ensino - Grupo 2.....	79
Quadro 9 – Organização dos dados do eixo extensão	80
Quadro 10 – Organização dos dados do Eixo Pesquisa - Grupo 1	81
Quadro 11 – Organização dos dados do Eixo Pesquisa - Grupo 2	81
Quadro 12 – Organização dos dados do Eixo Gestão – Grupo 1	82
Quadro 13 – Organização dos dados do Eixo Gestão – Grupo 2	82
Quadro 14 – Dados quantitativos por eixo	86

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Representação infográfica dos Objetivos do Milênio	38
Figura 2 – Os 5 Ps da sustentabilidade	41
Figura 3 – Representação Iconográfica de 3 ODS Relevantes para o Desenvolvimento Sustentável.....	47
Figura 4 – Classificação dos ODS por áreas	49
Figura 5 – O papel das universidades no cumprimento dos ODS	52
Figura 6 – Visão geral do processo passo a passo para aprofundar e expandir a implementação de ODS	53
Figura 7 – Resumo das contribuições-chave de universidades	54
Figura 8 – 4 ODS de prevalência central de acordo com o impacto das universidades.....	55
Figura 9 – Diagrama de prática geral do Ensino Superior	57
Figura 10 – Modelagem de sustentabilidade do Ensino Superior como um sistema totalmente integrado.....	58
Figura 11 – Mapa da distribuição espacial da infraestrutura da UNIFAP.....	73
Figura 11 – Mapa da distribuição espacial da infraestrutura da UNIFAP Erro! Indicador não definido.	
Figura 12 – Estrutura organizacional da UNIFAP	74
Figura 13 – Infográfico do percurso de coleta de dados.....	83
Figura 14 – Prevalência dos ODS Eixo Ensino - Grupo 1	89
Figura 15 – Menor ocorrência dos ODS no Eixo Ensino - Grupo 1	91
Figura 16 – Prevalência dos ODS no Eixo Ensino - Grupo 2	94
Figura 17 – Menor ocorrência dos ODS no Eixo Ensino - Grupo 2	94
Figura 18 – Ocorrência geral de ODS no Eixo Ensino.....	95
Figura 19 – Prevalência dos ODS no Eixo Extensão	100
Figura 20 – Menor ocorrência dos ODS no Eixo Extensão	100
Figura 21 – Análise global do Eixo Extensão	101
Figura 22 – Maior ocorrência dos ODS no Eixo Pesquisa - Grupo 1	106
Figura 23 – ODS sem ocorrência (a) e menor ocorrência de ODS (b) no Eixo Pesquisa - Grupo 1	107
Figura 24 – Maior ocorrência dos ODS no eixo pesquisa - Grupo 1	110
Figura 25 – Menor ocorrência dos ODS no eixo pesquisa - Grupo 2	110
Figura 26 – Análise global do Eixo Pesquisa	111
Figura 27 – Maior ocorrência dos ODS no eixo gestão	115
Figura 28 – Sem ocorrência de ODS (a); menor ocorrência de ODS (b) no Eixo Gestão	115
Figura 29 – Maior ocorrência dos ODS Eixo Gestão - Grupo 2	118
Figura 30 – ODS sem ocorrência (a); ODS com menor ocorrência para o Eixo Gestão - Grupo 2	119
Figura 31 – Análise global do Eixo Gestão.....	120
Figura 32 – Diagrama do quantitativo de ações diagnosticadas por eixo	121
Figura 33 – Prevalência dos ODS por eixo	123
Figura 34 – Quatro eixos da pesquisa e ocorrência dos ODS	124
Figura 35 – Panorama geral UNIFAP	125
Figura 36 – Análise SWOT	126

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Componentes Curriculares dos Cursos de Graduação/UNIFAP	88
Gráfico 2 – Classificação dos Componentes Curriculares dos Cursos de Graduação/UNIFAP por ODS.....	89
Gráfico 3 – Total de Trabalhos de Conclusão de Curso analisados	92
Gráfico 4 – Classificação dos Trabalhos de Conclusão de Curso por ODS.....	93
Gráfico 5 – Número de projetos de extensão/UNIFAP registrados (2005-2021)	97
Gráfico 6 – Projetos de Extensão por Unidade Acadêmica/UNIFAP (2005-2021).....	98
Gráfico 7 – Projetos de Extensão por ODS/UNIFAP (2005-2021)	99
Gráfico 8 – Número de Projetos de Pesquisa Registrados/UNIFAP (2005-2021).....	103
Gráfico 9 – Projetos de Pesquisa por Unidade Acadêmica/UNIFAP (2005-2021).....	104
Gráfico 10 – Projetos de Pesquisa por ODS/UNIFAP (2005-2021)	105
Gráfico 11 – Teses e Dissertações por Programas de Pós-Graduação/UNIFAP (2005-2021)	108
Gráfico 12 – Teses e Dissertações por ODS (2005-2021).....	109
Gráfico 13 – Ações de Capacitação realizadas pela UNIFAP 2005-2021	113
Gráfico 14 – Classificação das ações de Capacitação realizadas pela UNIFAP 2005-2021..	114
Gráfico 15 – Resoluções Aprovadas pelo CONSU/UNIFAP 2005-2021	116
Gráfico 16 – Classificação das Resoluções Aprovadas pelo CONSU/UNIFAP 2005-2021 por ODS	117
Gráfico 17 – Total de ações por eixo x ODS (2005-2021).....	122

LISTA DE SIGLAS

AASHE	Association for the Advancement of Sustainability n Higher Education
ACTS	Australasian Campuses Towards Sustainability
CBIN	Campus Binacional Oiapoque
CC	Componentes Curriculares
CMAZ	Campus Mazagão
CMZ	Campus Marco Zero
CNC	Conselho Nacional de Educação
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CNODS	Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável
CONDIR	Conselho Diretor
CONSU	Conselho Universitário
CSANT	Campus Santana
DCBS	Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde
DCET	Ciências Exatas e Tecnológicas
DCP	Divisão de Currículos e Programas
DED	Departamento de Educação
DEDS	Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável
DEPLA	Departamento de Letras e Artes
DFCH	Departamento de Filosofia e Ciências Humanas
DMAD	Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento
DPQ	Departamento de Pesquisa
DPQ	Departamento de Pós-Graduação
DS	Desenvolvimento Sustentável
EA	Educação Ambiental
EDS	Educação para o Desenvolvimento Sustentável
EODS	Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
EUAC	Environmental Association for Universities and Colleges
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LIODS	Laboratório de Inovação, Inteligência e ODS
NEM	Núcleo Avançado de Ensino

ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
ODS	Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
ONU	Organização das Nações Unidas
ONU-HABITAT	Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos
PARFOR	Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica
PDP	Plano de Desenvolvimento de Pessoas
PNDP	Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas
PNPS	Política Nacional de Participação Social
PPC	Projeto Pedagógico de Curso
PPGBIO	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade Tropical
PPGBIONORTE	Programa de Pós-Graduação em Biodiversidade e Biotecnologia da Amazônia Legal
PPGCA	Programa de Pós-Graduação em Ciências Ambientais
PPGCF	Programa de Pós-Graduação em Ciências Farmacêuticas
PPGCS	Programa de Pós-Graduação em Ciências da Saúde
PPGED	Programa de Pós-Graduação em Educação
PPGEF	Programa de Pós-Graduação em Estudos de Fronteiras
PPGGEO	Programa de Pós-Graduação em Geografia
PPGH	Programa de Pós-Graduação em História
PPGIF	Programa de Pós-Graduação em Inovação Farmacêutica
PPGLET	Programa de Pós-Graduação em Letras
PPGMDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PPGMDR	Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional
PPGPI	Programa de Pós-Graduação em Propriedade Intelectual
PRIME	Princípios de Gestão Responsável em Educação
PROEAC	Pró-Reitoria de Extensão e Ações Comunitárias
PROFMAT	Mestrado Profissional em Matemática
PROPESPG	Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação
REUNI	Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
SDSN	Sustainable Development Solutions Network
SIGAA	Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso

TPU	Tabelas Processuais Unificadas Permitiu
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFT	Universidade Federal do Tocantins
UNB	Universidade de Brasília
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
UNESP	Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”
UNIFAP	Universidade Federal do Amapá

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	18
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	22
2.1 A INSUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS GLOBAIS	22
2.1.1 Desenvolvimento Sustentável	24
2.2 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDS) E A DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DEDS (2005-2014)	29
2.2.1 Reflexões sobre o papel da educação superior	33
2.3 TRANSFORMANDO NOSSO FUTURO COMUM: A AGENDA 2030 DOS ODM AOS ODS	37
2.3.1 a participação do Brasil na construção da Agenda 2030	42
2.3.2 Os 17 ODS da Agenda 2030	44
2.4 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA AGENDA 2030	50
2.4.1 As funções da universidade alinhadas aos ODS da Agenda 2030	56
2.4.2 Ensino	58
2.4.3 Extensão	61
2.4.4 Pesquisa	63
2.4.5 Gestão	64
2.5 OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA	65
3 MATERIAL E MÉTODOS	72
3.1 SUJEITO DA PESQUISA	72
3.2 DELINEAMENTO DO ESTUDO	74
3.3 PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS	75
3.3.1 Eixo Ensino	77
3.3.2 Eixo Extensão	80
3.3.3 Eixo Pesquisa	80
3.3.4 Eixo Gestão	82
3.4 ANÁLISE DOS DADOS	84
4 RESULTADOS E DISCUSSÃO	86
4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030	86
4.1.1 Eixo Ensino – Grupo 1 – Componentes Curriculares (CC) dos cursos de graduação presenciais da UNIFAP	87
4.1.2 Eixo Ensino – Grupo 2 – Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) defendidos no período de 2005-2021	91
4.1.3 Eixo Extensão - Projetos de Extensão registrados no período de 2005-2021	96
4.1.4 Eixo Pesquisa – Projetos De Pesquisa Registrados no Período de 2005-2021	102

4.1.5 Eixo Pesquisa – Teses e dissertações aprovadas no período de 2005-2021 -----	107
4.1.6 Eixo Gestão – Grupo 1 – ações de capacitação realizadas no período de 2005-2021 -----	112
4.1.7 Eixo Gestão – Grupo 2 – resoluções aprovadas no período de 2005-2021 -----	116
4.2 PANORAMA SITUACIONAL DA UNIFAP COM OS DADOS GLOBAIS DE 2005 A 2021 -----	121
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS -----	128
APÊNDICES-----	142
ANEXOS -----	152

1 INTRODUÇÃO

Diante da crise socioambiental atual, impulsionada pelo modelo hegemônico do desenvolvimento capitalista neoliberal e suas transformações aceleradas nos últimos dois séculos, é necessário discutir a questão do Desenvolvimento Sustentável (DS). Embora o modelo antagônico seja promovido como um meio de alcançar o bem-estar global, esta ideia equivocada de progresso consiste numa via de mão única em direção à destruição do meio ambiente e ao agravamento da desigualdade social.

Apesar dos avanços na ciência e tecnologia, a humanidade ainda convive com diversos problemas graves, tais como pobreza extrema, fome, emergência climática, pandemias emergentes, genocídio, desigualdades sociais, guerras civis crônicas, crises humanitárias, destruição da biosfera e erosão das democracias. Estes problemas representam desafios a serem superados por meio de alternativas que substituam o modelo de desenvolvimento controverso. O enfrentamento dos desafios globais não se trata apenas de uma questão científica ou política, mas também de um desafio moral, ético e espiritual (GORE, 2006) que exige ação urgente. Qualquer alternativa ao desenvolvimento que se afirme a partir do “mundo-que-aí-está” (GONÇALVES, 2019) deve incorporar outras dimensões além da econômica, como a social, ecológica, espacial e cultural. A opção mais sustentável e benéfica não está em escolher entre desenvolvimento e meio ambiente, mas sim em optar por formas de desenvolvimento que sejam sensíveis ao meio ambiente (SACHS, 2007).

A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável é um dos acordos globais mais abrangentes da história recente, surgida após mais de 50 anos de discussões sobre estratégias alternativas ao modelo hegemônico. Ela representa a declaração mundial vigente para alcançar o desenvolvimento sustentável. Com o lema “não deixar ninguém para trás”, a Agenda 2030 é composta por 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, que visam abordar os desafios mais urgentes da atualidade (ONU, 2015). A implementação da Agenda 2030 exigirá profundas transformações na sociedade, na economia, na relação do homem com a biosfera, e esforços significativos dos governos e diversos setores para evitar o ceticismo da sociedade, que já afeta alguns protagonistas estratégicos, incluindo parte da comunidade científica (MARTINE; ALVES, 2015). Portanto, é fundamental que os Agentes atuem de forma ampliada e articulada em níveis diversos, com participação colaborativa, inter e transdisciplinar para avançar na realização da Agenda.

A implementação efetiva da Agenda 2030 requer uma abordagem territorial envolvendo governos locais, municípios e comunidades, especialmente em áreas onde os impactos da

insustentabilidade são mais intensos (BORGES; BAZZOLI; SERPA, 2021). A territorialização da Agenda permite a adaptação das metas de acordo com as características e realidades de cada região. Neste sentido, as universidades desempenham um papel crucial na liderança dos esforços em direção ao desenvolvimento sustentável e à implementação dos ODS em nível regional e local, uma vez que estão intimamente ligadas às suas comunidades locais e são responsáveis pela educação, inovação e cultura. A implementação da Agenda 2030 pelas universidades não só representa uma oportunidade de resgate do seu papel humanista e transformador, mas também um importante mecanismo para subsidiar novas discussões sobre o desenvolvimento sustentável. É fundamental que as universidades assumam esta missão, porque caso contrário, quem o fará? Ao longo das últimas décadas, as universidades vêm se esforçando para aplicar a Agenda 2030 em seus sistemas acadêmicos e ampliar as discussões sobre como podem contribuir para o alcance destes objetivos de forma abrangente.

Vale destacar que já existem exemplos bem-sucedidos de implementação dos ODS em Universidades no Brasil. Um destes exemplos é a Universidade Federal do Tocantins (UFT) que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), tem capilarizado a Agenda 2030 em suas atividades de ensino, pesquisa e extensão. Este esforço foi reconhecido pelo Programa das Nações Unidas para os Assentamentos Humanos (ONU-HABITAT), o que demonstra o impacto positivo que a universidade tem gerado no território. De fato, as experiências e relatos do programa indicam progressos significativos na institucionalização da Agenda 2030 e no cumprimento dos ODS.

A universidade pode se tornar um motor de inovação e desenvolvimento sustentável ao alinhar-se aos ODS, mas isto exige que haja um alinhamento estratégico entre as metas institucionais e os ODS. Essa integração requer a reorientação dos sistemas acadêmicos, com a promoção de uma abordagem sistêmica que integre os processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão, e que atue de forma coordenada e coesa em todas as áreas de atuação da instituição. É importante ressaltar que essa mudança de paradigma exige uma reflexão crítica sobre a estrutura tradicional das universidades, de forma a capacitá-las para responder de forma eficaz às demandas atuais da sociedade em termos de sustentabilidade, que organize os projetos e programas a partir dos problemas que a Agenda 2030 busca resolver, para gerar resultados mais positivos. Os resultados otimizados do ensino, pesquisa, extensão e gestão universitária estão diretamente ligados à reorientação destes processos, a partir dos problemas reais enfrentados pela sociedade amapaense. Isto se alinha com a ideia de Darcy Ribeiro (2015) de que a universidade deve pensar o Brasil como problema, como forma de contribuir para o desenvolvimento sustentável. Ao adotar esta perspectiva, a pesquisa ganha relevância científica

e importância estratégica, possibilitando novas discussões sobre a implementação da Agenda 2030 nos contextos regionais e locais, especialmente na Região Amazônica.

Este estudo tem como diferencial a compreensão de que o conceito de DS não se limita à dimensão ambiental, o que é um equívoco comum em outros estudos realizados sobre universidades, incluindo a Universidade Federal do Amapá (UNIFAP). Além disto, uma das originalidades deste trabalho é sua ampla análise, que considera a conexão entre as partes do sistema universitário como um elemento crítico para alcançar mudanças transformadoras.

Os desafios enfrentados pela universidade em relação à sua missão e às políticas públicas que a afetam têm sido um obstáculo para a promoção efetiva dos ODS. Isto se deve ao fato de que a maioria dos processos educacionais ainda está voltada para desenvolver uma força de trabalho qualificada para atender aos interesses da economia globalizada, deixando de lado a preocupação em melhorar o bem-estar das pessoas e do planeta. Por outro lado, a universidade tem sofrido com a mercantilização de seus processos de ensino, pesquisa, extensão, gestão e a falta de financiamento, o que fragiliza sua atuação em direção aos interesses da sociedade (BRUNNER, 2006; FERREIRA, 2021; GOERGEN *et al.*, 2019; JANUZZI, 2018; SANTOS, 2008; SGUISSARDI, 2016).

A UNIFAP possui uma posição privilegiada na Região Amazônica para promover ações em prol do cumprimento da Agenda 2030. Sua proposta de educação indissociável entre ensino, pesquisa e extensão deve fomentar a formação de cidadãos capacitados e engajados em solucionar problemas reais enfrentados pela sociedade amapaense. Desta forma, torna-se um aparelho estratégico, porque pode direcionar seu sistema acadêmico para a absorção dos ODS, de forma a atender aos anseios da sociedade por mudanças e melhorias na qualidade de vida dos cidadãos. Diante disto, é fundamental que a UNIFAP assuma um papel de liderança e contribua ativamente para o alcance dos ODS da Agenda 2030. Isto implica na adoção de medidas concretas para a implementação destes objetivos em suas atividades, bem como na articulação com outros atores sociais para ampliar seu alcance e impacto na região. Ademais, a universidade deve buscar formas de enfrentar os desafios que afetam sua atuação, tais como a mercantilização do ensino, a fragilização de políticas públicas e suas crises, de forma a garantir sua capacidade de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Para responder à questão-problema sobre a contribuição da UNIFAP para a implementação dos ODS da Agenda 2030 no contexto local, é preciso avaliar o conjunto de processos e ações já realizados pela universidade. Isto permitirá evidenciar seus esforços e realizações, além de identificar possíveis fragilidades e deficiências na condução destes

processos. Esta avaliação também fomentará a discussão acerca de alternativas para fortalecer o papel da universidade e enfrentar os desafios e problemas regionais mais urgentes que possam estar desassistidos da ação universitária. Neste sentido, é importante oportunizar o debate acerca da institucionalização da Agenda 2030 e acelerar o alcance dos ODS, bem como buscar formas de inflexão ou reposicionamento frente aos desafios que afetam a capacidade de implementação das ações. Esta reflexão permitirá que a UNIFAP fortaleça seu papel de liderança na promoção do desenvolvimento sustentável da Região Amazônica, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa, equitativa e sustentável.

Este estudo tem como objetivo confrontar as práticas acadêmicas da UNIFAP no período de 2005 a 2021 com os ODS da Agenda 2030, visando analisar em que medida a instituição contribui para a implementação destes objetivos no contexto local e identificar possíveis impasses que afetam sua capacidade de implementação. Para alcançar este objetivo geral foram estabelecidos objetivos específicos que envolvem a análise das atividades registradas no ensino, pesquisa, extensão e gestão da UNIFAP em relação aos 17 ODS da Agenda 2030, a avaliação dos processos e articulações do sistema acadêmico da universidade com a Agenda 2030 e a verificação se os aspectos orçamentários afetam a capacidade de implementação dos ODS.

Este estudo é organizado em cinco capítulos: o primeiro apresenta a introdução e a problematização; o segundo capítulo apresenta a fundamentação teórica, que inclui a discussão sobre a insustentabilidade, desafios globais, educação voltada para o desenvolvimento sustentável, Agenda 2030 e seus ODS, bem como as funções da universidade alinhadas aos ODS; o terceiro capítulo aborda os materiais e métodos utilizados, incluindo o sujeito de pesquisa, delineamento do estudo, procedimentos específicos e análise dos dados; o quarto capítulo apresenta os resultados e discussões da pesquisa; e, por fim, o quinto capítulo apresenta as considerações finais da pesquisa.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A INSUSTENTABILIDADE E OS DESAFIOS GLOBAIS

A evolução da Terra ao longo de 4,5 bilhões de anos foi moldada pelas forças geológicas. Durante os últimos 200 mil anos, a espécie humana surgiu, evoluiu e desenvolveu a sociedade atual (ARTAXO, 2014). A agricultura e a revolução industrial foram importantes fatores no explosivo crescimento populacional que, de acordo com a ONU (2022), atingirá 9 bilhões de habitantes em 2037. Este rápido crescimento populacional tem exercido pressões prejudiciais na biosfera, afetando as condições de vida na Terra e ameaçando nosso futuro comum e desenvolvimento (BOFF, 2017; VEIGA, 2005). Este modelo de progresso tem sido construído em detrimento da natureza, colocando em risco a sobrevivência.

Com o crescimento populacional mundial em ritmo rápido e associado ao pico da taxa de consumo de recursos naturais e ao processo acelerado de urbanização, principalmente em países em desenvolvimento, há uma preocupação crescente em relação aos impactos ambientais resultantes. Segundo Ehrlich (1971), o rápido crescimento populacional pode levar a um colapso dos sistemas sociais e ecológicos que sustentam a humanidade. Além disto, a perda de florestas e as mudanças climáticas estão contribuindo para modificações ambientais de ordem global, como o aceleração do efeito estufa, a redução da camada de ozônio e a perda significativa de biodiversidade (PHILIPPI JÚNIOR; MALHEIROS, 2005). Como resultado, a preocupação com a sustentabilidade e a conservação dos recursos naturais tornou-se uma questão crítica para garantir um futuro habitável para as gerações presentes e futuras. Ao longo dos últimos dois séculos, as atividades socioeconômicas tiveram um crescimento significativo, comparável às forças geofísicas que moldam a Terra, segundo Artaxo (2014). Esta expansão resultou em uma "disfuncionalidade" global conhecida como Antropoceno, período em que a humanidade afeta e influencia os componentes críticos do sistema terrestre (WALS, 2015). Como consequência, o maior desafio do século XXI é o ataque ao meio ambiente, decorrente da lógica atual de produção e dos seus vetores tecnológicos que sustentam a ideia de um progresso global infinito em um planeta finito (ARTAXO, 2014; BOFF, 2017; DUPAS, 2007).

Devido à dominância das atividades humanas na saúde e bem-estar da Terra e seus habitantes, os fatores limitantes para o crescimento econômico estão agora relacionados ao capital natural e social, segundo a visão de Cortese (2003). No entanto, o (des)envolvimento, que causa desarranjos regionais (KRENAK, 2020) desencadeou uma crise ecológica e social,

apresentando inúmeros desafios para a humanidade, como a pobreza extrema, a fome, a emergência climática, as ameaças globais à saúde e desastres naturais, pandemias emergentes, genocídio, desigualdades sociais, guerras civis, crises humanitárias, conflitos crescentes, destruição da biosfera, esgotamento dos recursos naturais e erosão das democracias (GORE, 2006; GONÇALVES, 2019; ONU, 2015; WALS, 2015). Conforme percebido, a abordagem desenvolvimentista adotada pela sociedade é controversa e leva a uma única direção: a exaustão dos recursos naturais e o aprofundamento das diferenças sociais (GADOTTI, 2008, p.29). Estes desafios são agravados pelo fato de que os modelos de desenvolvimento dominantes ainda são vistos como a única forma de alcançar o bem-estar social, que por sua vez é possível apenas através da sociedade de consumo. Entretanto, esta noção de progresso é insustentável e inalcançável para os países periféricos, levando à exclusão, concentração de renda, subdesenvolvimento e graves danos ambientais, além de violações aos direitos humanos fundamentais (DUPAS, 2007; LOUREIRO, 2012).

Os últimos 200 anos mostraram a urgência de repensar a relação da humanidade com a Terra, o modelo de consumo e produção e o projeto de civilização dominante (BOFF, 2017; GONÇALVES, 2017; VEIGA, 2019). Não se trata mais apenas de uma ameaça às futuras gerações, mas sim de efeitos colaterais sentidos atualmente como resultado de um padrão de desenvolvimento predatório e anacrônico. Apesar disto, existe uma crença excessiva de que a ciência e a tecnologia serão capazes de solucionar estes problemas. Embora tenham apresentado melhorias significativas, estas áreas também tiveram efeitos colaterais negativos. Mas, é importante estar atento aos riscos do avanço tecnológico, já que muitas vezes as soluções são adaptadas para lidar com tecnologias desadaptadas. É fundamental reconhecer que nem sempre as novas tecnologias são acompanhadas por uma nova sabedoria na maneira de usá-las e que várias vezes são usadas para servir aos interesses e hábitos antigos. Portanto, é necessário perceber que este avanço também esteve subordinado ao processo de evolução do modelo de humanidade hegemônico e que novas tecnologias podem ampliar ou mudar a forma de fazer as coisas sem, necessariamente, apresentar consequências menos desastrosas (GORE, 2006; SACHS, 2009).

A confusão proposital sobre as consequências do modelo predatório de desenvolvimento é uma estratégia para barrar o consenso de ações que contrariem interesses econômicos. Isto gera dúvidas e controvérsias. Diante disto, é urgente transpassar as atuais concepções de desenvolvimento e progresso e criar uma nova disciplina que reúna instituições e pessoas para pensar em cenários evolutivos que levem a um mundo quase sustentável no século XXI (GORE, 2006; VEIGA, 2005).

A necessidade de acelerar medidas que garantam a melhoria da qualidade de vida para todos e um mundo mais justo e equitativo, com a manutenção das condições saudáveis da biosfera, é uma urgência que demanda esforços coordenados de todos os setores governamentais, empresariais e institucionais para reverter o quadro atual (GORE, 2006). Para isto, é necessário incorporar outras dimensões além da econômica, como a social, ecológica, espacial e cultural (GONÇALVES, 2019; SACHS, 2007). O Desenvolvimento Sustentável surge como uma proposta global de responsabilização e compromisso com as sociedades atuais e futuras, resultado de mais de 50 anos de discussões em torno de alternativas e mecanismos para promoção de um modelo de desenvolvimento alternativo ao hegemônico.

2.1.1 Desenvolvimento Sustentável

Ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento tem sido associado a uma variedade de interesses, desde a sua defesa como sinônimo de crescimento econômico até a sua caracterização como quimera ou mito, ou ainda como uma questão de liberdade (SEN, 2010; VEIGA, 2005). Como resultado, são realizados muitos esforços para substituir os termos e concepções que envolvem os modelos de progresso e desenvolvimento adotados pelas forças neoliberais dominantes e reproduzidos pela sociedade como um modelo inquestionável de melhoria.

De acordo com Furtado (2004), o desenvolvimento não deve ser concebido como um processo de acumulação e aumento da produtividade macroeconômica, mas sim como um caminho para alcançar formas sociais mais propícias a estimular a criatividade humana e atender às aspirações da coletividade. Isto sugere que o desenvolvimento deve ser visto como um meio para alcançar objetivos sociais mais amplos, em vez de simplesmente como um fim em si mesmo. A partir desta perspectiva, a crescente preocupação com as questões sociais, econômicas e ambientais exige que se crie uma consciência sobre suas causas e possíveis soluções. Este processo passa por uma educação que vai desde a formulação de novas visões de mundo e imaginários coletivos até a formação de novas habilidades técnicas e profissionais. Em outras palavras, é necessário repensar os valores que orientam o comportamento humano e elaborar novas teorias sobre as relações ambientais de produção e reprodução social, a fim de construir novas formas de desenvolvimento (LEFF, 2001).

Diante da constatação de que o modelo de desenvolvimento hegemônico é insustentável, o conceito holístico de Desenvolvimento Sustentável (DS) aponta para caminhos

alternativos e respostas às questões sociais, ambientais e econômicas. O maior desafio é mudar a rota em direção à sustentabilidade por meio de uma nova forma de globalização, uma "alterglobalização" (GADOTTI, 2008, p. 67). Barbieri (2020) defende que o DS, sem interesses neoliberais, engloba economia, justiça social e gestão ambiental. Para promovê-lo, é necessária uma abordagem holística e transversal, conforme sugerido pelo SDSN (2020).

A partir da segunda metade do século XX, as discussões sobre DS passaram a incluir diversas áreas, como sociologia, ciência política, biologia, educação, gestão pública e empresarial, deixando de se basear exclusivamente na economia. A Organização das Nações Unidas (ONU) e suas agências tiveram uma contribuição significativa na inserção de novas pautas nestes debates. No ano de 1971, a ONU promoveu a Founex, evento que buscou discutir a relação entre desenvolvimento e meio ambiente. Já em 1972 ocorreu a Primeira Conferência Mundial sobre o Homem e o Meio Ambiente, realizada em Estocolmo, Suécia. Neste mesmo período, o relatório "Os Limites do Crescimento", elaborado pelo Clube de Roma, gerou discussões sobre as consequências do modelo predatório de desenvolvimento, impulsionando a ONU a propor um evento para debater as possibilidades e os limites entre desenvolvimento e meio ambiente (CAMARGO, 2016; FERREIRA, 2021; SACHS, 2009).

Até então, os efeitos do 'progresso' eram observados principalmente em nível local e os problemas associados eram enfrentados por meio de ações corretivas, reativas ou punitivas. Entretanto, à medida que o tempo passou, estes problemas se tornaram cada vez mais generalizados, afetando regiões e nações inteiras. Consequentemente, houve um aumento na preocupação com a implementação de iniciativas corretivas e repressivas destinadas a prevenir a poluição e a melhorar os sistemas produtivos. Apesar disto, foi somente após a Segunda Guerra Mundial que surgiu uma crescente preocupação com estas questões em uma perspectiva global (BARBIERI, 2020).

Na segunda metade do século XX, com a chegada da "onda de conscientização ambiental", surgiram novos conceitos como a sustentabilidade e o desenvolvimento sustentável. Estes conceitos representam uma mudança de paradigma no processo civilizatório humano, que passou a reconhecer a importância de considerar as consequências ambientais, sociais e econômicas das atividades humanas (LEFF, 2001; SACHS, 2009).

A noção de DS foi sistematizada por Ignacy Sachs e pela Comissão Brundtland, que projetaram o termo e o conteúdo da nova estratégia oficial de desenvolvimento. A expressão 'desenvolvimento sustentável' foi publicamente empregada pela primeira vez em 1979, no Simpósio das Nações Unidas sobre as Inter-relações entre Recursos, Ambiente e Desenvolvimento. As conferências das Nações Unidas sobre o meio ambiente e

desenvolvimento foram determinantes para o processo de legitimação do DS. Na primeira conferência, os países pobres defendiam suas necessidades de desenvolvimento, enquanto os países ricos priorizavam a manutenção de seus níveis de crescimento econômico e padrões de consumo. Em 1984 foi criada a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento (CMMAD), que avaliou os avanços dos processos de degradação ambiental e a eficácia das políticas ambientais para enfrentá-los (BARBIERI, 2020; CAMARGO, 2016; LEFF, 2001; LIMA, 2003; VEIGA, 2005; 2019). O relatório "Nosso Futuro Comum" apresentou o conceito de DS, conforme segue:

O desenvolvimento sustentável procura atender às necessidades e aspirações do presente sem comprometer a possibilidade de atendê-las no futuro. Longe de querer que cesse o crescimento econômico, reconhece que os problemas ligados à pobreza e ao subdesenvolvimento só podem ser resolvidos se houver uma nova era de crescimento no qual os países desenvolvidos desempenhem um papel importante e colham grandes benefícios (BRUNDTLAND, 1991, p. 44).

O Relatório Brundtland, embora tenha sido um marco no reconhecimento dos limites do modo de vida humano incompatível com os princípios ecológicos, apresenta ambiguidades. Conforme apontado por Freitas (2004, p. 549), o relatório mantém a crença no crescimento econômico como forma de satisfazer as necessidades humanas, o que representa um equívoco para Ignacy Sachs. Para Sachs (2004; 2009), o DS deve obedecer a critérios de sustentabilidade nas dimensões social, cultural, ecológica, ambiental, territorial, econômica e política, tanto em nível nacional quanto internacional (FERREIRA, 2021). Apesar de sua importância, o conceito ainda é objeto de contestação na esfera normativa e científica. Isto se deve, em grande parte, às diferentes interpretações e significados associados ao seu uso. Embora haja um consenso sobre a rápida degradação do planeta Terra e da humanidade, as ações não têm sido suficientes para promover mudanças efetivas que afastem a humanidade das tragédias sociais e ambientais (ALMEIDA, 2007; FERREIRA, 2021). A nova utopia do terceiro milênio tem sido um tema controverso, e a necessidade de uma mudança efetiva de paradigma tem sido cada vez mais urgente. O conceito também está relacionado à capacidade humana de sustentar, mas surgem questões cruciais sobre o que sustentar, por que e como. Estas questões não são facilmente respondidas, especialmente considerando a rápida mudança do mundo e a obsolescência do conhecimento, bem como a mudança dos valores, interesses e poderes que os impulsionam (WALS, 2015, p. 30). Além do que, estes conceitos evoluíram e se adaptaram a diversos contextos, mas frequentemente são revestidos de interesses neoliberais que favorecem a manutenção de modelos insustentáveis de consumo e produção (BOFF, 2017).

Dado que o tema do desenvolvimento sustentável adquiriu diferentes acepções e conotações, é fundamental entendê-lo de forma crítica para buscar uma vida melhor neste planeta, de forma justa, saudável, equilibrada e produtiva, em benefício de todos (FERREIRA; TOSTES, 2015; GADOTTI, 2008, p. 17). No entanto, há controvérsias, ambiguidades, complexidades e polêmicas em torno do real significado e conceito do DS, o que levou à sua banalização e diluição. O termo tornou-se um modismo e não foi claramente definido ou criticamente analisado (BOFF, 2017; VEIGA 2019). É importante ressaltar que, mesmo após muitos debates, ainda não há um consenso sobre o DS. Em outras palavras, ele continua sendo a grande utopia contemporânea em termos retóricos (VEIGA, 2005).

Deve-se, portanto, buscar uma abordagem mais crítica e propositiva em relação a estes desafios globais. É necessário reconhecer as limitações do modelo hegemônico e buscar alternativas viáveis, sem cair em polarizações que possam desmobilizar os esforços necessários. A sociedade civil, a opinião pública e as referências teóricas podem contribuir para este processo, mas é preciso avançar além das discussões teóricas e buscar soluções práticas para os problemas enfrentados pela humanidade.

Enquanto se discutem novas alternativas que possam substituir o atual modelo hegemônico, é preciso reconhecer que há um consenso sobre o rápido declínio do planeta Terra e da humanidade. Apesar das inúmeras referências teóricas, encontros e acordos internacionais, bem como a mobilização da sociedade civil e da opinião pública, os esforços empregados parecem ainda incipientes diante dos desafios globais enfrentados. Um exemplo claro é o problema da crise climática, para o qual a humanidade já dispõe de conhecimento científico e tecnológico suficiente para resolver nos próximos 50 anos, conforme apontado por Gore (2006). Porém, pouco tem sido feito para enfrentar esta questão de forma efetiva.

Os desafios planetários enfrentados atualmente envolvem soluções que podem ser desfavoráveis para grupos que lucram com atividades que geram problemas. Isto implica em mudanças na forma de vida das pessoas, o que pode afetar os interesses de certos grupos hegemônicos (FERREIRA; TOSTES, 2015). Esta realidade explica o motivo pelo qual, mesmo após mais de três décadas do surgimento do DS, as ações em busca de mudanças efetivas ainda se mostram insuficientes para afastar a humanidade das tragédias sociais e ambientais (ALMEIDA, 2007; FERREIRA, 2021).

O atual contexto de desafios enfrentados, em grande parte, decorre da reflexividade, exigindo limites na relação entre sociedades e natureza. Estes limites devem ser construídos através do diálogo entre diferentes modalidades de produção de conhecimento. Neste sentido,

é importante ressaltar que a busca por meios de reverter o estado atual de crise e construir um mundo mais justo em um ambiente saudável são os objetivos do DS (BARBIERI, 2020).

A era da procrastinação e das medidas paliativas já não é mais uma opção viável, dando lugar à era das consequências. Os efeitos negativos da reflexividade são sentidos com maior frequência e intensidade (GORE, 2006), o que exige ação rápida e efetiva para reverter, ou pelo menos retardar o declínio da biosfera e da humanidade.

Diante da multiplicidade de possibilidades para enfrentar os desafios contemporâneos, é evidente que qualquer alternativa que se proponha a solucioná-los deve incluir outras dimensões além da econômica (GONÇALVES, 2019). Neste contexto, é imprescindível mobilizar esforços e iniciativas das instituições e da sociedade como um todo para empreender estratégias, engajar todos e apresentar respostas efetivas aos desafios do Desenvolvimento Sustentável. É crucial estimular a cooperação global e envolver as áreas e os organismos com maior capacidade nas mudanças necessárias. Além de ser importante contar com a liderança dos agentes estratégicos (ALMEIDA, 2007; FERREIRA, 2021; FERREIRA; TOSTES, 2015).

Portanto, quais são os setores que possuem a capacidade e a experiência necessárias para promover medidas capazes de responder positivamente aos desafios globais? Qual é o *locus* adequado e as características essenciais dos agentes que liderarão as mudanças necessárias para reverter as crises ecológica e social atuais?

Acredita-se que a educação é fundamental para o desenvolvimento das sociedades e que as maiores transformações sociais, políticas, tecnológicas ou culturais ocorrem quando ela é priorizada (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020; FERREIRA, 2021). Nesta direção, as universidades têm um papel crucial para ajudar a sociedade a enfrentar os desafios globais, mas é importante questionar qual tem sido o seu papel neste contexto e como a educação superior pode responder a estes desafios.

Para responder a estas questões, é preciso discutir o papel da educação na promoção do DS e quais esforços têm sido realizados internacionalmente para que ela seja de fato um instrumento de mobilização e configuração de uma sociedade mais justa e sustentável. É preciso entender como as universidades podem incorporar estes esforços em seus processos para contribuírem efetivamente com a transformação necessária.

2.2 EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL (EDS) E A DÉCADA DAS NAÇÕES UNIDAS DA EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL - DEDS (2005-2014)

Para alcançar o DS é necessário realizar mudanças significativas no modelo de civilização hegemônica atual. É fundamental que ocorra uma transformação na mentalidade humana, porque isto possibilitará a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. Para isto, será imprescindível adquirir novos conhecimentos, habilidades, valores e atitudes, que permitam a promoção de uma alternativa ao modelo de desenvolvimento insustentável. Para alcançar uma nova visão é necessário transformar a educação em todos os níveis num esforço de longo prazo (CORTESE, 2003; FERREIRA, 2021), visto que somente a educação é capaz de modificar o comportamento das pessoas, devendo ser prioridade nas agendas governamentais (GARLET et al., 2019). Assim, a educação constitui elemento crucial para o desenvolvimento sustentável (FERREIRA; TOSTES, 2015), uma vez que contribui para o despertar cultural, para a conscientização e compreensão dos direitos humanos e porque promove a inclusão (SACHS, 2004). No entanto, esta conexão significativa com as questões complexas relacionadas ao DS é um desafio, especialmente em um momento em que os sistemas de ensino estão cada vez mais orientados para a formação de capital humano a serviço dos interesses econômicos (WALS, 2015).

Não é suficiente que as pessoas tenham consciência dos desafios atuais relacionados ao desenvolvimento sustentável, porque isso por si só não produz a capacidade necessária para resolvê-los. Na verdade, aumentar a conscientização sem desenvolver a capacidade das pessoas pode levar à impotência, apatia e retraimento, o que pode acabar causando mais mal do que bem.

É neste contexto que surge a proposta da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS) em nível internacional, como resposta aos desafios mais urgentes que o mundo enfrenta, como a pobreza, o consumo desordenado, a degradação ambiental, a decadência urbana, o crescimento da população, as desigualdades de gênero e raça, os conflitos e a violação dos direitos humanos (FERREIRA, 2021; UNESCO, 2005). A EDS, portanto, se apresenta como uma solução promissora para capacitar as pessoas a lidarem com estes desafios.

Mas, o conceito EDS apresenta uma noção ambígua e vaga de desenvolvimento, o que limita o seu potencial de transcender esta perspectiva. Somente uma abordagem crítica da EDS pode levar a avanços significativos em direção a mudanças positivas, conforme indicado por Gadotti (2008).

Embora a EDS seja uma visão positiva do futuro da humanidade, que promove o respeito à comunidade da vida e ao planeta, mudar apenas o comportamento das pessoas não é suficiente. É preciso ter iniciativas políticas para quebrar o ciclo de reprodução de valores insustentáveis que caracteriza a racionalidade instrumental que permeia o sistema formal de educação em geral. Desta forma, é importante destacar que a introdução de uma cultura orientada para o DS nos sistemas educacionais requer uma reeducação do sistema, que faz parte do problema e não apenas da solução, como aponta Gadotti (2008, p. 38).

Para garantir uma resposta positiva à crise ecológica e social, Wals (2015) argumenta que é mais importante fornecer subsídios práticos e eficazes do que apenas conscientizar as pessoas sobre os problemas sociais, econômicos e ambientais. A educação pode não só possibilitar a compreensão desses desafios, mas também dotar as pessoas das competências e da mentalidade para abordá-los de maneira significativa e adequada.

Embora a primeira conferência sobre EDS tenha ocorrido em 1977, em Tbilisi, Rússia, o tema levou tempo para amadurecer. Apenas em 1992 a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) propôs discussões e promoveu a Década das Nações Unidas Educação para o Desenvolvimento Sustentável (DEDS) (2005-2014) e agora lidera o Programa de Ação Global para a EDS (UNESCO, 2017). A importância da EDS foi reafirmada na Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade, Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, realizada em Tessalônica (Grécia) em 1997, 20 anos após a primeira conferência sobre o assunto. Nesta ocasião foi instituída a questão do “consumo responsável”, evidenciando o papel do consumo na promoção de um estilo de vida mais sustentável (GADOTTI, 2008, p. 21). A DEDS foi uma iniciativa ambiciosa e complexa liderada pela UNESCO. Foi instituída pela Assembleia Geral da ONU em dezembro de 2002, por meio da Resolução 57/254, que encarregou a UNESCO de elaborar um plano enfatizando o papel da educação na promoção do DS. Ela foi o resultado de anos de luta pela cultura da sustentabilidade, que incluiu marcos como Estocolmo (1972), Nosso Futuro Comum (1987), Rio-92, Fórum de Educação de Dakar (2000) e Objetivos do Milênio (2002) (GADOTTI, 2008, p. 33). A edição brasileira da Agenda (2005) ressalta isto explicitamente:

O objetivo maior da Década é integrar princípios, valores e práticas de desenvolvimento sustentável em todos os aspectos da educação e do ensino. Esse esforço educacional deve encorajar mudanças no comportamento para criar um futuro mais sustentável em termos de integridade do meio ambiente, a viabilidade econômica, e de uma sociedade justa para as atuais e futuras gerações [...]. O programa Educação para o Desenvolvimento Sustentável exige que reexamine a política educacional, no sentido de reorientar a educação desde o jardim da infância até a Universidade e o aprendizado permanente na vida adulta, para que esteja claramente

enfocada na aquisição de conhecimentos, competências, perspectivas e valores relacionados à sustentabilidade (UNESCO, 2005, p. 57).

A DEDS constitui mecanismo para implementar o Capítulo 36 da Agenda 21, que enfatiza que a educação é um “fator crítico”, para promover o DS e para desenvolver a capacidade das pessoas no que se refere às questões do meio ambiente e do desenvolvimento. O capítulo 36 defende que para implementar uma educação voltada ao DS é necessário melhorar a educação básica, reorientar a educação existente, desenvolver a compreensão pública, o conhecimento e a formação (CNUMAD, 1995; GADOTTI, 2008).

A Agenda 21 reconhece que o modelo econômico atual é excludente e altamente prejudicial ao meio ambiente e reafirma a importância da educação para alcançar o DS. No entanto, para que mudanças significativas ocorram, é necessário que sejam implementadas medidas políticas no campo econômico. A mobilização social é fundamental para provocar mudanças em direção oposta ao atual modelo capitalista insustentável, conforme apontado a seguir:

Necessita-se de uma educação transformadora, uma educação que contribua para tornar realidade as mudanças fundamentais exigidas pelos desafios da sustentabilidade [...]. Aprender no âmbito do programa EDS não pode, entretanto, limitar-se meramente à esfera pessoal - aprender deve levar a uma participação ativa na busca e aplicação de novos padrões de organização social e mudança (UNESCO, 2005, p. 42; 45).

Posterior à Agenda, Pimentel (2019) destaca a criação do Programa de Ação Global que tem como objetivo impulsionar a transformação do estilo de vida das pessoas e tornar as aprendizagens condizentes com os princípios da sustentabilidade. Embora haja uma crescente consciência da necessidade de envolver as pessoas na crise social e ecológica, ainda há resistência em relação a como fazer isso e as preocupações com a sustentabilidade precisam ser mais focadas na educação. Apesar de mais de 40 anos de discussões sobre educação ambiental e mais de 20 anos da ESD, não houve tempo suficiente para reorientar a educação para servir ao bem-estar das pessoas e do planeta.

Gadotti (2008) destaca que a formação da consciência ecológica depende da educação, e conceitos como Pedagogia da Terra e ecopedagogia surgem como movimento pedagógico, político e social que busca incorporar princípios sustentáveis na educação, exigidos pelos desafios do DS. De acordo com Gadotti (2001), a ecopedagogia é um projeto alternativo global que visa não apenas a preservação da natureza, mas a construção de uma nova civilização sustentável, implicando mudanças estruturais em âmbito econômico, social e cultural. Isto representa um projeto utópico de transformação das relações sociais e ambientais atuais.

Embora a EA tenha sido inserida na agenda de muitos países como resultado de eventos internacionais patrocinados pela ONU nos anos 1970 (UNESCO, 1978), e a ESD tenha sido alocada na agenda nos últimos 10 anos, especialmente durante a DEDS (WALS, 2012), é importante ressaltar que a ESD não deve ser confundida com a EA, uma das questões problemáticas da Agenda (GADOTTI, 2008).

Recentemente, a importância da educação no alcance do DS foi reconhecida internacionalmente com a ratificação dos 17 ODS. A comunidade científica tem reconhecido cada vez mais a relevância da educação nas transições sociais, como destaca Wals (2015), ressaltando que estudiosos como Martha Nussbaum, Michael Apple e Gert Biesta, que antes davam pouca atenção às questões de sustentabilidade, agora são grandes defensores do papel da educação na criação de formas de vida mais equitativas, democráticas, responsáveis e significativas.

Atualmente, o conceito de Educação para os ODS (EODS) tem ganhado destaque, discutindo como a educação pode fornecer conhecimentos, habilidades e ideias para enfrentar os desafios descritos pelos ODS da Agenda 2030 e contribuir para as transformações necessárias na sociedade. A Agenda 2030 e as demandas sociais recentes têm gerado debates sobre a importância da educação como um vetor essencial para a mudança global e local. Portanto, instituições de ensino e fundações de pesquisa desempenham um papel crucial na concretização da Agenda 2030. A educação tem um papel fundamental na promoção do DS e na realização dos ODS da Agenda 2030. As instituições de ensino superior e as fundações de pesquisa desempenham um papel essencial na consecução destes objetivos. A EODS é uma missão crítica para estas instituições que estão em uma posição única para fornecer este serviço à sociedade. Para enfrentar efetivamente os desafios de DS, os profissionais e cidadãos precisam ter habilidades, conhecimentos e mentalidades específicas. Isto inclui uma compreensão geral do DS e dos ODS, habilidades transversais para enfrentar desafios complexos, habilidades específicas para cada profissão e uma mentalidade voltada para a mudança social positiva (SDSN, 2021).

Embora as políticas e estudos sobre a relação entre educação e DS tenham avançado, esta temática ainda recebe pouca atenção, o que é ilustrado pela falta de referências ao papel da educação no enfrentamento dos desafios relacionados às emergências climáticas e ao desenvolvimento sustentável. A tarefa fundamental nas próximas décadas é redesenhar o sistema sócio-político-econômico, de modo a reintegrar as dependências entre as pessoas e seus sistemas ecológicos subjacentes, e para isto é imprescindível restaurar um modelo de educação

que contemple os desafios globais e promova uma mudança urgente no estilo de vida e no modo de pensar e agir (DANTAS; FERREIRA, 2020; FERREIRA; TOSTES, 2015; WALSH, 2015).

Há um corpo de conhecimento robusto sobre cada uma das dimensões do DS e sua interdependência, apesar da complexidade e contestação em torno deste conceito. É fundamental redesenhar o modelo de educação para enfrentar os desafios globais, o que exige que os profissionais e cidadãos tenham habilidades, conhecimentos e mentalidades para conceber e implementar soluções para os ODS da Agenda 2030 (SDSN, 2021). Para alcançar uma sociedade mais sustentável, é fundamental o desenvolvimento de novas habilidades, valores e atitudes. Por esta razão, os sistemas de educação devem adaptar-se a esta necessidade urgente, estabelecendo objetivos e conteúdos de aprendizagem relevantes e implementando pedagogias que capacitem os educandos. Além disto, é importante que os sistemas educacionais incorporem princípios de sustentabilidade em suas estruturas de gestão (CORTESE, 2003).

A nova Agenda 2030 para o DS reflete esta visão e enfatiza a importância de uma resposta educacional adequada. A educação é explicitamente formulada como um objetivo independente, o ODS 4, e há várias metas e indicadores relacionados à educação incluídos nos outros ODS. A educação é vista tanto como um objetivo em si mesmo quanto como um meio para atingir todos os outros ODS. Não é apenas uma parte integrante do DS, mas a educação representa uma estratégia essencial na busca pela realização da Agenda 2030.

2.2.1 Reflexões sobre o papel da educação superior

Na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, são apresentadas as finalidades da educação superior, que consistem em:

I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo; II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira, e colaborar na sua formação contínua; III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura, e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive; IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação; V - suscitar o desejo permanente de aperfeiçoamento cultural e profissional e possibilitar a correspondente concretização, integrando os conhecimentos que vão sendo adquiridos numa estrutura intelectual sistematizadora do conhecimento de cada geração; VI - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade; VII - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e

tecnológica geradas na instituição. VIII - atuar em favor da universalização e do aprimoramento da educação básica, mediante a formação e a capacitação de profissionais, a realização de pesquisas pedagógicas e o desenvolvimento de atividades de extensão que aproximem os dois níveis escolares (BRASIL, 1996).

O papel das Instituições de Ensino Superior (IES) é amplo e complexo, abrangendo desde a promoção da cultura e do pensamento crítico até a busca por soluções para os desafios da sociedade. Ao cumprir tais funções, estas instituições podem contribuir para a construção de um futuro mais justo e reduzir as assimetrias no Brasil. No entanto, na prática, apenas uma pequena parte do tempo é dedicada a este objetivo (WALS, 2015). Esta contradição confirma que a educação é parte da solução, mas também faz parte do problema que precisa ser superado para alcançar o DS. Infelizmente, mesmo com muitos esforços, a educação para um mundo justo e sustentável não é uma prioridade e a educação ainda está focada em desenvolver habilidades e letramentos científicos e sociais para desenvolver uma força de trabalho qualificada e dinâmica, capaz de competir em uma economia globalizada. E os novos desafios exigem um processo educativo voltado para responder às questões emergentes. É fundamental que a educação seja transformada para que, além de desenvolver habilidades e letramentos, ela possa promover soluções para os problemas sociais, econômicos e ambientais (CORTESE, 2003, p. 16). Para promover uma mudança de mentalidade necessária para atingir o DS, é essencial analisar criticamente a forma como a educação é conduzida nas instituições de ensino atuais, especialmente no ensino superior. Embora a educação seja considerada um elemento essencial para esta mudança, é importante reconhecer que as pessoas com as maiores pegadas ecológicas não são aquelas sem educação formal e que vivem na pobreza, mas sim aquelas com formação em nível superior, incluindo mestres e doutores (WALS, 2015, p. 28).

Embora a educação seja teoricamente responsável por promover as mudanças necessárias para melhorar o bem-estar das pessoas e do planeta, na prática ela acaba reproduzindo os interesses hegemônicos que reforçam o modelo econômico predominante em vez de promover uma nova perspectiva de humanidade. Como resultado, a educação precisa capacitar cidadãos críticos, capazes de questionar os modelos de desenvolvimento insalubres e insustentáveis que predeterminam e estruturam o comportamento social e econômico. Portanto, a educação voltada para o desenvolvimento sustentável em todos os âmbitos requer a capacidade de romper com as estruturas e sistemas predominantes e formar cidadãos capazes de contribuir para a construção de uma sociedade mais justa e sustentável. É necessário enfatizar a competência das pessoas capacitadas em participar da concepção de alternativas mais sustentáveis para os modelos insustentáveis existentes. No entanto, esta capacidade é

frequentemente negligenciada nos discursos e círculos ligados à educação e aprendizagem no contexto do DS.

Com isto em mente, surgem as perguntas: como o sistema acadêmico das universidades pode estimular as pessoas a explorarem problemas e responder aos desafios globais? Como o ensino superior pode se tornar um mediador dessas transformações?

Para responder a estas questões é importante que a educação de nível superior e a atuação da universidade não se restrinjam apenas à difusão do conhecimento, à preservação da experiência humana e à formação profissional (LOUREIRO et al., 2012, p. 162). É necessário considerar também o ambiente que constitui a universidade, seus processos internos, sua organização e seus objetivos. Portanto, é essencial reconhecer que as universidades não se limitam a apresentar os fatos como “questões de fato” e devem torná-los presentes como “questões de preocupação” (WALS, 2015, p. 29). Como importantes locais de denúncia e conscientização acerca dos problemas reais enfrentados em cada território, é fundamental explorar métodos e abordagens que permitam aos cidadãos não apenas aprender sobre os fatos, mas também torná-los uma questão de interesse e deliberação pública, levando à aprendizagem colaborativa e até mesmo à ação coletiva (WALS, 2015). Desta forma, as universidades podem desempenhar seu papel na promoção do desenvolvimento do povo, preparando-os para viver uma vida digna e produtiva, em harmonia com o meio ambiente e com o próximo (UNIFAP, 2001).

No entanto, o ensino superior é tipicamente organizado em áreas de conhecimento e disciplinas tradicionais, e muitos sistemas de educação superior enfatizam a aprendizagem e a competição, resultando em profissionais com formação deficitária para enfrentar desafios complexos que exigem esforços cooperativos e interdisciplinares (CORTESE, 2003, p. 16). É importante também fazer esforços para reformar o sistema educacional, para que ele não se torne um veículo de mercantilização que sirva apenas aos interesses econômicos. Esta reforma deve incluir a distinção entre a educação sobre o desenvolvimento sustentável e a educação para o desenvolvimento sustentável. A primeira se refere a adquirir consciência, discutir teorias, informação e dados sobre o tema, enquanto a segunda trata de como utilizar a educação para construir um futuro sustentável, a partir do exemplo de vida sustentável (GADOTTI, 2008, p. 69).

Para projetar um futuro humano e sustentável, é necessária uma mudança de paradigma no ensino superior, com uma perspectiva sistêmica que enfatize a colaboração em detrimento da competitividade (CHAGAS, 2022). A 'desconexão' entre pessoas e lugares por tecnologias de informação e comunicação orientadas para o hiperconsumo agrava os desafios globais, como

as mudanças climáticas e a perda contínua da biodiversidade (WALS, 2015). Diante disto, o ensino superior deve proporcionar estímulos e condições de aprendizagem que permitam criticar e subverter estruturas, instituições e padrões insustentáveis. A Unesco (2017) corrobora esta ideia, afirmando que as instituições de ensino precisam reorientar seus processos para os princípios do DS e sofrer uma modificação ampla em sua estrutura e base de ensino, pesquisa e extensão. É urgente explorar novas ontologias e epistemologias para enfrentar desafios globais urgentes, como a segurança alimentar, o aumento da desigualdade e a perda da biodiversidade (CHAGAS, 2022).

Felizmente, há toda uma gama de práticas promissoras e transformadoras emergindo em todo o mundo, lideradas por instituições de ensino superior, pesquisadores, estudantes preocupados com as questões que englobam o DS. Paralelamente a isto, há o surgimento de movimentos na arena política internacional que se propõem a orientar todos os países na tentativa de resolver juntos os desafios mais urgentes do mundo até 2030. Estas práticas inovadoras incluem o uso de tecnologias educacionais e metodologias pedagógicas baseadas na aprendizagem ativa e colaborativa, com foco na resolução de problemas complexos e situações do mundo real (FLEIG; NASCIMENTO; MICHALISZYN, 2021, p. 6). A construção de comunidades de aprendizagem que reúnem estudantes, professores, pesquisadores e membros da comunidade, a fim de explorar soluções locais para problemas globais também está em ascensão. Tais iniciativas mostram que é possível transformar a educação e a pesquisa para torná-las ferramentas de mudança social e ambiental.

A iniciativa da Universidade da Indonésia (UI) em criar o *GreenMetric World University Rankings*, um sistema de classificação internacional em 2010, tem o objetivo de reconhecer as universidades mais sustentáveis no mundo por meio de uma avaliação do Campus Verde e da Sustentabilidade nas Universidades. Embora a ferramenta seja dividida em cinco dimensões e considere um total de 34 indicadores, ela tem um foco claro de ecoeficiência e não considera outros aspectos-chave da sustentabilidade, como diversidade e desempenho de equidade (GÓMEZ et al., 2015).

Desde a primeira edição, 95 universidades de 35 países participaram da avaliação e na edição de 2022, 1.050 instituições foram avaliadas, incluindo 39 universidades brasileiras. A Universidade de São Paulo (USP), que ocupa a 10ª posição no *ranking*, é a IES brasileira mais bem posicionada e está entre as universidades mais sustentáveis da América Latina (YAMAMOTO, 2022), conforme demonstrado no Quadro 1. O rol com as 100 primeiras universidades é apresentado no Anexo B.

Quadro 1 – 10 Universidades mais sustentáveis do mundo

Posição	Universidade	País
1°	Universidade de Wageningen	Holanda
2°	Universidade Nottingham Trent	Reino Unido
3°	Universidade de Nottingham	Reino Unido
4°	Universidade de Groningen	Holanda
5°	Universidade da Califórnia, Davis	Estados Unidos
6°	Universidade Trier de Ciências Aplicadas	Alemanha
7°	Universidade College Cork	Irlanda
8°	Universidade de Connecticut	Estados Unidos
9°	Universidade Bremen	Alemanha
10°	Universidade de São Paulo	Brasil

Fonte: GreenMetric (2022).

Na atualidade, a universidade possui uma posição importante na sociedade e é uma força impulsionadora da inovação em nível global, nacional e local, tornando-se essencial na promoção de uma Agenda de DS. Ao comprometer-se com uma agenda sustentável, a universidade amplia sua capacidade de abrangência, que não se limita aos processos de ensino-aprendizagem, mas também inclui a pesquisa, a extensão, a governança e a liderança social (SDSN, 2017). Neste contexto, várias alternativas estão sendo delineadas em nível global, e uma das mais conhecidas é a Agenda 2030 para o DS que visa ações coordenadas entre governos, empresas, academia e sociedade civil para alcançar os ODS e suas metas nos próximos oito anos (SDSN, 2017).

2.3 TRANSFORMANDO NOSSO FUTURO COMUM: A AGENDA 2030 DOS ODM AOS ODS

A formulação da Agenda 2030 teve início em junho de 1992, na Cúpula da Terra no Rio de Janeiro, Brasil (Eco-92), onde mais de 178 países adotaram a Agenda 21, como um plano de ação abrangente para construir uma parceria global para o desenvolvimento sustentável, para melhorar a vida humana e proteger o meio ambiente.

Para o DS, a Agenda 2030 é um pacto global que foi firmado em setembro de 2015, após ter sido debatida internacionalmente por 193 países, e tem vigência de 2016 a 2030. Ela tem em seu cerne 17 ODS e 169 metas que visam garantir o desenvolvimento humano e o

atendimento às necessidades básicas do cidadão por meio de um processo econômico, político e social que respeite o ambiente e a sustentabilidade (ONU, 2015).

Desta forma, na atualidade, os ODS representam o roteiro global para o desenvolvimento sustentável e constituem o resultado de 50 anos de debate e construção do consenso sobre os imperativos do desenvolvimento sustentável (PEDERCINI; ARQUIT; CHAN, 2020).

Após a Conferência de 1992, que ampliou a representação governamental e a participação de organizações da sociedade civil e empresariais no movimento do DS, a ONU propôs um projeto comum para uma nova era no ano 2000. Na Cúpula do Milênio, os Estados-Membros aprovaram por unanimidade a Declaração do Milênio e a elaboração de oito Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) para serem alcançados até 2015. Estes ODM se concentraram em metas transformacionais, como erradicação da pobreza extrema e da fome, educação primária universal e igualdade de gênero, entre outras (BARBIERI, 2020; NYGARD, 2017). A alta adesão ao movimento do DS se deve, em parte, à consideração do crescimento econômico como um dos objetivos (BARBIERI, 2020, p. 96).

Portanto, os ODM representaram o primeiro esforço para chamar a atenção do mundo para um conjunto compartilhado de metas de desenvolvimento (NYGARD, 2017). Os ODM são apresentados na Figura 1.

Figura 1 – Representação infográfica dos Objetivos do Milênio



Fonte: ODM Brasil (2000).

Embora as questões abordadas nos ODM já estivessem presentes em diversos tratados multilaterais, tais como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a Agenda 21, o Plano de Aplicação de Johannesburgo e a Declaração de Roma sobre a Nutrição, a Agenda dos ODM marcou um importante avanço histórico, por ter estabelecido uma agenda política amplamente reconhecida internacionalmente (ALVES, 2019). Como resultado, contribuiu para incentivar um consenso global sobre os desafios atuais. No entanto, a abordagem dos ODM recebeu críticas por definir metas em termos absolutos em vez de relativos, o que dificultou o cumprimento por países mais pobres (CARVALHO; BARCELLOS, 2014). Ademais, os ODM não abordaram as causas profundas dos problemas de desenvolvimento e a sua formulação pouco consultiva pode ser atribuída ao seu foco predominantemente nos países em desenvolvimento (FUKUDA-PARR, 2016).

Os ODM representaram um importante método de mobilização global e responsabilização política para alcançar um conjunto de prioridades em todo o mundo, expressando preocupações coletivas sobre os desafios do século XXI (BARBIERI, 2020, p. 106). Apesar de muitos países terem permanecido atrasados e as conquistas terem sido desiguais, o relatório final dos ODM da ONU em 2015 demonstrou avanços significativos, tais como a diminuição das taxas de pobreza extrema de 47% para 14%, a redução da população de crianças em idade escolar primária que não frequentam a escola de mais de 100 milhões para cerca de 57 milhões, e a diminuição da mortalidade materna de 330 por 100.000 nascidos vivos em 2000 para 210 por 100.000 em 2014 (NYGARD, 2017).

A experiência com os ODM, que vigorou de 2000 a 2015, foi essencial para a construção da nova Agenda. Por meio da correção de lacunas e aperfeiçoamento do novo plano, os ODM permitiram a continuidade dos objetivos não concluídos. Enquanto a agenda dos ODM foi considerada mais restrita, com oito objetivos, a nova agenda deveria ser mais abrangente.

Durante a sessão plenária da ONU em 2010, que discutia os ODM, foi destacada a necessidade de elaborar uma agenda para o DS que ultrapassasse o ano de 2015. Como resposta, foi criada em 2011 uma Equipe de Tarefa (*task team*) composta por 60 organizações do sistema ONU para desenvolver esta nova agenda pós-2015 (UN DESA, 2021).

A Agenda 2030 começou a ser moldada durante a preparação da Conferência das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável (Rio+20) e das avaliações sobre o cumprimento dos ODM, já que se aproximava do fim de sua vigência. Neste contexto, a Conferência reconheceu que a fixação de objetivos seria útil para desencadear ações focadas e coerentes sobre o desenvolvimento sustentável e recomendou que os novos objetivos fossem orientados para a ação, concisos, fáceis de comunicar, limitados em número e inspirados, de

natureza global e aplicável universalmente em todos os países, levando em conta as diferentes realidades nacionais, capacidades e níveis de desenvolvimento e respeitando suas políticas e prioridades (BARBIERI, 2020). Durante a Rio+20, os Estados Membros adotaram o documento final “O Futuro que Queremos”, que estabeleceu a elaboração conjunta dos ODS para construir sobre os ODM e estabelecer o Fórum Político de Alto Nível sobre Desenvolvimento Sustentável da ONU. Em 2013, a Assembleia Geral criou um Grupo de Trabalho Aberto de 30 membros para desenvolver uma proposta sobre os ODS. Entre 2012 e 2013 foi realizada uma ampla consulta envolvendo mais de 80 países para detectar as perspectivas nacionais, comissões econômicas regionais e consultas setoriais ou temáticas. Destaque para a rede independente de consulta, denominada *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), constituída por universidades, institutos de pesquisas, empresas e outros segmentos da sociedade. Além disto, a pesquisa realizada por *My World* (Meu Mundo) ouviu cerca de 1,2 milhões de pessoas de mais de 190 países, não especialistas, pessoas comuns e que veem o mundo a partir dos desafios que encontram em seu cotidiano. As 10 áreas que se destacaram foram as seguintes, em ordem decrescente (BARBIERI, 2020, p. 131):

1. educação de qualidade;
2. melhor atendimento em saúde;
3. melhor oportunidade de empregos;
4. governo honesto e responsável;
5. acesso à água potável e saneamento;
6. alimentos acessíveis e nutritivos;
7. proteção contra o crime e a violência;
8. proteção das florestas, rios e oceanos;
9. liberdade de discriminação e perseguições; e
10. igualdade entre homens e mulheres.

Em 2014, o Grupo de Trabalho Aberto (*Open Working Group – OWG*), criado a partir das recomendações do relatório “O Futuro que Queremos”, apresentou à Assembleia Geral da ONU um relatório final com a proposta de 17 ODS, baseados nos ODM e com o objetivo de responder aos novos desafios. Os ODS foram criados para todos os países, uma vez que havia pobreza, desigualdade, analfabetismo e degradação ambiental em todas as nações. Ainda em 2014, o Secretário Geral da ONU, Ban Ki-moon, defendeu a necessidade de uma agenda para o período de 2016-2030 que incluísse os ODS propostos pela OWG, a fim de garantir a dignidade humana, igualdade, proteção ambiental, economias saudáveis e liberdade de escolhas para todas as pessoas. Em janeiro de 2015, a Assembleia Geral iniciou o processo de negociação da agenda de desenvolvimento pós-2015, que culminou na Cúpula das Nações Unidas sobre

Desenvolvimento Sustentável, realizada em setembro do mesmo ano. Nesta cúpula, Chefes de Estado e de Governo e altos representantes decidiram sobre os novos ODS globais, aprovando o documento “Transformando Nosso Mundo: a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável”. Esta agenda, além de conter os ODS, é uma declaração de visão de futuro, princípios, compromissos e indicação sobre os meios de implementação, acompanhamento e avaliação e se apoia em cinco elementos essenciais inter-relacionados (ONU, 2015; UN DESA, 2021), conforme demonstrado na Figura 2.

Figura 2 – Os 5 Ps da sustentabilidade



Fonte: Movimento Nacional ODS, 2021.

A Agenda 2030 é composta pelos 5Ps: *People, Planet, Prosperity, Partnership e Peace*. Os três primeiros elementos correspondem às dimensões social, ambiental e econômica do DS, enquanto os dois últimos correspondem às dimensões política e institucional que orientam a governança da Agenda. A Agenda acredita que o DS só pode ser alcançado se houver proteção dos direitos humanos e oportunidades para todos, proteção do planeta, progresso econômico, social e tecnológico em harmonia com a natureza, paz, sociedades pacíficas, justas e inclusivas, e parceria e solidariedade global. A Agenda reconhece que não há um modelo único de aplicabilidade dos ODS, mas que diferentes abordagens, visões, modelos e ferramentas disponíveis para cada país conduzirão ao cumprimento das metas de acordo com suas circunstâncias e prioridades nacionais. Em suma, a Agenda 2030 visa à promoção do desenvolvimento sustentável de forma integrada e equilibrada, considerando as dimensões

sociais, ambientais, econômicas, políticas e institucionais, e respeitando as particularidades e contextos dos países e suas regiões. Os 17 ODS da Agenda 2030 têm uma abrangência transversal que inclui múltiplos campos de atuação, como a erradicação da pobreza e da fome, a promoção da igualdade de gênero e a proteção dos recursos naturais e da biodiversidade. A Agenda visa também garantir acesso equitativo à educação de qualidade, ao bem-estar físico, mental e social, à água potável e ao saneamento, a habitats humanos seguros e resilientes, à energia confiável e sustentável, ao trabalho decente e à promoção da democracia, da boa governança e do Estado de direito. Estes são aspectos cruciais para a promoção efetiva do desenvolvimento sustentável (ONU, 2015).

Embora muitos dos temas abordados pela Agenda 2030 tenham sido tratados em declarações e acordos multilaterais anteriores, a novidade está na forma como estas questões estão organizadas e sintetizadas em metas quantificáveis. Isto facilita a implementação, o acompanhamento e a revisão pelos governos. Outra novidade é que a Agenda é resultado de um esforço coletivo, com a participação ativa de diversos setores da sociedade, o que a torna aplicável globalmente em todos os países, independentemente do seu grau de desenvolvimento (BARBIERI, 2020). A Agenda 2030 representa um marco importante para a comunidade internacional, sendo uma proposta global de responsabilização e compromisso com as sociedades atuais e futuras. Comparativamente aos ODM, os ODS refletem uma expansão significativa do consenso político internacional em torno de questões ambientais globais, direitos humanos e governança nacional (JANUZZI, 2018, p. 18).

Uma das principais lições aprendidas com os ODM é que, para alcançar os ODS em ambientes pobres e frágeis, é fundamental lidar com questões de governança e conflito. De fato, a maior diferença entre os ODM e os ODS é que os últimos tentam enfrentar as causas profundas do atraso no desenvolvimento (NYGARD, 2017).

Desta forma, a Agenda 2030 representa um esforço coletivo para abordar as principais questões de DS no nível global. Os ODS não apenas abrangem uma ampla gama de tópicos, como também são universalmente aplicáveis, independentemente do grau de desenvolvimento dos países. Os ODS representam um avanço significativo em relação aos ODM, abordando não apenas os sintomas, mas também as causas dos problemas.

2.3.1 A participação do Brasil na construção da Agenda 2030

A participação do Brasil na Agenda 2030 é decorrente da Resolução A/RES/70/1, de 25 de setembro de 2015, da Assembleia Geral da ONU. Este ato normativo prevê a possibilidade

de cada país decidir sobre a forma de implementação da Agenda em seu território, não havendo obrigatoriedade de vinculação da Agenda ao instrumento de planejamento orçamentário. O Brasil participou da construção dos ODS, tendo composto grupos de trabalhos e comitês. Durante as negociações, a posição brasileira foi orientada pelo equilíbrio entre as dimensões econômica, social e ambiental, levando em consideração a aplicabilidade universal dos ODS a todos os países e respeitando as particularidades e níveis de desenvolvimento de cada um. A defesa das responsabilidades comuns, mas diferenciadas, também foi destacada pelo Brasil durante o processo negociador (BRASIL, 2014, p. 8; FURTADO, 2018). A posição nacional aponta que:

Os ODMs tiveram muitos méritos, mas há consenso de que a Agenda Pós-2015 deverá enfrentar uma série de questões não resolvidas. A primeira delas diz respeito ao tratamento das metas do milênio que não tiverem sido alcançadas até 2015. Ademais, há outras questões a serem enfrentadas: crescimento da desigualdade pelo mundo; a sustentabilidade socioambiental; a inclusão da perspectiva/desagregação de gênero; o combate à discriminação racial; étnica; por orientação sexual e identidade de gênero; os desafios da juventude; a inclusão das pessoas com deficiência. Um tema que permeia todos os demais é a construção de um sistema de promoção de desenvolvimento sustentável mais justo e equitativo, que envolva compromissos e responsabilidade de todos os países, desenvolvidos e em desenvolvimento (BRASIL, 2014, p. 9).

Apesar de não possuir caráter impositivo com força de lei, a implementação da Agenda 2030 e dos ODS é de responsabilidade dos governos nacionais, que devem definir suas prioridades, estruturas de governança, monitoramento de resultados e formas de financiamento. Mas a falta de propostas globais de governança e financiamento para apoiar os governos nacionais pode levar a assimetrias no cumprimento dos ODS em todo o mundo, dificultando ainda mais o alcance das metas pelos países mais pobres. Além disto, a maioria dos países em desenvolvimento enfrenta dificuldades em impulsionar seu desenvolvimento de acordo com a Agenda, principalmente quando submetidos a políticas de restrição de gastos, redução do papel do Estado e limitações de investimentos (MOREIRA et al., 2019).

Desde 2016, no Brasil tem-se adotado uma política que contraria o crescimento de investimentos em proteção social, redução de desigualdades e pobreza. Esta postura reflete um conjunto de ações que caracterizam a desgovernança dos ODS no país ao longo dos últimos anos. Em vez de buscar o cumprimento da Agenda 2030, tem-se fomentado uma agenda política e econômica que preconiza um pesado ajuste financeiro, a redução do papel do Estado e a desregulação das relações de trabalho. Entre as ações destacam-se a aprovação da Emenda Constitucional 95, que congelou gastos com saúde e educação por um período de 20 anos, a reforma trabalhista e a reforma da previdência (MOREIRA et al., 2019).

Recentemente, a decisão de vetar os ODS no Plano Plurianual (PPA) 2020-2023 tem levantado preocupações sobre o alcance das metas no Brasil. Além do que, o “Revogação”, que extinguiu a Comissão Nacional de Desenvolvimento Sustentável (CNOODS), revogou o Decreto 8.243/2014, que criou a Política Nacional de Participação Social (PNPS), e encerrou mais de 500 órgãos colegiados do governo federal, representa um retrocesso na busca pelo cumprimento da Agenda 2030 no país (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020).

A pandemia do novo coronavírus (Covid-19) obrigou os países do mundo a testarem o compromisso de "não deixar ninguém para trás", estabelecido em 2015. O Brasil, apesar de ter assumido este compromisso na Constituição Federal de 1988, está atualmente entre os países que mais se afastam da Agenda 2030. Conforme a 5ª Edição do Relatório Luz da Sociedade Civil (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA A AGENDA 2030, 2021), em 2021 não há sequer uma meta com avanço satisfatório. O Grupo de Trabalho indicou que o país, em vez de aumentar os investimentos em áreas sociais durante a pandemia, desregulamentou instâncias fiscalizadoras e incentivou políticas de austeridade contraproducentes. Isto resultou em menos investimentos em saúde, educação, proteção social, ciência e tecnologia, igualdade de gênero e racial e meio ambiente.

Estas experiências mantêm uma grande distância entre as desgovernanças mundiais da sustentabilidade e do desenvolvimento (VEIGA, 2013), mesmo que a maior contribuição da Rio+20 tenha sido a transformação dos ODM em ODS. Para que a Agenda não se torne apenas um plano fracassado e cheio de aspirações ingênuas (ALVES, 2019), o cumprimento dos ODS exige a articulação entre os agentes responsáveis pela sua implementação. Com base nisto, a próxima seção apresentará os 17 ODS.

2.3.2 Os 17 ODS da Agenda 2030

No centro da Agenda 2030 estão os 17 ODS que compreendem 169 metas e abrangem uma variedade de desafios econômicos, sociais e ambientais. Eles visam transformar a forma como as sociedades e economias funcionam e como os seres humanos se relacionam com a biosfera, conforme apresentados no Quadro 2. A partir de 1º de janeiro de 2016, os ODS passaram a influenciar as estratégias e ações de todas as partes durante os próximos 15 anos, servindo como base para a tomada de decisões políticas e públicas (ONU, 2015). Cabe a cada governo decidir como incorporar estas metas em seus processos, políticas e estratégias nacionais de planejamento, de acordo com as circunstâncias nacionais. É importante enfatizar

a importância do âmbito local, onde os impactos negativos da insustentabilidade são mais evidentes e onde as ações concretas devem ser implementadas (CARVALHO, 2020).

Quadro 2 – Os 17 Objetivos do Desenvolvimento Sustentável



Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares

Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável

Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades

Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos

Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas

Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos

Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos

Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos

Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação

Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles

Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis

Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis

Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos (*)



Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável

Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade

Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis

Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável

(*) Reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima [UNFCCC] é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima.

Fonte: ONU (2015).

A Agenda 2030 reconhece que os efeitos do desenvolvimento são sentidos em amplitudes distintas pelos países e apresenta metas globais que precisam ser desagregadas em termos de países e suas subdivisões. E observa-se que a condução das ações nos países mais vulneráveis é mais onerosa, especialmente nos países da África, países em desenvolvimento e sem litoral, pequenos estados insulares em desenvolvimento, países de renda média e os que enfrentam situações de conflito (ONU, 2015).

Embora a Agenda 2030 apresente metas relacionadas à justiça social, diversidade cultural e combate à discriminação, não inclui metas específicas para grupos negligenciados, que são representativos da realidade brasileira (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020). Portanto, estes autores sugerem a inclusão de três novos objetivos representativos destes grupos na Agenda 2030. Os novos objetivos propostos são representados na Figura 3 e abordam questões relevantes para o Brasil em termos de DS, complementando os 17 objetivos globais da Agenda 2030, que respectivamente representam: “Igualdade Racial” (ODS 18); “Arte, Cultura e Comunicação” (ODS 19); e “Direitos dos Povos Originários e Comunidades Tradicionais” (ODS 20).

Figura 3 – Representação Iconográfica de 3 ODS Relevantes para o Desenvolvimento Sustentável



Fonte: Cabral, Gehre e Melara (2020).

A importância da territorialização da Agenda é reforçada, visto que os ODS e suas metas precisam ser adaptados às particularidades de cada território. Para isto, a Agenda prevê a possibilidade de ajustes às realidades nacionais, reconhecendo que os países enfrentam problemas em intensidades distintas.

É preciso também destacar a necessidade de disponibilidade de dados de referência para várias metas da Agenda. Infelizmente, alguns países ainda têm dados indisponíveis ou insuficientes, o que compromete a medição dos avanços da Agenda. É crucial que se corrija esta falha na coleta de dados para melhor informar sobre os progressos alcançados (ONU, 2015).

Os ODS, integrando aspectos econômicos, sociais e ambientais, reconhecem as interações entre eles para alcançar o desenvolvimento sustentável em todas as suas dimensões. Apesar de terem sido concebidos como um conjunto indivisível, com reforço mútuo podem ser agrupados em 5Ps, que consubstanciam a formulação da Agenda 2030. Segundo Barbieri (2020), os ODS podem ser classificados por elemento e dimensão, conforme apresentado no Quadro 3.

Quadro 3 – Classificação dos ODS por elemento e dimensão

Elemento	Dimensão	ODS
Pessoas	Social	<p>Objetivo 1. Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.</p> <p>Objetivo 2. Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.</p> <p>Objetivo 3. Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.</p> <p>Objetivo 4. Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.</p> <p>Objetivo 5. Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.</p> <p>Objetivo 6. Assegurar a disponibilidade e gestão sustentável da água e saneamento para todos.</p> <p>Objetivo 7. Assegurar o acesso confiável, sustentável, moderno e a preço acessível à energia para todos.</p> <p>Objetivo 11. Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.</p>
Planeta	Ambiental	<p>Objetivo 12. Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.</p> <p>Objetivo 13. Tomar medidas urgentes para combater a mudança climática e seus impactos.</p> <p>Objetivo 14. Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.</p> <p>Objetivo 15. Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.</p>
Prosperidade	Econômica	<p>Objetivo 8. Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos.</p> <p>Objetivo 9. Construir infraestruturas resilientes, promover a industrialização inclusiva e sustentável e fomentar a inovação.</p> <p>Objetivo 10. Reduzir a desigualdade dentro dos países e entre eles.</p>
Paz	Política e Institucional	<p>Objetivo 16. Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.</p> <p>Objetivo 17. Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.</p>
Parceria		

Fonte: Barbieri (2020).

A *European University Association* (2018) classifica os ODS em três áreas: bem-estar, meio ambiente e economia, excluindo apenas os ODS 16 e 17 do agrupamento, conforme a Figura 4.

Figura 4 – Classificação dos ODS por áreas



Fonte: European University Association (2018).

Os ODS apresentam uma característica inovadora que envolve as conexões entre dimensões e objetivos, exigindo uma abordagem integrada para o seu alcance (SDSN, 2017). Isto significa que o progresso em um objetivo pode facilitar ou até mesmo garantir o progresso em outros objetivos. Por exemplo, a democratização do acesso à educação superior pode ajudar a combater a desigualdade de gênero, e os programas de pesquisa e estudos em energia renovável podem contribuir para o combate às emergências climáticas. No entanto, as soluções que são consideradas “líquidas” nem sempre resultam em compensações positivas e podem agravar outros problemas. Um exemplo disto são os métodos de cultivo intensivo que podem contribuir para o combate à fome, mas também comprometer a capacidade dos biomas e da biodiversidade (JORGENSEN, 2019, p. 4). Portanto, a implementação dos ODS deve ser integrada.

Wals (2015) ressalta a importância de se adotar uma perspectiva crítica em relação aos ODS, a fim de evitar o fortalecimento de sistemas insustentáveis em vez de promover transformações. Embora a erradicação da pobreza seja um objetivo amplamente aceito, não há nenhum ODS que preveja a erradicação da riqueza extrema. Da mesma forma, a obsolescência planejada, a desigualdade e a exploração, a educação voltada exclusivamente para a economia, o uso de linguagem enganosa para normalizar práticas ecológicas ruins e o oportunismo mercadológico são problemas que fortalecem os modelos econômicos dominantes e agravam a insustentabilidade global (GONÇALVES, 2019).

É importante destacar que atualmente há um esforço global para articular iniciativas de implementação da Agenda 2030. Neste contexto, é fundamental que as instituições adotem estratégias para engajar organizações, pesquisadores, estudantes, gestores públicos e a sociedade civil, a fim de promover a compreensão dos 17 ODS e suas metas, bem como de

outros temas relevantes para cada território que não são contemplados na Agenda (SDSN, 2017). A compreensão a respeito do conceito de DS, por meio de estudos e teorias evolutivas, evidencia a necessidade de os Estados elaborarem políticas públicas e programas de governo que visem à concretização deste tipo de desenvolvimento. Porém, é importante destacar que as medidas práticas devem ser adotadas em nível local, mais especificamente nas cidades onde os efeitos da insustentabilidade são mais intensos e afetam diretamente os indivíduos em seu local de vida. Sendo assim, é crucial que o aparelhamento local assuma a liderança para a implementação da Agenda 2030 (CARVALHO, 2020).

Neste cenário, torna-se evidente o papel de destaque que as universidades desempenham, uma vez que a educação, a pesquisa, a inovação e a liderança são fundamentais para enfrentar as problemáticas relacionadas aos ODS. Consequentemente, é improvável que algum dos ODS seja alcançado sem o envolvimento ativo das universidades (SDSN, 2017), que devem assumir a vanguarda para auxiliar governos, empresas e sociedade civil. Sendo assim, a próxima subseção irá abordar o papel das universidades na implementação da Agenda 2030 e de seus ODS.

2.4 O PAPEL DAS UNIVERSIDADES NA IMPLEMENTAÇÃO DOS ODS DA AGENDA 2030

Muitos autores dissertaram sobre a missão da universidade e da educação superior. Dias Sobrinho (2014) assim define esta missão:

[...] pelos conhecimentos, valores e práticas democráticas, sua missão histórica é formar integralmente as pessoas, e assim, contribuir para a consolidação e elevação do processo jamais acabado de construção da humanidade. Sem valor público e social, uma universidade não é universidade (SOBRINHO, 2014, p. 661).

Apesar de ser reconhecida como um espaço institucional importante para a produção de conhecimento, a universidade tem histórico de isolamento em relação aos problemas da sociedade. Esta segregação data do século XIX, quando a busca pelo conhecimento do passado e do futuro afastava-a da vida mundana (LOUREIRO; LAYRARGUES; CASTRO, 2012, p. 161). É essencial transformar esta trajetória isolada em uma universidade mais aberta e engajada com os problemas reais do território. A universidade deve oferecer um espaço dinâmico e transformador para a produção de conhecimento, pesquisa, educação, extensão, inovação e cultura, que são elementos fundamentais para a mudança social (MURPHY, 2021, p. 5). Como

afirmam Teixeira e Nunes (1998, p. 88-89), a universidade deve ser a casa que acolhe toda a sede de saber e toda a sede de melhorar.

O dispositivo constitucional brasileiro prevê que "As universidades gozam de autonomia didático-científica, administrativa e de gestão e obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão" (BRASIL, 1988, p. 208). No entanto, a universidade não esteve imune às ações ideológicas e práticas de Estados autoritários e conservadores ao longo de sua trajetória, embora tenha mantido uma autonomia mutante em relação ao Estado e ao mercado (SGUISSARDI, 2019, p. 50).

O DS é considerado uma nova disciplina intelectual e princípio de organização para as universidades, já que estas possuem elementos capazes de oferecer alternativas para o cumprimento do acordo global firmado em 2015 e possibilitam a aterrissagem da Agenda (CORBARI et al., 2021, p. 6; VEIGA, 2005; WALS, 2015). Devido à sua conexão íntima com o território, as universidades têm um papel singular na elaboração de políticas e ações que solucionem problemas específicos de cada região, graças à territorialização que permite que as metas sejam ajustadas e aplicadas de acordo com a realidade local (BORGES; BAZZOLI; SERPA, 2021). Além disto, os ODS fornecem uma estrutura internacional comum para ação concreta. Por isso, muitas universidades ao redor do mundo estão reconfigurando seus sistemas acadêmicos para propor soluções e alternativas aos complexos desafios do desenvolvimento sustentável DS, buscando uma abordagem que parta dos problemas reais que a sociedade enfrenta, com uma perspectiva diferente da proposta tradicional (SDSN, 2017). Ao formar uma rede global de universidades trabalhando juntas para solucionar problemas em territórios distintos, é possível ativar uma "rede de soluções" que ajudará governos, empresas e a sociedade civil a atingir o DS, incluindo tecnologias que incorporem os princípios da sustentabilidade (SACHS, 2015, p. 53-62).

A universidade é reconhecida como uma instituição social e cultural de grande importância na produção de conhecimento e formação, sendo considerada um "lócus importante de denúncia e de conscientização" (MORAES, 1994, p. 59) e devendo estar na vanguarda das transformações, congregando esforços na busca por soluções para problemas reais da sociedade. Para que a parceria em torno da implementação da Agenda de DS seja efetiva, as universidades devem elaborar planos e estratégias para cumprir este compromisso. Isto inclui desde a mobilização de toda a comunidade acadêmica até a adesão e institucionalização do Pacto firmado em 2015. Também é necessário fazer um mapeamento das atividades já desenvolvidas no âmbito do ensino, pesquisa, extensão e gestão acadêmica e administrativa da

instituição, de forma a (re)orientar seus processos e alinhá-los ao cumprimento da Agenda de Desenvolvimento Sustentável.

Então, a partir de um planejamento estratégico coordenado, a universidade deve priorizar projetos e ações voltados aos ODS como medida para acelerar o cumprimento da Agenda. Esta Missão está alinhada à “tarefa suprema” da UNIFAP, instituição objeto deste estudo. A UNIFAP entende que seu papel transcende a formação profissional e busca desenvolver o povo para viver uma vida digna, produtiva, em harmonia com seu meio ambiente e com o seu semelhante. Esta universidade acredita também na sua capacidade de estimular a consciência acerca dos problemas da sociedade, bem como estimula o compromisso com a solução dos mesmos (UNIFAP, 2001). A UNIFAP deve usar sua posição privilegiada no contexto amapaense para ser um potente impulsor da inovação local e responsável pelo desenvolvimento regional e pelo bem-estar social. Portanto, deve assumir a vanguarda no cumprimento dos ODS, beneficiando e sendo beneficiada por este propósito, conforme demonstrado na Figura 5.

Figura 5 – O papel das universidades no cumprimento dos ODS



Fonte: SDSN, 2017.

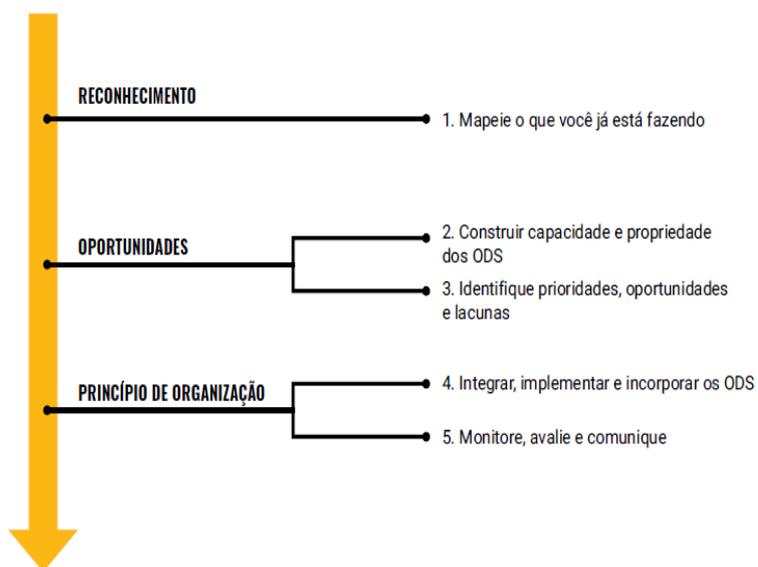
O sucesso na implementação dos ODS depende da relação de interdependência entre a Agenda e as universidades, que são construtoras e detentoras do conhecimento e das soluções que sustentam o cumprimento dos objetivos (SDSN, 2017). As universidades reúnem pessoas de várias disciplinas e expertises, capazes de encontrar soluções inovadoras para os problemas regionais, mobilizando toda a comunidade acadêmica, parceiros e colaboradores para ações

voltadas ao cumprimento dos ODS. As universidades são reconhecidas como entidades neutras e responsáveis por guiar e liderar a resposta local, regional, nacional e internacional por meio do diálogo e da construção de alianças intersetoriais (SDSN, 2017). Em contrapartida, ao aderir aos ODS em seus processos, a universidade tem a oportunidade de evidenciar seu impacto global e regional, reforçando sua contribuição e relevância para a sociedade. Ela ainda pode impulsionar a capacidade catalisadora de pessoas interessadas em implementar a Agenda 2030 ao oferecer e conduzir formação voltada para os ODS (SDSN, 2020). Outra força proporcionada pelos ODS é um quadro comum em que diferentes organizações trabalham juntas em interesses compartilhados, impulsionando alianças interdisciplinares, redes de colaboração e parcerias, dentro e fora da universidade. Estas novas alianças possibilitam acessar e captar novas fontes de financiamento, ampliando a capacidade de implementar novas ações e estratégias para o cumprimento dos ODS (SDSN, 2020).

Ao se comprometerem com os ODS, as universidades se tornam protagonistas na liderança externa, no engajamento público e na participação nas tomadas de decisão em relação aos ODS, facilitando o diálogo e as ações intersetoriais e ajudando a projetar políticas públicas baseadas nos ODS. Com sua atuação local orientada globalmente, as universidades tornam-se líderes na modificação da realidade cidadina (CORBARI et al., 2021, p. 7).

Os ODS também proporcionam uma oportunidade para uma abordagem sistêmica e integrada do DS. Em termos gerais, as universidades podem se engajar com os ODS por meio de três níveis, que são subdivididos em cinco etapas, conforme apresentado na Figura 6.

Figura 6 – Visão geral do processo passo a passo para aprofundar e expandir a implementação de ODS



Fonte: SDSN (2020, p. 28).

O primeiro passo para a universidade identificar como pode contribuir com a Agenda 2030 é realizar um diagnóstico do que já está sendo feito e quem está trabalhando para cumprir os ODS. Esta etapa serve para medir o nível de alfabetização da comunidade acadêmica em relação ao tema do DS e identificar os recursos-chave disponíveis na instituição (SDSN, 2020, p. 30). De maneira geral, a Figura 7 aponta as principais contribuições que a universidade pode fazer para os ODS.

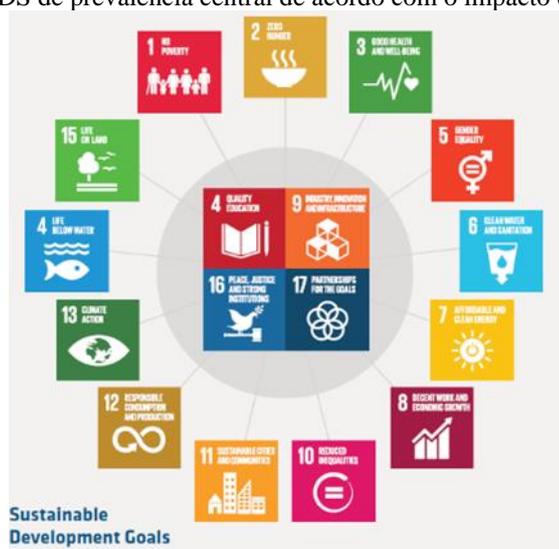
Figura 7 – Resumo das contribuições-chave de universidades



Fonte: SDSN (2020, p. 6).

De acordo com Jorgensen (2019), as universidades estão prontas para enfrentar o desafio de implementar os ODS. No entanto, ainda precisam abordar algumas questões específicas para levar este papel ao próximo nível. Por outro lado, Cortese (2003, p. 19) acredita que a questão não está na capacidade das universidades de assumirem este desafio, mas na vontade e no prazo para fazê-lo. Além disto, o impacto das universidades é prevalente em quatro ODS centrais que são interconectados com a implementação dos demais objetivos da Agenda, conforme apresentado na Figura 8.

Figura 8 – 4 ODS de prevalência central de acordo com o impacto das universidades



Fonte: Jorgensen (2019, p. 3).

De acordo com EUA (2018, p. 2), as universidades desempenham um papel fundamental na implementação dos ODS da Agenda 2030, contribuindo para quatro objetivos centrais: pesquisa de ponta e inovação (Objetivo 9), educação de alta qualidade (Objetivo 4), integração à sociedade civil (Objetivo 16) e promoção de parcerias globais e locais (Objetivo 17). Ao contribuir para estes objetivos, as universidades se tornam agentes facilitadores do cumprimento de todos os outros objetivos da Agenda.

O interesse e o engajamento das universidades na implementação dos ODS têm aumentado globalmente, com mais de 700 instituições, registradas pela Associação Internacional de Universidades, trabalhando em torno da implementação da Agenda. Entretanto, a implementação efetiva dos ODS requer investimentos em educação, pesquisa e inovação (JORGENSEN, 2019, p. 3).

No Brasil já existem exemplos de universidades assumindo a liderança na promoção dos ODS, como a Universidade Federal do Tocantins (UFT) que, por meio do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional (PPGDR), está comprometida em capilarizar a Agenda 2030 por meio de projetos de pesquisa e extensão. Um exemplo bem-sucedido é o Projeto de Extensão "Nós propomos", desenvolvido pela Universidade Federal do Tocantins em colaboração com escolas estaduais de ensino médio em Palmas, Tocantins (BORGES, BAZZOLI; SERPA, 2021). Este projeto teve como objetivo identificar e elaborar propostas de soluções viáveis para problemas locais relacionados à urbanização, questões sociais e econômicas, inspirados pelos ODS da Agenda 2030.

A pandemia de Covid-19 destacou os problemas e aumentou a urgência de lidar com os desafios futuros das sociedades e do planeta. Neste sentido, as universidades precisam ter uma

visão clara de como desejam desenvolver, moldar e responder a estes desafios. Uma alternativa é que as universidades sejam mais abertas, sem barreiras, envolvidas com outras partes da sociedade e enraizadas em seus valores (MURPHY, 2021). As universidades têm o dever de liderar as transformações, aumentando a consciência, conhecimento, habilidades e valores para a formulação de um novo projeto de humanidade para um futuro justo e sustentável. É evidente que as universidades devem continuamente repensar seu papel no século XXI, tornando-se mais receptivas e sensíveis às necessidades sociais, tornando-se agentes de mudança que abordem os desafios globais. Como um marco globalmente aceito, os ODS fornecem uma estrutura organizada que responde a esta busca (SDSN, 2017).

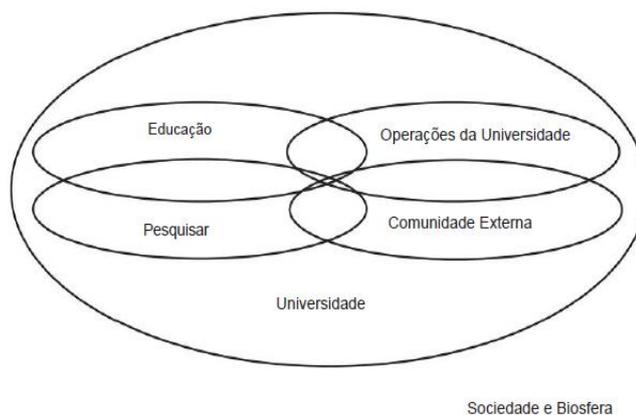
Por fim, a grande maioria das instituições internacionais, empresariais, governamentais e científicas do mundo concorda com a necessidade de mudanças nos valores e ações individuais e coletivas para promover o bem-estar do planeta e uma sociedade mais justa. Entretanto, se a universidade não liderar os esforços em direção ao desenvolvimento sustentável, quem o fará?

A próxima subseção tem como objetivo destacar as contribuições que as funções fundamentais da universidade (ensino, pesquisa, extensão e gestão) podem oferecer para a integração, incorporação e implementação dos objetivos da Agenda 2030.

2.4.1 As funções da universidade alinhadas aos ODS da Agenda 2030

Embora as universidades realizem contribuições diárias para alcançar os ODS, sua capacidade de ampliar o alcance e acelerar o progresso é limitada por fatores internos e externos (SDSN, 2017, p. 32). A implementação de uma Agenda tão ambiciosa como a da resolução de problemas complexos requer a conexão entre as partes do sistema acadêmico. Para esquematizar esta prática, Cortese (2003) destaca a conexão entre os diversos processos da universidade em sua representação geral, conforme demonstrado na Figura 9.

Figura 9 – Diagrama de prática geral do Ensino Superior

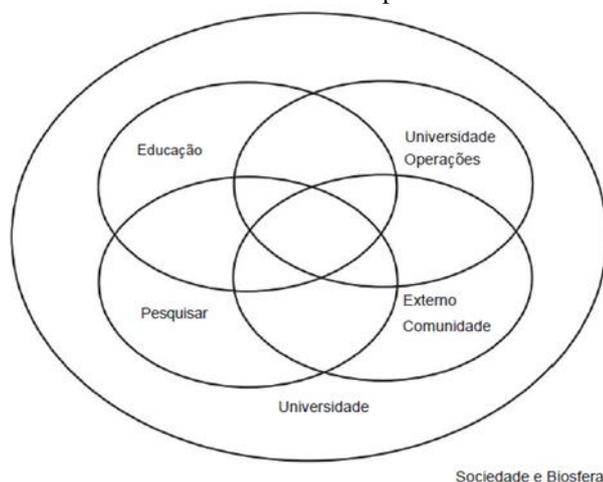


Fonte: Cortese (2003, p 17).

Em grande parte, as atividades de ensino, pesquisa, operações administrativas e interação com a comunidade são conduzidas de forma separadas e desarticuladas, mas esta abordagem é inadequada para sustentar as mudanças que o DS exige. Todas as partes do sistema universitário são importantes para mudanças significativas e a conexão entre elas é essencial para este propósito (CORTESE, 2003, p. 18). Por outro lado, os ODS fornecem uma estrutura global compartilhada para ação prática, o que possibilita a reconfiguração dos sistemas acadêmicos em todo o mundo (SDSN, 2017). Esta nova configuração requer a reorganização de programas e projetos, bem como maior articulação entre seus processos. Esta reformulação parte do pressuposto de que os programas universitários voltados para o DS devem ser organizados em torno dos problemas que a sociedade enfrenta, para que possam ser otimizados e eficazes na resolução destes problemas, que só podem ocorrer conectando “cabeça, coração e mão” (CORTESE, 2003, p. 18). Para promover uma atuação mais efetiva em prol do desenvolvimento sustentável, é necessário integrar os currículos dos cursos, práticas pedagógicas, atividades de pesquisa, extensão, gestão, planejamento e investimentos alinhados à Agenda 2030 e aos ODS. A implementação destes objetivos incentiva a inovação, a integração e a articulação das funções da universidade, aumentando seu valor público e social e acelerando o cumprimento da Agenda (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020; CORTESE, 2003). Desta

forma, a universidade pode operar como um sistema integrado, com atuação focada na promoção do desenvolvimento sustentável, conforme demonstrado na Figura 10.

Figura 10 – Modelagem de sustentabilidade do Ensino Superior como um sistema totalmente integrado



Fonte: Cortese (2003, p. 17).

O caráter universal, indivisível e interligado dos ODS e suas metas implicam na necessidade de alto nível de articulação das ações da universidade (ensino, pesquisa, extensão e gestão), possibilitam também a ampliação do rol de interessados (*stakeholders*), em que múltiplos agentes, governamentais ou não, fomentam o caráter global e multisetorial da Agenda.

O *locus* universitário oferece inúmeras oportunidades de ampliação da sua capacidade e de absorção dos ODS em seus processos de ensino, pesquisa, extensão e gestão. Conforme destacado por Cabral, Gehre e Melara (2020), o Guia da Agenda 2030, desenvolvido pela Universidade de Brasília (UnB) em parceria com a Universidade Paulista (Unesp), é um instrumento que apresenta inúmeras possibilidades de aplicação dos 17 ODS nas atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão. A seguir são apresentadas algumas contribuições que cada uma das funções da universidade pode oferecer para a implementação dos ODS.

2.4.2 Ensino

Na função Ensino, o objetivo é capacitar e motivar tanto os alunos quanto os não-alunos a se tornarem agentes ativos na construção de um futuro sustentável. No entanto, é notável que grande parte do ensino superior ainda enfatiza a aprendizagem baseada na competição, o que pode resultar em profissionais despreparados para esforços colaborativos e cooperativos. Além de os processos de ensino e aprendizagem frequentemente serem fragmentados e não estarem

conectados com sistemas maiores, o que leva a enxergar desafios interdependentes como separados, hierárquicos e competitivos (CORTESE, 2003, p. 16-18).

Mas, apenas aumentar a conscientização das pessoas sobre as questões relacionadas ao DS, sem desenvolver a capacidade de abordar estes desafios de maneira adequada, pode levar à impotência, apatia e retraimento (WALS, 2015). Portanto, os processos de ensino devem enfatizar uma aprendizagem ativa, experiencial, baseada em investigação e problemas do mundo real e que leve em consideração a necessidade de "alfabetização ambiental e de sustentabilidade" (WALS, 2015, p. 18). Por isto é importante repensar os currículos dos cursos e programas de forma a incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável. É preciso permitir que os alunos se envolvam em melhorias nas comunidades locais, elevando a experiência educacional de um nível teórico, competitivo e fragmentado para um nível prático, cooperativo e com impacto na comunidade interna e externa (CORTESE, 2003).

Para promover uma abordagem mais abrangente e transformadora do ensino superior em relação aos ODS, é necessário estabelecer conexões significativas entre as diferentes áreas de conhecimento, a fim de aumentar as redes internas e externas e expandir o alcance das ações. Isto deve ser complementado por uma exploração das interconexões entre os ODS, a fim de obter uma visão holística das questões envolvidas e promover a interdisciplinaridade (SDSN, 2020, p. 13). Ademais, é importante que toda a comunidade acadêmica, e não apenas os alunos, esteja ciente das questões locais e regionais relevantes, a fim de que todos possam contribuir positivamente para enfrentar estes desafios. O Quadro 4 apresenta um conjunto de alternativas para alcançar diferentes grupos de alunos por meio do ensino.

Quadro 4 – Alternativas para o alcance de alunos no processo de ensino-aprendizagem voltados aos ODS

Aprendizes	Vias
Alunos "tradicionais"	<ul style="list-style-type: none"> • Por meio do currículo, incluindo material de aula, atribuições, atividades de aula, projetos de aula, viagens de estudo, etc. • Cursos básicos ou cursos online abertos massivos (MOOCs) • Atividades co-curriculares e de envolvimento dos alunos • Clubes e sociedades e atividades lideradas por estudantes • Boas-vindas e atividades de orientação • Programas de voluntariado • Iniciativas de "Laboratório vivo" dentro ou fora do campus • Treinamento de alunos de pós-graduação • Bolsas de estudo, estágios e programas de intercâmbio • Hackathons e iniciativas de empreendedorismo • Site da universidade e comunicações orientadas para o aluno • Unidade / curso / manual / catálogo do programa • Serviços de apoio ao ensino e aprendizagem, como bibliotecas • Sinalização nas instalações do campus
Pessoal da universidade	<ul style="list-style-type: none"> • Nova orientação da equipe • Desenvolvimento profissional • Programas de sustentabilidade para funcionários • Site da universidade e comunicações orientadas para a equipe • Sinalização nas instalações do campus • Atividades de engajamento da equipe nos ODS
Alunos e participantes em não programas de graduação	<ul style="list-style-type: none"> • Educação executiva, desenvolvimento profissional, educação de adultos • Treinamento vocacional • Educação de adultos • Cursos de proficiência em idiomas • Cursos de transição • Escolas de verão • MOOCs
A comunidade em geral	<ul style="list-style-type: none"> • Eventos públicos e atividades de envolvimento e divulgação da comunidade • Performances e exposições • Programas de extensão do ensino médio • Iniciativas de "Laboratório vivo" fora do campus • Seminários, conferências • MOOCs

Fonte: SDSN (2020).

O Guia da Agenda 2030 fornece um exemplo de como a universidade pode abordar o ODS 3 "Saúde e Bem-Estar":

[...] e a produção de currículos que abordem saúde mental, bem-estar, saúde reprodutiva e sexual durante todas as etapas de desenvolvimento e educação humana, como também currículos que interseccionam a saúde e outras temáticas formativas que impactam a integralidade e bem-estar humanos, além de incentivar a educação voltada às ações preventivas e de conscientização (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020, p. 40).

O ODS 5 "Igualdade de Gênero" pode ser trabalhado da seguinte forma:

[...] criar ambiente acolhedor e não discriminatório, por meio da ampliação de políticas de proteção e acolhimento das vítimas de violência doméstica e demais mulheres em posição de vulnerabilidade social, dentro e fora do ambiente universitário, e promover a reflexão crítica acerca de todo o currículo dos cursos, de modo a considerar a perspectiva de gênero e representatividade, partindo da

introdução de produções de conhecimento elaboradas por mulheres e a produção de currículos que abordem saúde mental, bem-estar, saúde reprodutiva e sexual durante todas as etapas de desenvolvimento e educação humana, como também currículos que interseccionam a saúde e outras temáticas formativas que impactam a integralidade e bem-estar humanos, além de incentivar a educação voltada às ações preventivas e de conscientização (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020, p.56).

A UFT pode ser uma referência na implementação de ações no ensino, como evidenciado pelo PPGDR, que alinhou as ementas de suas disciplinas “Seminários Interdisciplinares I e II” à Agenda 2030 (BORGES; BAZZOLI; SERPA, 2021). Outras medidas incluem a criação e reformulação de programas educacionais em diferentes níveis, como graduação, mestrado, doutorado e treinamento da equipe técnica. Isto envolve capacitação e orientação para estudantes, professores e técnicos com conhecimentos e habilidades voltadas para promover mudanças alinhadas aos princípios do DS (FLEIG; NASCIMENTO; MICHALISZYN, 2021; SDSN, 2020).

2.4.3 Extensão

As atividades de extensão na universidade têm como objetivo fomentar a compreensão de que a instituição não detém um conhecimento pronto e acabado a ser disseminado na sociedade a seu critério. Pelo contrário, a extensão requer diálogos constantes que possibilitem a troca de saberes entre os envolvidos, gerando impactos tanto na sociedade quanto na própria universidade (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020). Por isto, a extensão, também conhecida como ‘Terceira Missão’, abrange uma ampla gama de serviços e tem como destinatários diversos grupos sociais, organizações populares, movimentos sociais, comunidades locais e regionais, governos locais e setor privado. Para cumprir seu papel, é preciso evitar que as atividades de extensão sejam originadas com o intuito de arrecadar recursos extras, o que pode levar à privatização sutil da universidade pública. Neste sentido, as atividades de extensão devem priorizar o apoio solidário à resolução de problemas relacionados à exclusão e discriminação social, dando voz aos grupos marginalizados (SANTOS, 2008, p. 67).

O marco regulatório da extensão no Brasil está diretamente relacionado aos ODS da Agenda 2030. A Resolução 7 de 18 de dezembro de 2018, do Conselho Nacional de Educação (CNE), que estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira, apresenta objetivos que estão em consonância com os princípios do DS e são fundamentais para o cumprimento dos ODS, veja:

Art. 6º Estruturam a concepção e a prática das Diretrizes da Extensão na Educação Superior: I - a contribuição na formação integral do estudante, estimulando sua **formação como cidadão crítico e responsável**; II - o estabelecimento de **diálogo construtivo e transformador com os demais setores da sociedade brasileira** e internacional, respeitando e promovendo a interculturalidade; III - a **promoção de iniciativas que expressem o compromisso social das instituições de ensino superior com todas as áreas**, em especial, as de comunicação, cultura, direitos humanos e justiça, educação, meio ambiente, saúde, tecnologia e produção, e trabalho, em consonância com as políticas ligadas às diretrizes para a educação ambiental, educação étnico-racial, direitos humanos e educação indígena; IV - a promoção da reflexão ética quanto à dimensão social do ensino e da pesquisa; V - **o incentivo à atuação da comunidade acadêmica e técnica na contribuição ao enfrentamento das questões da sociedade brasileira**, inclusive por meio do desenvolvimento econômico, social e cultural; VI - o apoio em princípios éticos que expressem o compromisso social de cada estabelecimento superior de educação; VII - a **atuação na produção e na construção de conhecimentos, atualizados e coerentes, voltados para o desenvolvimento social, equitativo, sustentável**, com a realidade brasileira (BRASIL, 2018, grifo nosso).

A efetivação de uma relação dialógica entre a universidade e a sociedade é capaz de promover transformações profundas no processo acadêmico. Esta relação estimula a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade, integrando ensino, pesquisa e extensão, e combatendo a fragmentação da estrutura disciplinar. Assim, consolida-se um processo de produção de conhecimento que oferece terreno fértil para a construção de uma “Universidade Cidadã” comprometida com a transformação social (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020).

A interconexão entre os ODS e o seu caráter indivisível permitem que os programas e projetos de extensão sejam transversais e interinstitucionais. Ao problematizar a realidade, é possível articular as atividades extensionistas com outros setores da sociedade, outras fontes de saberes e culturas, evidenciando as prioridades locais e permitindo que a universidade participe ativamente das lutas sociais. Esta integração democratiza os saberes produzidos pela universidade, assegura a inclusão e fortalece a educação superior democrática.

O Projeto de Extensão “Nós Propomos”, realizado pela UFT, é um exemplo de interação com os ODS. O objetivo deste projeto foi identificar e elaborar propostas de resoluções viáveis para os problemas locais de ordem urbanística, social e econômica, tendo como inspiração a Agenda 2030. Vale destacar que no projeto “Nós propomos”, as atividades foram propostas de maneira participativa, com o empoderamento cidadão e a maior cobrança do poder público para ampliação de políticas sociais.

Através da extensão universitária, a integração do conteúdo com a prática se torna possível, permitindo a conexão das atividades acadêmicas com os ODS. Esta integração é fundamental tanto para a produção interna da universidade quanto para a integração externa com a sociedade e o poder público na formulação de políticas públicas baseadas na Agenda

2030. Este processo é bidirecional e gera construções permanentes em formato de assembleias, nas quais são discutidas propostas de ações e realizada a devolutiva dos resultados alcançados (BORGES; BAZZOLI; SERPA, 2021). Como resultado, a integração da extensão com os ODS oferece importantes instrumentos de diálogo com a sociedade, aproxima a universidade das prioridades regionais e possibilita a formulação de políticas públicas para a resolução destes problemas.

2.4.4 Pesquisa

A universidade tem a responsabilidade de ampliar a consciência, habilidades e valores necessários para criar um mundo justo e sustentável; ela possui liberdade acadêmica, massa crítica e diversidade de habilidades para desenvolver novas ideias e enfrentar os desafios da sociedade, promovendo ações ousadas em busca de soluções (CORTESE, 2003, p. 17). Por isto, a pesquisa é um motor fundamental para mudanças estruturais no país. Sabemos que para atingir os ODS, a comunidade mundial precisará superar muitas dificuldades e transformar a interação entre as sociedades e seus sistemas econômicos. A pesquisa tem um papel crucial na consolidação e respaldo desta tarefa, formulando conhecimento, base empírica e soluções inovadoras (SDSN, 2017, p. 17).

No Brasil, a ciência é praticada principalmente em universidades públicas, como destacado no relatório do grupo *Web of Science* (2019), que mostra que 15 universidades produziram cerca de 60% da ciência brasileira entre 2013 e 2018. Além disto, 81% das publicações conjuntas entre universidade e indústria no período de 2015 a 2017 foram colaborações entre universidades públicas e a indústria (CORBARI et al., 2021).

Vários ODS referem-se diretamente ao emprego da pesquisa como elemento-chave e há uma expectativa crescente de que as pesquisas apresentem soluções para os problemas decorrentes da insustentabilidade. O Guia da Agenda 2030 apresenta um exemplo de como a universidade pode abordar o ODS 3, "Saúde e Bem-Estar":

[...] incentivar as pesquisas nas áreas de medicamentos e vacinas; incentivar as pesquisas que tratem sobre as várias nuances das epidemias, incluindo a frequência, especificidades de letalidade, tratamento, entre outros; fortalecer a implementação da Convenção-Quadro para o Controle do Tabaco; aumentar o fomento às pesquisas que olhem com uma lente social sobre os problemas de saúde, como vulnerabilidade das populações; e estimular o estudo da Agenda 2030 como uma agenda formada a partir da necessidade de saúde universal e equitativa. Todos esses enfoques, além de outros, são caminhos para buscar plenitude dos ODS, em especial do ODS 3 (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020, p. 40).

O ODS 5 “Igualdade de Gênero” pode ser trabalhado da seguinte forma:

[...] investimentos em pesquisas direcionadas à temática igualdade de gênero, que considerem os impactos da violência de gênero em comunidades periféricas, no meio rural e em comunidades tradicionais e quilombolas e todas as formas de discriminação contra mulheres e meninas; a busca por dados e números estatísticos transparentes, atualizados e acessíveis - em parcerias com pesquisadoras da área - que tragam uma visão ampla e melhores parâmetros de conscientização [...] (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020, p. 57).

A universidade é uma instituição social e culturalmente responsável pela produção do conhecimento e deve liderar as transformações, buscando soluções para problemas socioambientais. Como destacado por Moraes (1994, p. 59), a universidade é também um importante ponto de denúncia e conscientização. Além de incentivar e promover a pesquisa sobre os ODS, as universidades devem fomentar a inovação para o desenvolvimento sustentável, como apontado pela SDSN (2020).

2.4.5 Gestão

O alinhamento dos ODS com as estruturas governamentais e políticas operacionais da universidade é igualmente importante em relação a outras funções, porque é esta função que dá suporte e orientação às outras funções da universidade. Desta forma, a dimensão estrutural da universidade recebe um tratamento semelhante ao das cidades, considerando o fluxo de pessoas e bens, o aparato financeiro-orçamentário, as dimensões das instalações físicas, os investimentos em infraestruturas em áreas adjacentes e o consumo de recursos. As universidades também podem atuar como influenciadoras de suas regiões por meio de suas cadeias de fornecedores e alcance internacional (SDSN, 2020, p. 24).

As operações administrativas da universidade têm um impacto significativo nos aspectos sociais, culturais e ambientais de bem-estar nos campi, comunidades e regiões. Estes impactos estão relacionados aos ODS da Agenda 2030 e, ao agir de forma responsável, as universidades podem fazer contribuições significativas para o seu cumprimento (CORTESE, 2003, p. 19). A universidade ainda é uma representação em escala reduzida da comunidade maior. Por esta razão, a forma como executa suas atividades diárias é uma importante demonstração de como alcançar uma vida responsável ambientalmente e reforçar os valores e comportamentos desejados. O grupo de atividades de gestão oferece a oportunidade de construir um forte senso de colaboração e cooperação em toda a instituição. Quando seus membros

compreendem o "metabolismo institucional", eles se tornam conscientes de seu "endereço ecológico" (CORTESE, 2003, p. 5), influenciando as outras funções da universidade.

Planos como o Plano Diretor Participativo, Plano de Logística Sustentável (PLS) e Plano de Internacionalização são exemplos de mecanismos que podem evidenciar contribuições significativas da instituição em relação ao cumprimento de vários ODS. Outras proposições em nível de gestão para a implementação da Agenda 2030 incluem a criação de novas unidades organizacionais para abrigar programas e projetos universitários de desenvolvimento sustentável, a ampliação das redes de cooperação na esfera pública e privada, formulação e aprimoramento dos planos de cooperação e atuação como suporte aos governos locais, aconselhando e analisando políticas em várias esferas de governo (SDSN, 2020).

Diversas organizações internacionais surgiram para estimular o envolvimento das universidades na implementação dos ODS, considerando o papel fundamental que elas desempenham. A *Sustainable Development Solutions Network* (SDSN), a *Future Earth*, a UNESCO e os Princípios de Gestão Responsável em Educação (PRIME) são algumas delas. Associações independentes, como a *Australasian Campuses Towards Sustainability* (ACTS), a *Environmental Association for Universities and Colleges* (EUAC) e a *Association for the Advancement of Sustainability in Higher Education* (AASHE), fomentam as discussões sobre como as universidades podem abordar os ODS em suas atividades (SDSN, 2017).

Para alcançar mudanças significativas é fundamental conectar as diferentes partes do sistema universitário, incluindo ensino, pesquisa, extensão e gestão (CORTESE, 2003, p. 18). O alinhamento dos ODS às funções universitárias permite uma abordagem sistêmica e interdisciplinar dos problemas regionais, possibilitando a formulação de políticas públicas com base nas prioridades locais. Ao integrar as ações universitárias à Agenda 2030, é possível inovar as práticas universitárias, projetos e programas, estimular a ruptura com a fragmentação do conhecimento e redirecionar a busca pela descolonização da educação (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020).

2.5 OS MÚLTIPLOS DESAFIOS DA UNIVERSIDADE PÚBLICA

As contribuições mencionadas anteriormente evidenciam o papel estratégico da universidade na implementação da Agenda de desenvolvimento sustentável. Contudo, é importante destacar que a política educacional está intimamente ligada à lógica social e econômica em vigor, que determina como a universidade se estrutura e opera. E a tarefa de aplicar a Agenda 2030 enfrenta limitações internas e externas às universidades. Estas limitações

podem estar relacionadas às fragilidades da própria Agenda, bem como ao processo de mercantilização da educação superior e às crises enfrentadas pelas universidades públicas (como a crise hegemônica, de legitimidade e institucional), que foram exacerbadas pela política de corte de orçamento dos últimos anos (BRUNNER, 2006; FERREIRA, 2022; SANTOS, 2008; SGUISSARD, 2016).

Para superar estes desafios, é preciso refletir sobre a missão da universidade e da educação superior nos últimos tempos e a quem elas têm servido. Apesar de a Constituição brasileira estabelecer que a educação deve promover o desenvolvimento pleno da pessoa e sua qualificação para o trabalho, o aparato neoliberal busca transformar o indivíduo em um agente subserviente aos interesses do capital (LAVAL, 2016). Nos últimos anos, tem ocorrido uma mudança no controle dos sistemas de educação superior, deixando de ser predominantemente governamental e acadêmico para se tornar mais orientado ao mercado. Isto tem resultado em uma competição cada vez maior entre as Instituições de Ensino Superior (IES) para obter recursos financeiros para suas atividades. Este movimento é conhecido como mercadização, embora alguns usem termos como privatização, comercialização e mercantilização (BRUNNER, 2006, p. 3). Brunner (2006) destaca a importância de compreender este processo de mercantilização e suas consequências:

um sistema de coordenação baseado em relações de compra e venda, onde existe um campo definido de produção/consumo, há competição entre os produtores, produtos identificados, preços e intercâmbios monetários entre produtores e consumidores, e onde vigoram comportamentos e valores consistentes com o cálculo econômico. (BRUNNER, 2006, p. 65).

De acordo com o autor mencionado, as características da mercantilização das universidades públicas em países centrais e periféricos incluem:

- a) A submissão da educação superior a um regime que lhe impõe eficiência, efetividade e *value money* por métodos externos de garantia da qualidade e outros meios de *accountability*;
- b) Fundos públicos declinantes para subsidiar mensalidades e o custo de serviços, ao lado da exigência de satisfação de uma crescente demanda por educação superior com menor inversão pública;
- c) A exigência de gestão das universidades públicas segundo princípios ou métodos próprios da gestão privada e predomínio de enfoques empresariais e de management na educação superior;
- d) A demanda por diversificação das fontes de financiamento das instituições combinada com a dedução de responsabilidade prioritária do Estado em relação à educação pública;
- e) A privatização da educação superior, tanto mediante a terceirização dos serviços e, inclusive, áreas de estudo, quanto mediante o incentivo de competição entre instituições públicas;
- f) Reformas curriculares orientadas para o mercado; ênfase na pesquisa aplicada e vínculo das universidades com as empresas; maior preocupação com os temas da

propriedade intelectual (patentes) e prioridade à pesquisa que conduza ao desenvolvimento e comercialização de produtos;

g) Erosão ou perda do conceito de bem público [social]; a baixa qualidade do 'serviço';

h) Erosão da cultura democrático-colegial das IES públicas;

Deterioração das áreas de estudo distantes do mercado, como artes e humanidades. (BRUNNER, 2006, p. 22-24).

A tendência de alinhar a educação com a lógica de mercado se torna mais aparente quando se reconhece que, ao longo da história, a universidade não esteve subordinada aos interesses das elites hegemônicas, as quais utilizaram a educação superior para formar seus próprios quadros e promover seus interesses pessoais com maior eficiência e sucesso. Conforme Bianchetti e Silveira (2016, p. 79), "desde as origens do Estado Moderno, a concepção de universidade é atravessada pelo caráter instrumental, no sentido de responder às demandas e aos tempos econômico, industrial, tecnológico e urbano da ordem capitalista".

Por outro lado, as universidades públicas enfrentam desafios ainda maiores devido ao agravamento das crises de hegemonia, legitimidade e institucionais que enfraquecem sua atuação e a tornam reativa, dependente e imediatista. Assim, a crise institucional, induzida pela crise financeira acentuada nos últimos anos, é um fenômeno decorrente da perda de prioridade da universidade pública entre os bens públicos produzidos pelo Estado, conforme evidenciado por Santos (2008):

[...] perda de prioridade da universidade pública nas políticas públicas do Estado foi, antes de mais, o resultado da perda geral de prioridade das políticas sociais (educação, saúde, previdência), induzida pelo modelo de desenvolvimento econômico conhecido por neoliberalismo ou globalização neoliberal que, a partir da década de 1980, se impôs internacionalmente. Na universidade pública ele significou que as debilidades institucionais identificadas - e não eram poucas -, em vez de servirem de justificação a um vasto programa político-pedagógico de reforma da universidade pública, foram declaradas insuperáveis e utilizadas para justificar a abertura generalizada do bem público universitário à exploração comercial (p.18).

Segundo o V Relatório Luz da Sociedade Civil da Agenda 2030 (GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030, 2021), o processo de desinvestimento no Brasil não se restringe à educação e o país está entre aqueles que mais se distanciam do compromisso assumido na Carta Magna de 1988 e no Acordo Global de 2015. Elaborado por 106 especialistas em diversas áreas, o relatório analisou os 17 ODS e constatou retrocessos, estagnação e ameaças em várias das 92 metas (54,4%) relacionadas a direitos sociais, ambientais, econômicos, civis e políticos. Em vez de aumentar investimentos em áreas sociais, o país adotou políticas de austeridade, desregulamentou instâncias fiscalizadoras e reduziu recursos para saúde, educação, proteção social, ciência e tecnologia, igualdade de

gênero e racial e meio ambiente. A política de sufocamento orçamentário da Educação Superior no Brasil, intensificada desde 2016, faz parte do projeto de subverter o papel da universidade pública aos interesses do mercado (FERREIRA, 2022, p. 171).

O desinvestimento estatal na universidade pública e a mercantilização global da educação constituem os alicerces de um amplo projeto global de política universitária destinado a transformar a maneira como a universidade como bem público tem sido produzida. Este projeto envolve dois níveis e formas de mercantilização da universidade. O primeiro é a indução da universidade pública a superar a crise financeira por meio da geração de receitas próprias, provenientes de parcerias com o capital, especialmente industrial. O segundo nível é a tendência de eliminar a distinção entre universidade pública e privada, transformando a universidade em uma empresa que se autoproduz como mercado (SANTOS, 2008, p. 21).

Com o enfraquecimento das políticas públicas nos campos sociais, a educação pública, direito de todos e dever do Estado, é abandonada e, quando possível, privatizada em nome da falta de eficiência e recursos que, de outro modo, não faltam aos outros setores de maior interesse econômico (GOERGEN et al., 2019, p. 2). Os autores ainda complementam que a estratégia de enfraquecimento da educação pública inclui:

[...] a promulgação da Emenda Constitucional nº 95, de 16 de dezembro de 2016 [(BRASIL, 2016)], que congela por 20 anos os investimentos em políticas públicas inviabilizando a realização de metas do Plano Nacional de Educação (PNE); o não cumprimento da destinação de 10% do produto interno bruto (PIB) para a educação; a Lei 13.429, de 31 de março de 2017, da reforma trabalhista (trabalho intermitente) [(BRASIL, 2017c)]; a Lei nº 13.415, de 16 de fevereiro de 2017, da reforma do ensino médio [(BRASIL, 2017a)] e a Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017, que institui e orientou a implantação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) [(BRASIL, 2017d)]. O sujeito cidadão deixa de ser a entidade de referência do modelo educacional posto, por inteiro, a serviço do sistema econômico. Os procedimentos e as exigências técnicas, propostos pelo sistema econômico neoliberal mundial, transformam, ultrapassando, em nome da eficiência e de seus interesses, o limiar de qualquer visão política, social e ética centrada em uma sociedade mais justa. Perde-se a noção de bem público acessível a todos por direito; dissolve-se o conceito de cidadania; transforma-se educação/formação em aprendizagem e treinamento, reduz-se a constituição própria do nacional e social, promovendo novas formações de integração entre os indivíduos e grupos que passam a ser modelados, em todas as esferas, privadas e sociais, sem garantias de mobilidade social e direito à igualdade (GOERGEN et al., 2019, p. 2).

O texto aborda a implantação de um modelo de desenvolvimento político, econômico e humano baseado nos princípios do capital humano, que é referenciado no modo de produção/acumulação capitalista (SGUISSARDI, 2019). Este modelo trata das questões relacionadas à educação com base no gerencialismo e orientado pela lógica mercantilista, que transforma a educação em mercadoria. As reformas educacionais que estão sendo implementadas no Brasil atendem aos interesses e exigências do mercado global em detrimento

da realidade nacional e dos ideais pedagógicos de formação humana. Este movimento pode ser visto pelo aumento significativo das instituições de ensino superior privadas em relação às públicas, representando 86,64% da rede de ensino superior no Brasil, de acordo com o Censo do INEP de 2018 (CORBARI et al., 2021, p. 7).

Os desafios para o avanço em direção ao desenvolvimento sustentável estão intrinsecamente ligados aos interesses e prioridades dos modelos hegemônicos de desenvolvimento, que permeiam as engrenagens e mecanismos de mudança. É fútil tentar resolver os problemas apresentados na Agenda 2030 enquanto estes mecanismos forem controlados por um sistema que gera e amplia crises. Sendo assim, Sguissardi (2016, p. 16) destaca alguns desafios a serem enfrentados:

- a) O deslocamento do eixo de coordenação dos sistemas de educação superior do governo e das corporações acadêmicas da esfera pública para o mercado;
- b) A concorrência ou competição entre instituições, unidades acadêmicas, cursos, programas de pós-graduação e pesquisa, por recursos de fontes estatais e privados, por alunos, professores, pesquisadores, reputações acadêmicas, que inclui os rankings internacionais, de modo similar ao que ocorre no mercado;
- c) O produtivismo científico e a alienação acadêmica;
- d) Os limites impostos à liberdade de pensar, de pesquisar, de ensinar, de divulgar e utilizar livremente as descobertas científicas, realizadas em sua maioria, direta ou indiretamente, com recursos de fundos públicos;
- e) As reformas curriculares orientadas para o mercado, com ênfase na pesquisa aplicada que conduza à comercialização de produtos, o estreitamento do vínculo universidade-empresa, a supervalorização da propriedade intelectual e do abandono de áreas de estudo e pesquisa como artes e humanidades, antropologia, sociologia, filosofia e outras que não tenham valor de mercado;
- f) A erosão gradativa da cultura democrático-colegial nas IES estatais/públicas e seu abandono nas IES privado-mercantis, substituída, no caso destas, por conselhos administrativo-econômicos e de marketing dominados por representantes dos principais proprietários/acionistas, do mercado em geral e do mercado de capitais em particular.
- g) A desestruturação das carreiras docentes que terão por referência muito mais a valorização econômica das atividades de pesquisa e ensino, segundo a lógica do valor e dos valores de troca.
- h) A sobrevivência ou a busca de recursos de manutenção diante do abandono da educação superior estatal/pública pelo Estado como prioridade de seus gastos, o que deve redirecionar as prioridades institucionais de pesquisa, ensino e prestação de serviços.
- i) O poder do oligopólio e monopólio empresariais sobre os órgãos oficiais de regulação e supervisão da educação superior, que conduzirão, via de regra, a distorções dos resultados.
- j) A tendência à baixa da qualidade tanto do ensino como da pesquisa. No caso das IES privado-mercantis, dada a baixa concorrência e o amplo espaço de crescimento diante de uma taxa líquida de matrículas que não atinge 20% da faixa etária de 18 a 24 anos, basta conseguir notação, no SINAES (Sistema Nacional de

Avaliação da Educação Superior), igual a 3 numa escala de 1 a 5, para se permanecer no mercado e continuar a competir.

k) A erosão ou perda do conceito de bem público social tradicionalmente aplicado à educação superior.

l) A regulação nacional, com a inescapável pressão do poder de influência dos grupos empresariais sobre os órgãos oficiais de regulação, e transnacional comandada por organismos multilaterais financeiros ou comerciais.

A universidade pública, ao perder seu valor público e social, tem suas funções alinhadas à lógica do mercado, que acaba por sobrepor-se ao poder público do Estado e conduzi-lo a abandonar a prioridade de educação superior pública, transferindo para o mercado a hegemonia sobre a produção e transmissão de conhecimentos. Desta forma, a formação integral das pessoas e a "consolidação e elevação do processo jamais acabado de construção de humanidade" são comprometidas (DIAS SOBRINHO, 2014, p. 661; SGUISSARDI, 2016, p. 17).

No entanto, o engajamento econômico da universidade pode apresentar desafios para suas missões tradicionais, podendo até questionar a própria ideia da universidade e suas funções (VORLEY; NELLES, 2008, p. 158). Portanto, para enfrentar a globalização neoliberal de maneira eficaz e emancipatória, é necessário contrapor-lhe uma globalização alternativa, uma globalização contra-hegemônica que resulte em um amplo contrato político e social da universidade como bem público. Esta alternativa deve ser solidária e baseada em novas tecnologias de informação e comunicação e na constituição de redes nacionais e globais, onde circulem novas pedagogias, novos processos de construção e difusão de conhecimentos científicos e outros, assim como novos compromissos sociais, locais, nacionais e globais (SANTOS, 2008, p. 77-81).

Com base na reflexão de Santos (2008, p. 50-55) e em consonância com a ideia de Gadotti (2008, p. 67) sobre um novo projeto de civilização, é preciso situar o papel da universidade pública na resolução dos problemas sociais que não podem ser considerados sem sua contextualização global. É necessário promover uma nova globalização que se fundamente em princípios éticos diferentes dos que se reduzem à exploração econômica, à dominação política e à exclusão social. Assim, para resgatar sua missão histórica, a universidade pública deve enfrentar os desafios do contexto atual, fortalecendo a extensão, a pesquisa-ação, a ecologia de saberes e o compromisso com a escola pública, além de democratizar o acesso à universidade e promover a pesquisa e a formação que apontem para a solução coletiva dos desafios sociais, nacionais e globais (SANTOS, 2008, p. 56-76). Neste sentido, a absorção da Agenda 2030 pela universidade pública pode ser uma oportunidade para resgatar sua missão histórica e afastar-se dos interesses mercantis, subsidiando novos processos de discussões sobre o DS e a formulação de soluções aos problemas da insustentabilidade. Apesar das condições

adversas, a universidade pública resiste na tentativa de cumprir seu papel de promotora do DS. Porém, é importante trazer reflexões e críticas ao contexto controverso e desfavorável enfrentado pelas universidades atualmente (SANTOS, 2008; GADOTTI, 2008).

3 MATERIAL E MÉTODOS

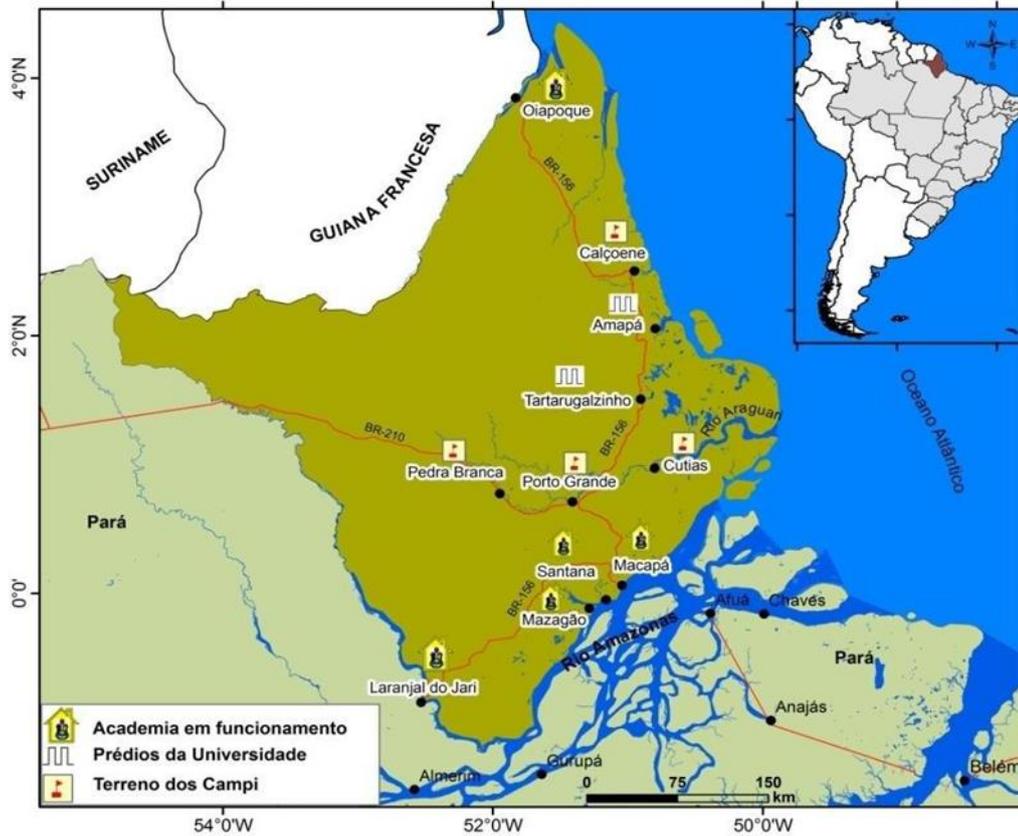
3.1 SUJEITO DA PESQUISA

A Universidade Federal do Amapá (UNIFAP) é o foco deste estudo e foi criada pela Lei 7.530 em 29 de agosto de 1986, através do Decreto 98.977 em 2 de março de 1990. Ela é uma instituição pública de ensino superior, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), e tem como objetivo promover a educação, pesquisa e extensão. A UNIFAP tem como missão a formação de cidadãos e o desenvolvimento social, econômico, ambiental, tecnológico e cultural da Região Amazônica (UNIFAP, 2015).

Na década de 1970, a partir do Núcleo Avançado de Ensino (NEM), vinculado à Universidade Federal do Pará (UFPA), a UNIFAP emergiu como uma válvula de escape para atender à demanda do então Território Federal do Amapá pela formação profissional (GUIMARÃES JÚNIOR et al., 2022). A partir de 2006, com o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (REUNI), ampliou a infraestrutura física, o quadro de docentes, técnico-administrativos e discentes (LOBATO JÚNIOR, 2021).

De acordo com o Plano de Desenvolvimento Institucional (2020-2026) e o Relatório de Gestão 2021, a UNIFAP oferece 52 cursos de graduação, 13 programas de mestrado, quatro programas de doutorado e 16 especializações, totalizando 11.340 alunos matriculados em programas de graduação, pós-graduação, educação a distância e no Programa Nacional de Formação de Professores da Educação Básica (PARFOR) (UNIFAP, 2021). A UNIFAP conta com 508 servidores técnicos, 654 docentes efetivos e 77 substitutos, e recebeu uma dotação orçamentária de R\$ 233.898.964,38 no ano de 2020, proveniente de receitas próprias, emendas parlamentares e termo de execução descentralizada (UNIFAP, 2021). Este orçamento é destinado à sede localizada em Macapá, bem como aos campi e polos nos municípios de Santana, Mazagão, Oiapoque e Vitória do Jari, conforme ilustrado na Figura 11.

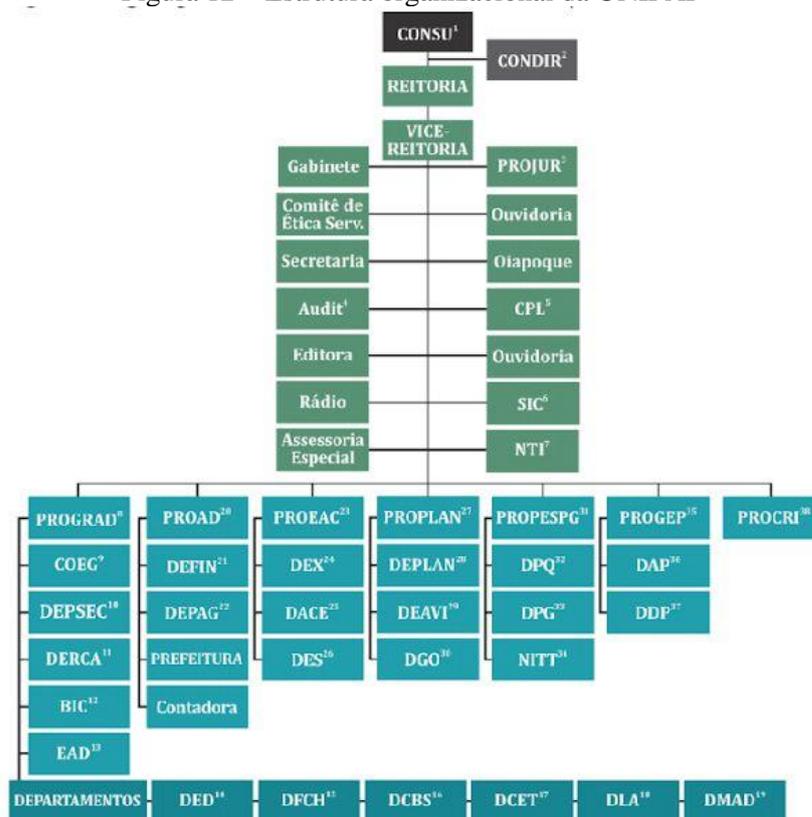
Figura 11 – Mapa da distribuição espacial da infraestrutura da UNIFAP



Fonte: UNIFAP (2020).

A UNIFAP tem uma estrutura organizacional que inclui Órgãos Colegiados Superiores, como o Conselho Diretor (CONDIR) e o Conselho Universitário (CONSU), assim como a Reitoria, Pró-Reitorias, Órgãos de Assessoramento, Órgãos da Administração Geral e Órgãos Executivos de Administração Específica, conforme ilustrado na Figura 12.

Figura 12 – Estrutura organizacional da UNIFAP



Fonte: PDI UNIFAP (2020).

Os Departamentos Acadêmicos são órgãos que possuem estrutura administrativa própria e são responsáveis pelo desenvolvimento de atividades interdisciplinares de ensino, pesquisa e extensão, visando ao desenvolvimento científico, tecnológico e à formação profissional. A UNIFAP conta com seis departamentos: Educação Continuada e à Distância, Educação, Filosofia e Ciências Humanas, Ciências Biológicas e da Saúde, Ciências Exatas e Tecnológicas, e Letras e Artes.

3.2 DELINEAMENTO DO ESTUDO

Esta subseção apresenta o arranjo intelectual e as estratégias utilizadas para alcançar os objetivos do estudo, incluindo a aplicação de técnicas de investigação, ambiente, coleta de dados e controle de variáveis (GIL, 2008). O estudo descritivo tem como principal objetivo caracterizar um fenômeno, sem a combinação de variáveis, como um retrato do que se deseja descrever, especialmente quando as características do fenômeno não estão disponíveis de maneira clara e organizada (VOLPATO, 2015). Além disto, a pesquisa possui um caráter exploratório, uma vez que o tema é considerado relativamente novo e não possui fontes de

referência suficientes (MARTINS JÚNIOR, 2017), sendo necessário aumentar a familiaridade do pesquisador com o ambiente, fato ou fenômeno que sirva de base para pesquisas futuras (MARCONI; LAKATOS, 2003). Ao investigar a UNIFAP ao longo de 16 anos (2005-2021) e correlacionar seus principais processos aos Objetivos da Agenda 2030, o estudo identifica desníveis e desarticulação entre os Eixos definidos na abordagem, especialmente em relação aos níveis de absorção dos ODS em seus processos.

Este estudo se propõe a ser um instrumento para analisar e reformular as políticas públicas educacionais, visando aos desafios globais, promoção da implementação dos ODS e sustentabilidade social, econômica, ambiental e institucional. A contribuição do estudo não se limita apenas à UNIFAP, mas também a outras instituições que enfrentam desafios semelhantes em termos de planejamento, gerenciamento e controle.

3.3 PROCEDIMENTOS ESPECÍFICOS

Para alcançar os objetivos do estudo, a coleta, análise e discussão dos dados foram organizados em quatro eixos: ensino, pesquisa, extensão e gestão, relacionando-os com os ODS da Agenda 2030. Para este propósito foi utilizada uma variedade de fontes de dados primárias e secundárias, como livros, artigos científicos, publicações eletrônicas, relatórios, planos e processos internos, bem como sítios eletrônicos e plataformas de acesso aberto. Para focar nas partes críticas do funcionamento das quatro áreas principais da universidade, os eixos foram subdivididos em grupos de atividades e a coleta de dados foi realizada utilizando diferentes instrumentos e informações, conforme apresentado no Quadro 5. Isto caracterizou o estudo como uma pesquisa bibliográfica e documental (GIL, 2008), com uma abordagem orientada para os desafios sociais, econômicos e ambientais dos ODS (SDSN, 2017).

Quadro 5 - Coleta de dados para cada eixo da pesquisa

EIXO	OBJETO DA COLETA	DISPONIBILIDADE E ACESSO
ENSINO	PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)	Material disponibilizado pela Divisão de Currículos e Programas (DCP), por meio de compartilhamento de pasta no google drive, contendo os PPCs de curso vigentes. Disponível em: https://drive.google.com/drive/u/1/folders/0AB1PAQ9M_7AbUk9PVA
	TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO	Material acessado em três bases de dados: I - Acesso público ao Repositório Institucional da UNIFAP. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/ . II - Acesso público ao Sistema de Biblioteca da UNIFAP. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca . III - Acesso público no sítio eletrônico das coordenações dos cursos sem dados nas bases I e II.
PESQUISA	PROJETOS DE PESQUISA	Material coletado a partir de duas bases de dados: I - Disponibilização pelo Departamento de Pesquisa da UNIFAP, via e-mail, relatório contendo os Projetos registrados no período de 2005 a 2017 (251 fls.). II - Base de dados pública, acessada no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) dos projetos registrados no período de 2018-2021. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf?aba=p-pesquisa
	TESES E DISSERTAÇÕES	Material acessado em três bases de dados: I - Acesso público ao Repositório Institucional da UNIFAP. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/ . II - Acesso público ao Sistema de Biblioteca da UNIFAP. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca . III - Acesso público no sítio eletrônico dos Programas sem dados e/ou com dados insuficientes nas bases I e II.
EXTENSÃO	PROJETOS DE EXTENSÃO	Material coletado a partir de duas bases de dados: I - Consulta de acervo físico/impreso no Setor de Arquivo da Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC), referente ao período de 2005-2016. II - Base de dados pública, acessada no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA) dos projetos registrados no período de 2017-2021. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao
GESTÃO	RESOLUÇÕES APROVADAS	Base de dados pública. Disponível em: https://sigrh.unifap.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf
	AÇÕES DE CAPACITAÇÃO	Material coletado a partir de duas bases de dados: I - Arquivos em mídia, disponibilizados pela Divisão de Capacitação de Pessoas contendo os Relatórios Anuais de Capacitação no período de 2007-2019. II - Acesso público aos Relatórios Anuais da Capacitação de Pessoas 2020-2021. Disponível no sítio eletrônico Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP):

		https://www2.unifap.br/drh/desenvolvimento-na-carreira/tecnico-administrativo/plano-anual-de-capacitacao-2019/
--	--	---

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Para fornecer um entendimento mais abrangente das técnicas empregadas na coleta de dados, é importante detalhar os meios utilizados em cada um dos eixos abordados nesta pesquisa. Desta forma, é possível compreender a abrangência e a profundidade da metodologia utilizada a partir dos Eixos abordados a seguir.

3.3.1 Eixo Ensino

Para a coleta e análise de dados do Eixo Ensino, a amostragem foi delimitada com base nos *campi* e departamentos acadêmicos que oferecem cursos presenciais atualmente em funcionamento, como detalhado no Quadro 6. No total, foram considerados 44 cursos de graduação, distribuídos em nove unidades acadêmicas distintas.

Quadro 6 – Delimitação da amostragem do eixo ensino

Unidade Acadêmica	Curso	Ano de Implantação
Campus Mazagão	Educação do Campo: Ciências Agrárias e Biologia - Licenciatura	2014
Campus Oiapoque	Intercultural Indígena – Licenciatura	2007
	Ciências Biológicas – Licenciatura	2014
	Enfermagem – Bacharelado	2014
	Pedagogia – Licenciatura	2014
	Direito – Bacharelado	2014
	Geografia – Licenciatura	2014
	História – Licenciatura	2014
	Letras/Português/Francês_Licenciatura	2014
Campus Santana	Pedagogia – Licenciatura	2015
	Filosofia – Licenciatura	2015
	Letras/Português – Licenciatura	2015
Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde	Ciências Biológicas – Bacharelado	1998
	Ciências Biológicas – Licenciatura	1998

	Enfermagem – Bacharelado	1991
	Farmácia – Bacharelado	2010
	Medicina – Bacharelado	2010
	Fisioterapia – Bacharelado	2013
Departamento de Ciências Exatas e Tecnologias	Matemática – Licenciatura	1991
	Física – Licenciatura	2003
	Arquitetura e Urbanismo – Bacharelado	2007
	Engenharia Elétrica – Bacharelado	2009
	Ciências da Computação – Bacharelado	2014
	Engenharia Civil – Bacharelado	2014
	Química – Licenciatura	2015
Departamento de Educação	Pedagogia – Licenciatura	1991
	Educação Física – Licenciatura	2005
Departamento de Filosofia e Ciências Humanas	Geografia – Bacharelado	1991
	Geografia – Licenciatura	1991
	Secretariado Executivo em processo de extinção	1991
	História – Licenciatura	1991
	Direito – Bacharelado	1991
	Ciências Sociais – Bacharelado	1998
	Sociologia – Licenciatura	1998
	Relações Internacionais – Bacharelado	2011
	Administração – Bacharelado	2014
	Tecnologia em Secretariado	2017
Departamento e de Letras e Artes	Letras/Português/Francês – Licenciatura	1991
	Letras/Português/Inglês – Licenciatura	1991
	Artes Visuais – Licenciatura	1991
	Jornalismo – Bacharelado	2011
	Letras/Libras/Português – Licenciatura	2013
	Teatro – Licenciatura	2013
Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento	Ciências Ambientais – Bacharelado	2009

Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A coleta de dados do Eixo Ensino foi organizada em dois grupos de atividades relacionados à formação na graduação: o Grupo 1, que abrange os Componentes Curriculares (CC) obrigatórios, previstos nos Projetos Pedagógicos de Curso (PPC) vigentes até a data da coleta; e o Grupo 2, que envolve os Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) da graduação.

No Grupo 1 (CC) foram consideradas as estruturas curriculares dos cursos de graduação presenciais da UNIFAP, pois, é nesta estrutura que os componentes curriculares do curso são apresentados e descritos, juntamente com outras atividades acadêmicas (UNIFAP/DCP, 2018). Na análise, apenas os CC obrigatórios previstos no PPC vigente de cada curso foram considerados, e a organização foi feita no Eixo Ensino/Grupo 1, conforme apresentado no Quadro 7.

Quadro 7 – Organização dos dados para o Eixo de ensino – Grupo 1

Departamento Acadêmico	Curso	Componente Curricular	Ementa/Palavras-Chave	ODS vinculado
------------------------	-------	-----------------------	-----------------------	---------------

Fonte: UNIFAP/DCP (2021). Organizado pelo autor (2022).

O TCC na UNIFAP é um componente curricular obrigatório que tem como objetivo fomentar a iniciação em atividades de pesquisa e investigação científica, contribuindo para a construção do conhecimento, a formação do pensamento crítico e reflexivo, bem como para a formação integral do acadêmico consciente de sua importância no processo de transformação social (UNIFAP, 2020). De acordo com as especificidades de cada curso, o trabalho acadêmico técnico-científico pode ser desenvolvido em diferentes formatos (UNIFAP, 2008).

No que se refere à coleta de dados do Grupo 2 (TCC), foram utilizadas planilhas específicas com os indicativos apresentados no Quadro 8, que demonstra como os dados foram organizados neste grupo. Para mais detalhes sobre todas as informações coletadas neste Eixo, é possível consultar o Apêndice F.

Quadro 8 – Organização dos dados para o Eixo ensino - Grupo 2

Departamento Acadêmico	Curso	Título do TCC	Palavras-Chave	ODS vinculado
------------------------	-------	---------------	----------------	---------------

Fonte: SIGAA/Repositório da UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

Com o objetivo de apresentar os resultados dos processos de investigação científica desenvolvidos pelos alunos da graduação, foi adotada a estratégia de identificar os registros de

produção de TCC nos cursos de graduação da UNIFAP, conforme delimitação apresentada no Quadro 8.

3.3.2 Eixo Extensão

No que se refere ao Eixo Extensão, consideramos os Projetos de Extensão institucionalizados pela Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC) da UNIFAP no período de 2005 a 2021. A atividade extensionista da UNIFAP segue as Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária previstas na Política Nacional de Extensão (2012) e na Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNC) (UNIFAP, 2021).

Para coletar os dados deste eixo, identificamos todos os projetos de extensão no período de 2005 a 2021. No entanto, a coleta dos projetos no período entre 2005 e 2016 foi realizada junto ao setor de arquivo da PROEAC, por meio da análise de documentação impressa, como processos e relatórios. Vale ressaltar que dentre os documentos analisados não constavam informações de projetos referentes ao ano de 2008. Todavia, os dados dos projetos deste ano foram localizados no Relatório Anual de Gestão correspondente. Para os projetos registrados no período entre 2017 e 2021, os dados e informações coletados estão disponíveis em uma base de dados aberta ao público, localizada no Sistema Integrado de Gestão das Atividades Acadêmicas (SIGAA). Deste modo, foi possível acessar e extrair as informações necessárias para a análise do Eixo Extensão de forma eficiente e precisa. Os dados do Eixo Extensão foram organizados em uma planilha específica com os indicadores apresentados no Quadro 9. Este quadro demonstra como os dados foram organizados neste eixo. Todas as informações coletadas neste eixo podem ser encontradas no Apêndice C.

Quadro 9 – Organização dos dados do eixo extensão

Departamento Acadêmico	Curso	Título do Projeto	Objetivo	ODS vinculado
------------------------	-------	-------------------	----------	---------------

Fonte: UNIFAP/PROEAC (2021). Organizado pelo autor (2022).

3.3.3 Eixo Pesquisa

A UNIFAP tem como um de seus objetivos estratégicos o compromisso de fomentar e consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão que estejam contextualizadas com as realidades locais e incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica. A Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPESPG) é responsável por definir as políticas de pesquisa e pós-

graduação, além de planejar, coordenar e acompanhar todas as atividades nestes âmbitos. A pesquisa tem como objetivo fornecer o conhecimento necessário para respaldar e apoiar a implementação dos ODS (SDSN, 2017), além de fomentar e potencializar o investimento e a diversificação na pesquisa, o que implica na geração de soluções inovadoras e na formação de profissionais comprometidos com o DS.

No Eixo Pesquisa foram considerados dois grupos de atividades: o Grupo 1, que inclui os Projetos de Pesquisa (2005-2021) devidamente institucionalizados pela PROPESPG, e o Grupo 2, que envolve a produção final (teses e dissertações) dos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu* ofertados e/ou mantidos pela Universidade.

Para a coleta e análise do Grupo 1 - Projetos de Pesquisa foram identificados todos os projetos registrados junto ao Departamento de Pesquisa (DPQ) da UNIFAP no período de 2005 a 2021. O levantamento dos projetos de pesquisa entre 2005 e 2016 foi realizado com o apoio do DPG, que disponibilizou um relatório contendo os registros deste período. Já os projetos registrados entre 2017 e 2021 estão disponíveis em uma base de dados aberta ao público no SIGAA. Os dados do Grupo 1 - Projetos de Pesquisa foram organizados em uma planilha específica com os indicativos mostrados no Quadro 10. O detalhamento com todas as informações coletadas pode ser conferido no Apêndice D.

Quadro 10 – Organização dos dados do Eixo Pesquisa - Grupo 1

Departamento Acadêmico	Curso	Título do Projeto	Objetivo	ODS vinculado
------------------------	-------	-------------------	----------	---------------

Fonte: UNIFAP/PROPESPG (2021). Organizado pelo autor (2022).

Os dados referentes ao Grupo 2 - Teses e Dissertações foram organizados em uma planilha específica contendo os indicativos apresentados no Quadro 11, que demonstra a forma como os dados foram estruturados neste grupo. Para uma análise mais detalhada, todas as informações coletadas podem ser consultadas no Apêndice G.

Quadro 11 – Organização dos dados do Eixo Pesquisa - Grupo 2

Departamento Acadêmico	Curso	Título do Projeto	Palavras-chaves	ODS vinculado
------------------------	-------	-------------------	-----------------	---------------

Fonte: SIGAA/Repositório da UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

3.3.4 Eixo Gestão

A gestão institucional é composta por um conjunto de ações, normas e programas que visam à organização administrativa, à gestão de pessoas, à política de atendimento aos servidores, discentes e sociedade em geral. Estas normas são essenciais para o funcionamento adequado da instituição (UNIFAP, 2010). A gestão universitária tem o potencial de incorporar os princípios dos ODS em diversas áreas, como finanças, serviços universitários, instalações, aquisições, recursos humanos e gestão acadêmica (SDSN, 2017).

No Eixo Gestão foram considerados dois grupos de ações. O Grupo 1 é composto por atos aprovados (resoluções) pelo Conselho Universitário (CONSU), órgão colegiado responsável por formular a política geral da universidade e estabelecer diretrizes e normas em questões administrativas, didático-científicas e disciplinares. Já o Grupo 2 é composto por ações decorrentes do Plano de Desenvolvimento de Pessoas (PDP), que é um dos instrumentos da Política de Desenvolvimento de Pessoas dos servidores da UNIFAP e está vinculado à Política Nacional de Desenvolvimento de Pessoas (PNDP), ambos no período de 2005-2021.

Os dados referentes ao Grupo 1 foram reunidos em uma planilha específica, apresentando os indicativos descritos no Quadro 12, que ilustra a forma como os dados foram organizados neste grupo. Todos os detalhes sobre as informações coletadas neste eixo podem ser encontrados no Apêndice A.

Quadro 12 – Organização dos dados do Eixo Gestão – Grupo 1

Ano	N. da Resolução	Caput da Resolução	Palavras-chaves	ODS vinculado
-----	-----------------	--------------------	-----------------	---------------

Fonte: UNIFAP/DCEP (2021). Organizado pelo autor (2022).

Para a análise do Grupo 2 - Ações de Capacitação foram coletados os dados e organizados em uma planilha específica, na qual os indicativos foram apresentados no Quadro 13. O detalhamento completo das informações obtidas pode ser encontrado no Apêndice B.

Quadro 13 – Organização dos dados do Eixo Gestão – Grupo 2

Ano	Título da Ação	Objetivo	Palavras-chaves	ODS vinculado
-----	----------------	----------	-----------------	---------------

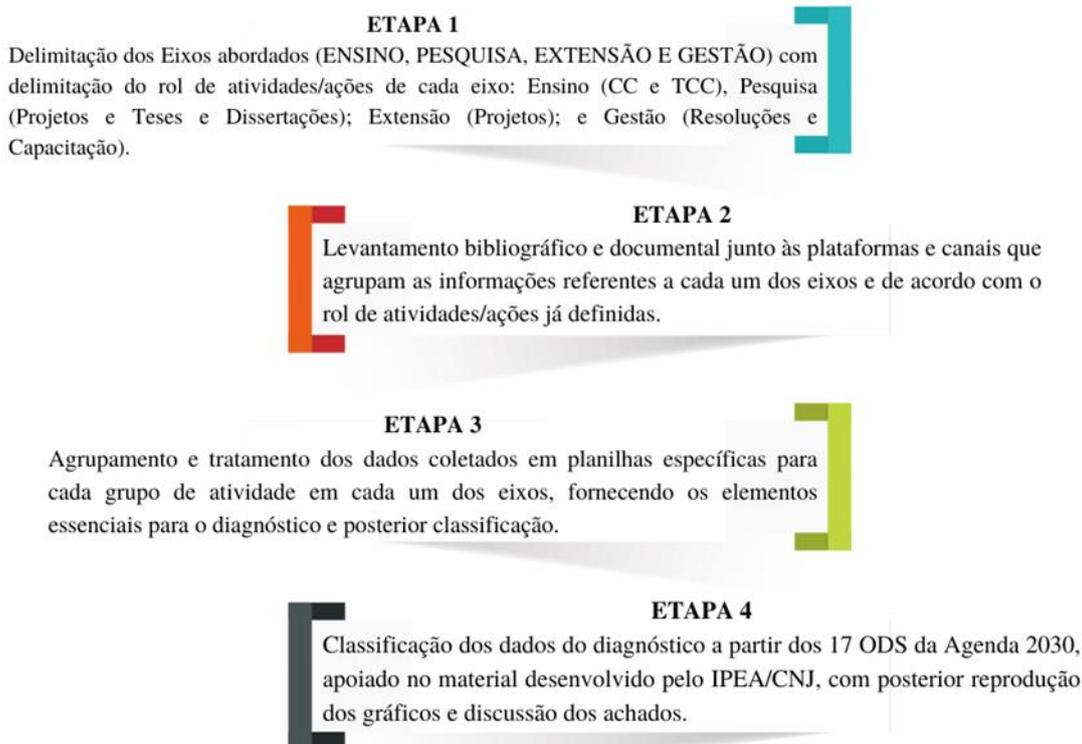
Fonte: UNIFAP/SIGRH (2021). Organizado pelo autor (2022).

Ao término do diagnóstico foram identificadas as ações de cada um dos Eixos, as quais foram classificadas com base nos 17 ODS da Agenda 2030, visando avaliar o nível de absorção da Agenda e seus objetivos pela UNIFAP e prospectar sua atuação universitária nos campos do

ensino, pesquisa, extensão e gestão. Para esta classificação foi considerada a relação entre as palavras-chave e os objetivos/títulos/caput/palavras-chave de cada ação identificada em cada um dos eixos. O material de apoio utilizado foi desenvolvido pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) em colaboração com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), o qual facilitou a identificação dos assuntos de forma mais precisa, como demonstrado no Anexo A. É importante ressaltar que a escolha deste material de apoio se justifica pelo trabalho inédito de institucionalização da Agenda 2030 pelo Poder Judiciário no Brasil. Este trabalho consiste na avaliação da integração das metas do Poder Judiciário às metas e indicadores dos ODS da Agenda 2030.

O Apêndice H apresenta um resumo do diagnóstico com o total de ODS nos quatro eixos, enquanto o Apêndice I traz o total de ações por eixo. Em linhas gerais, o processo de coleta, tabulação dos dados, classificação e discussão do que foi descoberto foi detalhado no infográfico apresentado na Figura 13 abaixo:

Figura 13 – Infográfico do percurso de coleta de dados



Fonte: O autor (2022).

3.4 ANÁLISE DOS DADOS

No que se refere à análise dos dados no Eixo Ensino, Pesquisa e Extensão, a discussão foi conduzida considerando as Unidades Acadêmicas, mais precisamente os Departamentos Acadêmicos que oferecem cursos presenciais, bem como os campi em funcionamento. Por sua vez, a análise dos dados referentes à Gestão foi realizada tendo em vista os processos englobando a instituição como um todo.

A pesquisa realizada utilizou uma abordagem mista, combinando a abordagem quantitativa e qualitativa, sendo que a abordagem qualitativa foi especialmente útil para a compreensão da lógica interna dos processos em estudo (MINAYO, 2010), enquanto a abordagem quantitativa permitiu a quantificação das ações diagnosticadas com precisão e baixa probabilidade de distorção (DIEHL, 2004; RICHARDSON, 1989). É importante ressaltar que a abordagem quantitativa não se sobrepõe à qualitativa, mas se complementam, fortalecendo a análise, interpretação e conclusão dos resultados obtidos. Desta maneira, a abordagem qualitativa ajudou a revelar processos sociais ainda pouco conhecidos e permitiu uma análise mais detalhada das informações, proporcionando uma compreensão mais profunda dos processos e práticas desenvolvidas pela instituição e possibilitando a revisão e reformulação de políticas pelas unidades acadêmicas da UNIFAP, enquanto a abordagem quantitativa complementou a análise, permitindo a quantificação das ações diagnosticadas com precisão.

Representações gráficas foram utilizadas para ilustrar a frequência das ações realizadas em determinados períodos, permitindo a identificação das unidades e ODS com maior e menor participação nas ações, assim como os ODS com maior e menor frequência em cada eixo e grupo de atividade. Além disto, a análise SWOT¹ foi empregada para identificar os ODS que constituem os pontos fortes e pontos fracos da UNIFAP em cada um dos eixos, utilizando apenas os quadrantes (S) e (W) da SWOT, que correspondem às forças (*Strengths*) e fraquezas (*Weaknesses*) do ambiente interno.

A partir da divisão dos ODS em dois quadrantes, considerando a frequência e prioridade do diagnóstico, torna-se possível identificar quais ODS constituem os pontos fortes (mais frequentes) e pontos fracos (menos frequentes) da UNIFAP em cada um dos eixos analisados. É relevante mencionar que a SWOT apresenta outros dois quadrantes que se referem às

¹ A análise SWOT é um método de planejamento estratégico conhecido e usado para avaliar as prioridades de determinado negócio. Está alinhada com a teoria de estratégia e, portanto, é considerada uma ferramenta prática de gestão para oferecer estratégias alternativas e recomendações para compreender as oportunidades presentes no ambiente interno e externo da organização. Por meio da análise SWOT, pode-se determinar os fatores internos (pontos fortes e fracos) e os fatores externos (oportunidades e ameaças), as quais possuem valor estratégico para a tomada de decisão (CHANDRA; KUMAR, 2021).

oportunidades (O) e ameaças (T) relacionadas ao ambiente externo, mas que não foram explorados nesta pesquisa para fins de análise e discussão.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

4.1 A UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ E OS OBJETIVOS DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DA AGENDA 2030

A UNIFAP possui o compromisso de promover, de forma indissociável, ações de ensino, pesquisa e extensão. Com apenas 32 anos após sua instalação efetiva, ela é uma das universidades federais mais novas do país. Nos últimos anos, impulsionada principalmente pelo REUNI iniciado em 2008, a universidade apresentou uma considerável expansão em sua infraestrutura e atividades. É importante destacar que a UNIFAP desempenha um papel fundamental como promotora do desenvolvimento sustentável local, já que exerce influência direta sobre a Região Amazônica. Sendo assim, ela desempenha um papel relevante no processo de desenvolvimento regional, atuando como um local de denúncia e conscientização, apresentando soluções para os problemas reais enfrentados pela sociedade amapaense e seu entorno.

Ao final da coleta e tratamento dos dados, o diagnóstico apresentou o total de ações distribuídas por eixo e grupos de atividades, conforme a Tabela 1.

Quadro 14 – Dados quantitativos por eixo

EIXO	OBJETO DA ANÁLISE	Nº. DE REGISTROS	%
ENSINO	Grupo 1 – CC	2118	53,02%
	Grupo 2 – TCC	1975	
PESQUISA	Grupo 1 - Projetos de Pesquisa	1339	25,16%
	Grupo 2 - Teses e Dissertações	603	
EXTENSÃO	Projetos de Extensão	939	12,16%
GESTÃO	Grupo 1 - Ações de Capacitação	336	9,66%
	Grupo 2 – Resoluções	509	
TOTAL DE AÇÕES DIAGNOSTICADAS		7819	
TOTAL DE AÇÕES CLASSIFICADAS		7720*	

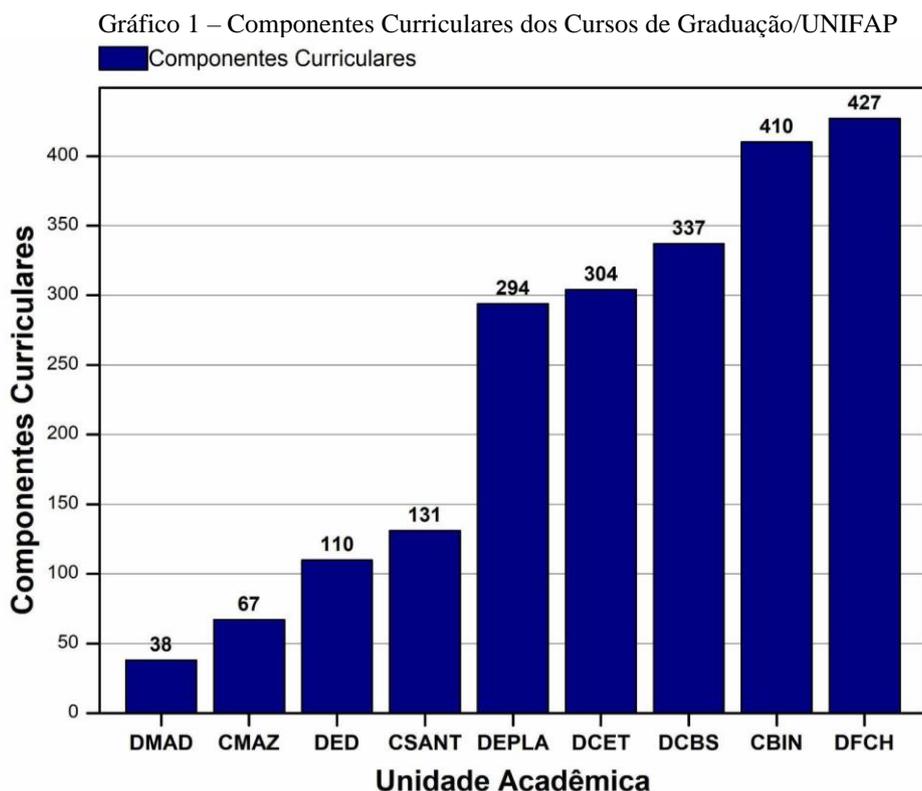
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A análise dos resultados indica que a UNIFAP tem se esforçado em incorporar os princípios do desenvolvimento sustentável em suas atividades acadêmicas. Entretanto, o contato da universidade com os ODS da Agenda 2030 ocorre de forma fragmentada e desarticulada entre suas funções, resultando em uma absorção diferenciada dos ODS em cada um dos Eixos analisados. Por outro lado, o processo de desinvestimento público tem afetado negativamente a implementação das atividades da UNIFAP, especialmente as relacionadas à pesquisa, extensão e capacitação. Portanto, a exposição dos dados nesta seção revela a desarticulação entre os eixos analisados e aponta para uma redução na capacidade de implementação das ações de pesquisa, além de representar uma oportunidade de avaliação e reformulação das políticas pelas unidades acadêmicas da UNIFAP.

4.1.1 Eixo Ensino – Grupo 1 – Componentes Curriculares (CC) dos cursos de graduação presenciais da UNIFAP

A evolução formativa e os processos de ensino-aprendizagem proporcionam aos estudantes o conhecimento, habilidades, competências e experiência acadêmica e profissional necessárias para implementar soluções relacionadas aos ODS, além de motivá-los a compreender e abordá-los. Este papel também é responsável por mobilizar e capacitar alunos e não alunos (SDSN, 2017).

Para a análise, foram considerados apenas os CC obrigatórios de 44 cursos de graduação, totalizando 2.118 componentes curriculares, correspondendo a 51,74% das ações diagnosticadas no Eixo Ensino e a 27,43% do total de ações diagnosticadas nesta pesquisa. O Gráfico 1 demonstra o resultado da coleta dos CC por Unidade Acadêmica/Campus.

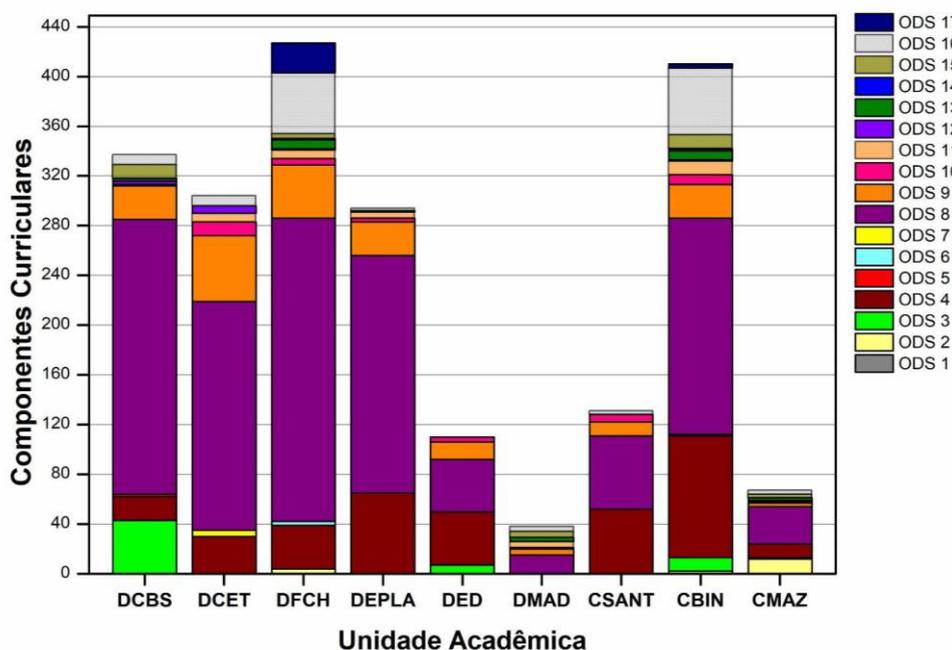


Fonte: DCP UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

Com base nisto, as unidades acadêmicas são classificadas de acordo com o número de cursos em cada uma delas: Departamento de Filosofia e Ciências Humanas - DFCH (10), Campus Oiapoque - CBIN (8), Departamento de Ciências Biológicas e da Saúde - DCBS (6), Departamento de Ciências Exatas e Tecnologias - DCET (7), Departamento de Letras e Artes - DEPLA (6), Campus Santana - CSANT (3), Departamento de Educação - DED (2), Campus Mazagão - CMAZ (1) e Departamento de Meio Ambiente e Desenvolvimento - DMAD (1) (ver Tabela 1). O número de CC é diretamente proporcional ao número de cursos de cada unidade acadêmica. Desta forma, a distribuição dos CC entre as unidades acadêmicas apresentou a seguinte configuração: DFCH 20,16%, CBIN 19,36%, DCBS 15,91%, DCET 14,35%, DEPLA 13,88%, DED 5,19%, CSANT 6,19%, CMAZ 3,16% e DMAD 1,79%.

Após analisar os CC em relação aos 17 ODS, foi possível identificar os objetivos abordados neste grupo de atividades, que estão representados no Gráfico 2.

Gráfico 2 – Classificação dos Componentes Curriculares dos Cursos de Graduação/UNIFAP por ODS



Fonte: DCP (2021). Organizado pelo autor.

Entre os ODS analisados, os mais abordados neste grupo de atividades foram o ODS 8, com destaque expressivo de 54,77%, seguido pelo ODS 4 com 16,67%, e o ODS 9 com 9,92%. O ODS 16 também aparece na análise, com uma taxa de abordagem de 6,19%. Estes resultados podem ser visualizados na Figura 14.

Figura 14 – Prevalência dos ODS Eixo Ensino - Grupo 1



Fonte: O autor (2022).

Dos 44 cursos analisados, 20 são bacharelados e 24 são licenciaturas, o que justifica a frequência do ODS 4 na UNIFAP. As unidades acadêmicas com maior número de cursos de licenciatura também possuem maior frequência do ODS 4, incluindo o CBIN, DEPLA, CSANT, DED e DFCH (UNIFAP, 2015). A ocorrência do ODS 9 nos CC da UNIFAP é

justificada por dois fatores, o TCC é um CC obrigatório em todos os cursos e visa à iniciação em atividades de pesquisa, o que promove a relação integradora entre os saberes e resulta de um processo de investigação científica (UNIFAP, 2008). E o fomento à pesquisa, à inovação, à propriedade intelectual e ao desenvolvimento tecnológico, bem como o uso de tecnologias de informação e comunicação no processo formativo, contribui para a frequência do ODS 9. O DCET e o DFCH possuem o maior número de ações classificadas neste ODS, com 53 e 43 ações, respectivamente, totalizando 45,71% do total de ações (UNIFAP).

A UNIFAP recebe notoriedade pela qualificação do trabalhador e jovens em formação profissional, o que justifica a alta frequência do ODS 8. Porém, a análise isolada das unidades acadêmicas revela que a ocorrência dos ODS varia de acordo com as prioridades de cada unidade. Por exemplo, o ODS 3 e 15 prevalecem no DCBS, o ODS 3 no DED, o ODS 10 no DCET, o ODS 17 no DFCH, o ODS 2 no CMAZ e o ODS 13 e 15 no DMAD.

As unidades acadêmicas possuem expertises, atuação consistente e fomentam ODS específicos, como no caso do DCET e do CBIN, que juntos reúnem 47,5% dos CC relacionados ao Objetivo 11, sendo 27,5% e 20%, respectivamente. Já para os Objetivos 13 e 16, as ações são concentradas no DFCH e CBIN. No Objetivo 13, as duas unidades possuem o mesmo percentual de ações, 31,81%, enquanto no ODS 16, o CBIN concentra 41,22% dos CC e o DFCH 37,40%.

O CMZ é responsável pela alta frequência do Objetivo 2, concentrando 12 dos 18 CC diagnosticados neste campus, mesmo tendo apenas um curso. Igualmente, o DCET é responsável pelos 5 CC correspondentes ao Objetivo 7.

A falta de conectividade entre as áreas pode levar a processos de ensino desconectados de sistemas maiores, resultando em problemas visualizados de forma interdependente, separados, hierárquicos e competitivos (CORTESE, 2003, p. 16-18).

A análise classificou a inexistência de CC correspondente ao Objetivo 1 (0,0%), e baixa frequência do ODS 5 (0,9%), ODS 14 (0,14%), ODS 6 (0,19%), seguido pelos ODS 7 (0,24%), 12 (0,57%) e 2 (0,85%), em que a soma não ultrapassa 1% dos CC analisados. Assim, é importante destacar visualmente os ODS com menor participação nas atividades analisadas, conforme destacado na Figura 15.

Figura 15 – Menor ocorrência dos ODS no Eixo Ensino - Grupo 1



Fonte: O autor, 2022.

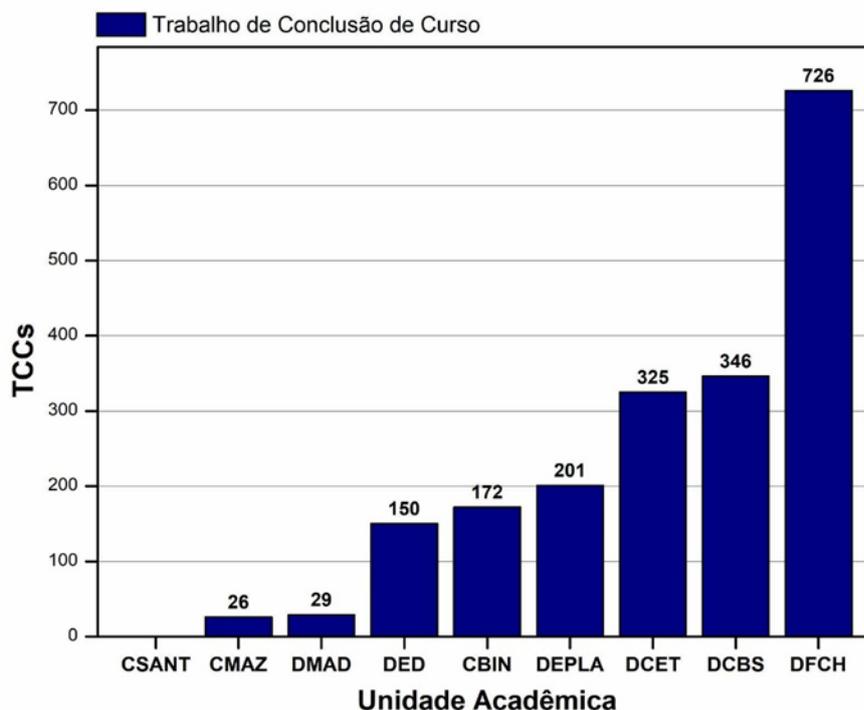
O Eixo Ensino - Grupo 1 dedica atenção prioritária aos ODS relacionados ao Elemento Prosperidade, com foco na Dimensão Econômica da Agenda 2030, contemplando os ODS 8 e 9. Em seguida destaca-se a Dimensão Social - Elemento Pessoas, com priorização do ODS 4, e por último aborda o Elemento Parceria - Dimensão Política e Institucional. Por outro lado, os ODS que representam também a Dimensão Social (7, 6 e 5) recebem menor ênfase neste grupo. É importante ressaltar que não foi possível analisar o aumento ou redução das ações neste conjunto de ODS.

4.1.2 Eixo Ensino – Grupo 2 – Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC) defendidos no período de 2005-2021

O TCC é um componente curricular obrigatório na UNIFAP que tem como objetivo estimular os estudantes a se envolverem em atividades de pesquisa e investigação científica. O TCC também contribui para a construção do conhecimento e para o desenvolvimento do pensamento crítico e reflexivo dos alunos (UNIFAP, 2020).

Para identificar os ODS abordados nos processos de investigação científica dos alunos da graduação, foram analisados os TCC dos cursos da UNIFAP no período de 2005 a 2021. Foram encontrados 1.975 trabalhos, que representam 48,25% do total de ações diagnosticadas neste eixo e 25,58% do total de ações diagnosticadas na pesquisa. A distribuição destes trabalhos por unidade acadêmica pode ser observada no Gráfico 3.

Gráfico 3 – Total de Trabalhos de Conclusão de Curso analisados

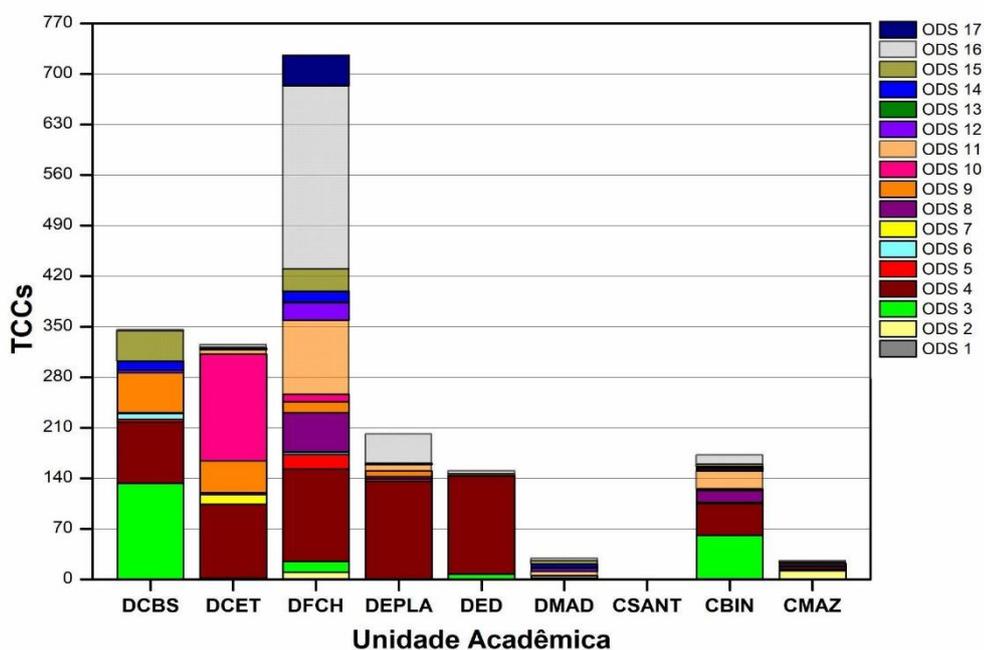


Fonte: Sítio Eletrônico dos Cursos e Repositório da UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

Uma limitação encontrada na coleta de dados deste grupo de atividades foi a falta de disponibilidade de informações nas plataformas de consulta pública. Portanto, os números apresentados não refletem a produção acadêmica real da UNIFAP durante o período analisado. No entanto, o número de ações identificadas ainda representa uma parcela significativa e pode fornecer prognóstico quando comparados aos objetivos da Agenda 2030.

Ao cruzar os trabalhos de conclusão de curso com os 17 ODS foi possível obter a configuração apresentada no Gráfico 4.

Gráfico 4 – Classificação dos Trabalhos de Conclusão de Curso por ODS



Fonte: Sítio Eletrônico dos Cursos e Repositório da UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

A distribuição dos ODS entre as unidades é heterogênea e fragmentada, com maior e menor frequência de determinado ODS a depender da área de conhecimento dos cursos agregados na unidade. Este movimento também é observado nos CC. No geral, o ODS 4 é o mais frequente. No entanto, excluindo este ODS da análise, a ocorrência maior dos ODS é distinta em cada unidade: ODS 3, 9 e 15 no DCBS; ODS 7, 9 e 10 no DCET; ODS 16, 11 e 8 no DFCH; ODS 16 no DEPLA; ODS 3 no DED; ODS 6 no DMAD; ODS 3, 11 e 8 no CBIN e ODS 2 no CMZ. Vale destacar que há uma predominância de trabalhos do DFCH relacionados ao ODS 5. Em geral, os quatro ODS com maior frequência são: ODS 4 (32,10%), ODS 16 (16,30%), ODS 3 (11,19%) e ODS 10 (8,05%), seguidos do ODS 11 (7,65%) e do ODS 9 (6,28%), conforme apontado na Figura 16.

Figura 16 – Prevalência dos ODS no Eixo Ensino - Grupo 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Enquanto os CC enfocam principalmente a Dimensão Econômica, os TCC têm como destaque a Dimensão Social (Bem-estar) representada pelos ODS 4, 3 e 10, além de apresentarem alta frequência na Dimensão Política e Institucional (ODS 16). Por outro lado, os ODS da Dimensão Social e Ambiental têm menor frequência, sendo o ODS 1 (0,05%), ODS 6 (0,71%), ODS 7 (0,71%) e ODS 13 (0,25%) os menos abordados pelos TCC, conforme ilustrado na Figura 17.

Figura 17 – Menor ocorrência dos ODS no Eixo Ensino - Grupo 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A frequência dos ODS na análise global do Eixo Ensino (Grupos 1 e 2) é apresentada na Figura 18. Quanto mais acima e à esquerda, maior é a ocorrência, e quanto mais abaixo e à direita, menor é a frequência.

Figura 18 – Ocorrência geral de ODS no Eixo Ensino

ANÁLISE GLOBAL - EIXO ENSINO



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A realidade evidenciada nesta análise está em consonância com os objetivos da formação profissional e se alinha com o modelo proposto por Jorgensen (2019). Observa-se uma maior frequência dos ODS do Eixo Econômico (EUA, 2018), relacionado ao Elemento Prosperidade - Dimensão Econômica (BARBIERI, 2019), enquanto os ODS da Dimensão Social ou Bem-estar, representados pelo Elemento Pessoas, apresentam menor ocorrência. Estes resultados refletem as prioridades institucionais das atividades de ensino da UNIFAP e são essenciais para a revisão e reformulação dos currículos dos cursos de graduação, além de oferecer um prognóstico para o fomento de investigações científicas e o fortalecimento das temáticas prioritárias na pesquisa acadêmica.

As ações necessárias para equilibrar a distribuição dos ODS entre as atividades de ensino incluem a criação e reformulação de programas educacionais em diversos níveis de formação, desde a graduação até o treinamento da equipe técnica. É importante capacitar e orientar estudantes, professores e técnicos com conhecimentos e habilidades voltados à promoção de mudanças alinhadas aos princípios do DS (FLEIG; NASCIMENTO; MICHALISZYN, 2021; SDSN, 2020), especialmente aqueles que correspondem à realidade local e que não têm destaque dentro das atividades de ensino da UNIFAP.

Desta forma, é importante ressaltar que a política de ensino da UNIFAP está diretamente relacionada às políticas de pesquisa, pós-graduação e extensão. Portanto, a análise dos demais

eixos se faz necessária para verificar a articulação entre estas áreas, que já se mostrou comprometida no eixo anteriormente analisado. É preciso avaliar como as diferentes dimensões dos ODS são abordadas nestas áreas para garantir uma abordagem integral e alinhada ao DS.

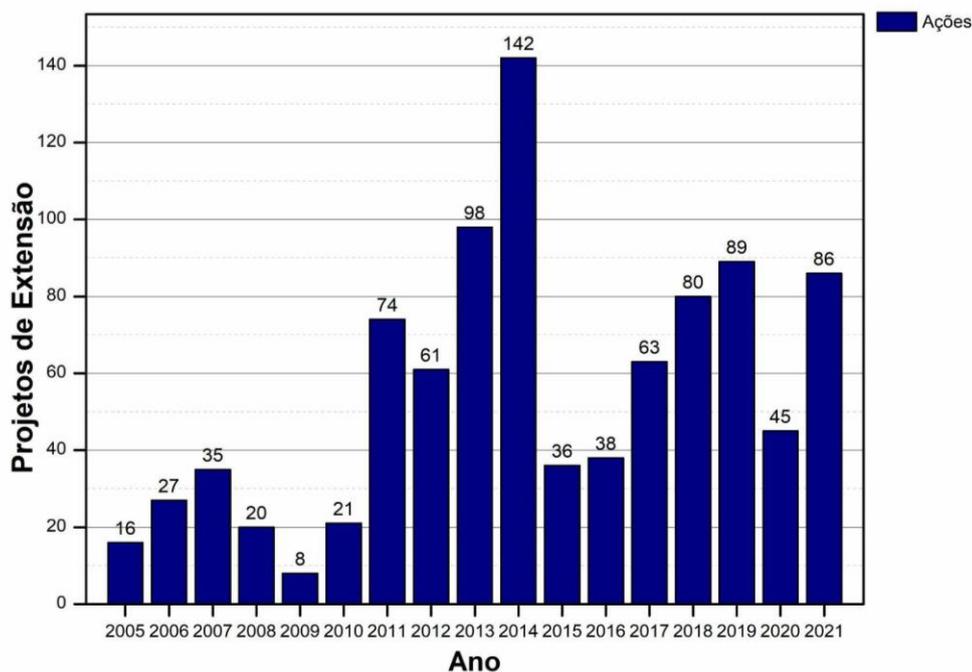
4.1.3 Eixo Extensão - Projetos de Extensão registrados no período de 2005-2021

A implementação bem-sucedida dos ODS requer que as universidades assumam a liderança social, iniciem e facilitem o diálogo e ação intersetorial, desenhem políticas baseadas na Agenda 2030 e fortaleçam o compromisso público com ela (SDSN, 2017). Na UNIFAP, a extensão universitária é uma atividade indissociável do ensino e da pesquisa, que se materializa por meio de cursos, programas e projetos, bem como atividades complementares de ensino e pesquisa que promovam a integração da instituição à comunidade local ou regional. A PROEAC é responsável por gerir a política de ações e projetos de assistência estudantil na instituição (UNIFAP, 2002), desempenhada em duas frentes: ações de extensão por meio de atividades extensionistas e assistência estudantil de ensino, pesquisa e extensão (UNIFAP, 2016).

Na UNIFAP, a extensão está alinhada às Diretrizes Nacionais da Extensão Universitária, previstas na Política Nacional de Extensão (2012) e na Resolução 07/2018 do Conselho Nacional de Educação (CNC). A extensão é considerada uma atividade que se integra à matriz curricular e à organização da pesquisa, constituindo-se em processo interdisciplinar, político educacional, cultural, científico e tecnológico, que promove a interação transformadora entre a instituição e os outros setores da sociedade, por meio da produção e aplicação do conhecimento, em articulação permanente com o ensino e a pesquisa (UNIFAP, 2021). A integração da UNIFAP com a comunidade tem como objetivo aproximar os problemas das soluções, implementando novas alternativas por meio do diálogo e da ação conjunta para melhorar as condições de vida das pessoas atendidas pelos programas e projetos extensionistas, reforçando o compromisso universitário com o bem-estar social. A instituição preocupa-se em inserir a dimensão acadêmica da extensão na formação, construção do conhecimento e diálogo com as necessidades da sociedade, visando o desenvolvimento social, econômico e tecnológico, em especial do Estado do Amapá e da Região Amazônica (UNIFAP, 2019).

De acordo com a pesquisa, as ações no Eixo de Extensão corresponderam a 12,16% do total de ações identificadas, o que equivale a 939 projetos registrados no período de 2005 a 2021. O Gráfico 5 apresenta o quantitativo de projetos distribuídos por ano, no interstício.

Gráfico 5 – Número de projetos de extensão/UNIFAP registrados (2005-2021)



Fonte: PROEAC (2021). Organizado pelo autor (2022).

A partir do programa federal REUNI, a UNIFAP iniciou uma importante reestruturação e expansão em 2008, que permitiu o crescimento da instituição em termos programáticos e de infraestrutura, marcando um divisor de águas na sua trajetória (UNIFAP, 2014).

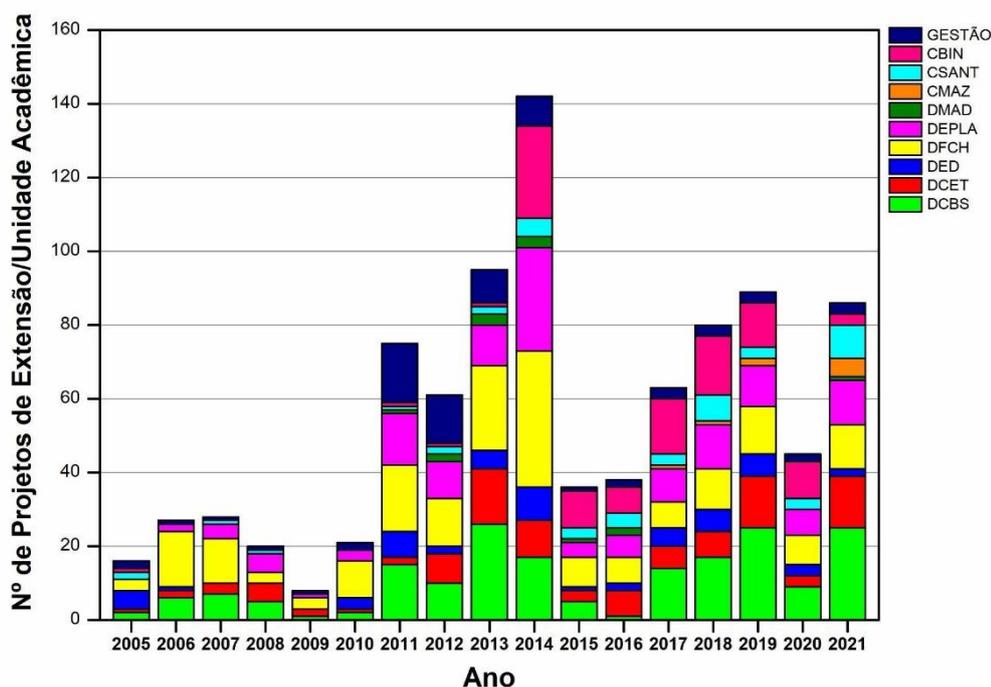
O Gráfico 5 apresenta um aumento exponencial das atividades de extensão da UNIFAP, principalmente devido ao programa REUNI. Em 2013 e 2014 houve um pico no número de ações registradas, diretamente relacionado à implantação e funcionamento efetivo do Campus Oiapoque. Apesar das enormes dificuldades enfrentadas, a política extensionista da UNIFAP apresentou significativos avanços em termos quantitativos e qualitativos no período de 2006 a 2014. Segundo registros da PROEAC, enquanto em 2016 havia apenas 300 alunos matriculados nos cursos de extensão, em 2014 este número atingiu a expressiva cifra de 10.000 (UNIFAP, 2019).

Os dados revelam, porém, um enfraquecimento na capacidade extensionista da UNIFAP nos últimos anos. Este declínio não apenas enfraquece a universidade, mas também prejudica inúmeros grupos sociais que dependem desta interlocução para terem suas demandas atendidas pelo poder público. Este enfraquecimento coincide com o período de desinvestimento em políticas públicas no país, evidenciado pela Emenda Constitucional 95/2016, que afetou as instituições federais de ensino como a UNIFAP (FERREIRA, 2022, p. 161; GOERGEN et al., 2019, p. 2).

Apesar da recuperação dos registros de projetos a partir de 2017, em 2021 o número de projetos ativos é inferior ao número de registros em 2013, o que indica um enfraquecimento na capacidade de investimento público acompanhando a expansão da UNIFAP. Esta situação coloca a instituição em uma posição vulnerável, responsabilizando-a por eventuais fracassos (GOERGEN et al., 2019). Além disto, análises de relatórios de gestão da universidade revelaram que a queda abrupta no número de ações em 2015 e 2016 foi resultado de greves de docentes e técnicos nestes anos. Em 2020, a diminuição no número de registros foi consequência da crise sanitária causada pela Covid-19.

As unidades acadêmicas desempenham um papel fundamental no fomento dos projetos de extensão da UNIFAP, como aponta o Gráfico 6, que evidencia a participação significativa destas unidades na condução destes projetos.

Gráfico 6 – Projetos de Extensão por Unidade Acadêmica/UNIFAP (2005-2021)



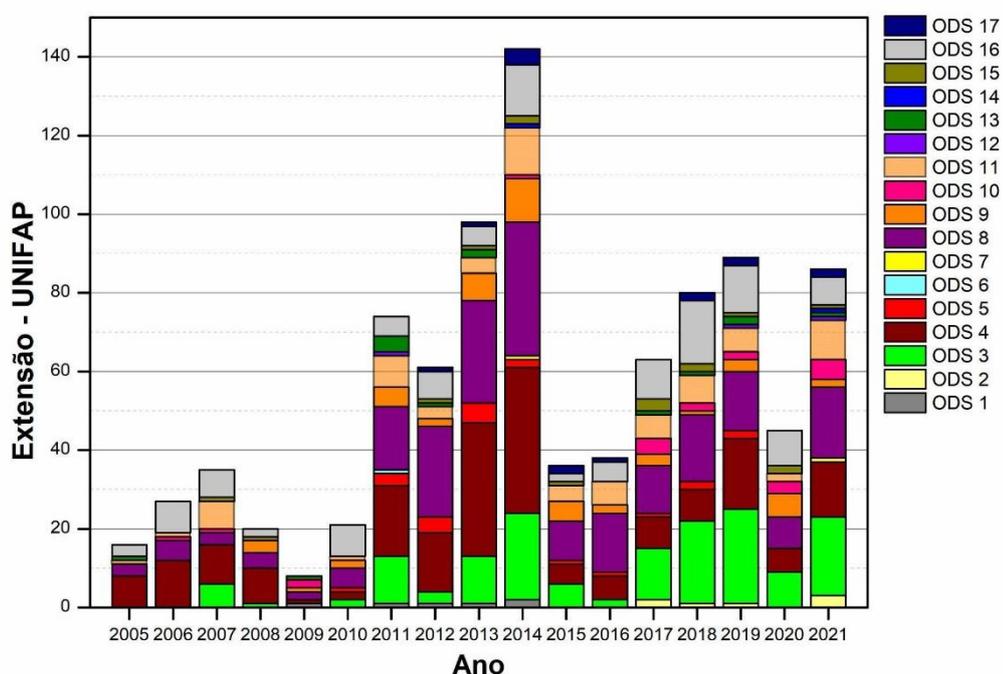
Fonte: PROEAC e SIGAA (2021). Organizado pelo autor (2022).

A distribuição dos projetos de extensão é influenciada pelo número de cursos e pela força de trabalho das unidades acadêmicas, resultando em uma participação efetiva de todas elas. No entanto, algumas unidades se destacam em determinados períodos, como o DFCH e o DCBS, que acumulam a maior parte dos projetos registrados. A gestão da universidade também desempenha um papel importante, com a condução de 71 projetos ao longo do período investigado. O Campus Oiapoque, em particular, tem uma participação maciça nos projetos de

extensão desde sua implantação em 2014, superando a produção dos departamentos do campus sede. Porém, a partir de 2018 houve uma queda nas ações registradas em todas as unidades, sendo mais significativa no Campus Oiapoque. Isto demonstra os impactos do desfinanciamento da universidade, que enfraqueceu sua atuação nos últimos anos afetando a oferta de vagas nos cursos de graduação, e as dificuldades enfrentadas pelos cursos daquele campus (PINHEIRO; FERREIRA; FREITAS, 2022).

Ao analisar a relação dos projetos de extensão com os ODS da Agenda 2030 foi possível observar a distribuição destes objetivos por unidade, conforme apontado no Gráfico 7.

Gráfico 7 – Projetos de Extensão por ODS/UNIFAP (2005-2021)



Fonte: PROEAC e SIGAA (2021). Organizado pelo autor (2022).

De acordo com a Figura 19, os ODS mais presentes entre os projetos registrados são ODS 8, com 23%, seguido de ODS 4, com 22,47%, ODS 3, com 16,29%, e ODS 16, com 8,31%.

Figura 19 – Prevalência dos ODS no Eixo Extensão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O Campus Mazagão se destaca na concepção de projetos voltados a atender o ODS 2, conforme evidenciado pela análise dos dados. Por outro lado, os ODS com menor número de projetos registrados são o ODS 6 (0,11%), ODS 7 (0,21%), ODS 14 (0,21%) e ODS 12 (0,32%) (Figura 20), seguidos pelo ODS 1 (0,64%) e ODS 2 (0,75%), ambos com menos de 1% de ações registradas.

Figura 20 – Menor ocorrência dos ODS no Eixo Extensão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A Figura 21 apresenta a frequência dos ODS no Eixo Extensão em uma análise global. Quanto mais alta e à esquerda a posição, maior a ocorrência do ODS nas ações de extensão da universidade, enquanto que quanto mais baixa e à direita, menor a prioridade dada a estes objetivos.

Figura 21 – Análise global do Eixo Extensão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A configuração dos ODS na Extensão da UNIFAP difere do modelo proposto por Jorgensen (2019), com prioridade dada ao ODS 3 em detrimento do ODS 9 e notoriedade para o ODS 11, indicando um foco na Dimensão Social (Bem-estar) e divergindo das atividades de ensino analisadas (BARBIERI, 2020; EUA, 2018). Os ODS da Dimensão Econômica (8) e da Dimensão Política e Institucional (16) também recebem prioridade, enquanto os ODS da Dimensão Ambiental e Social apresentam menor frequência (BARBIERI, 2019).

Embora haja semelhanças entre as prioridades dos ODS na extensão e no ensino, existem diferenças significativas, com quatro dos cinco ODS mais importantes se mantendo no nível de importância em ambas as atividades. Na base dos cinco ODS com menor ocorrência, apenas três se repetem nesta posição, e o ODS 5 tem maior inversão de prioridade, com uma posição mais expressiva na extensão do que no ensino.

A relação dialógica entre universidade e sociedade é fundamental para transformar o processo acadêmico, estimular a interdisciplinaridade e a interprofissionalidade e articular as

funções básicas da universidade, rompendo com a fragmentação disciplinar (CABRAL; GEHRE; MELARA, 2020).

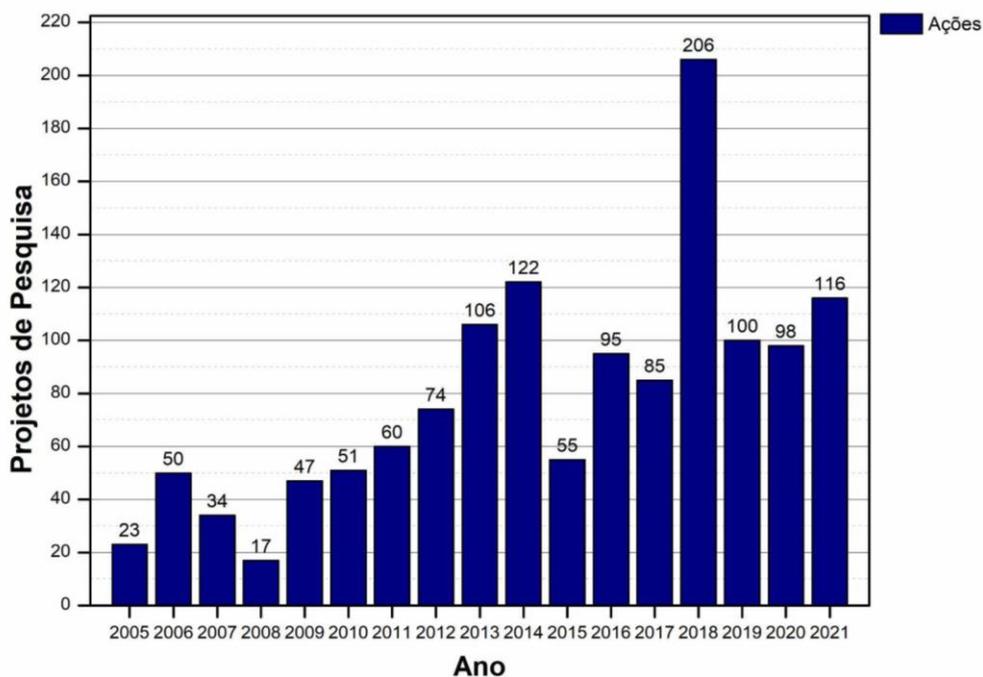
A análise das prioridades institucionais nas atividades de extensão da UNIFAP revelou uma falta de articulação com o ensino e uma redução na capacidade extensionista da instituição nos últimos anos. Portanto, é essencial reavaliar e reformular a política de extensão da instituição, com iniciativas para fortalecer as temáticas prioritárias e fomentar projetos e programas nos ODS com menor ocorrência.

4.1.4 Eixo Pesquisa – Projetos De Pesquisa Registrados no Período de 2005-2021

A UNIFAP assume o compromisso de fomentar e consolidar ações de ensino, pesquisa e extensão contextualizadas às realidades locais, além de incentivar a pesquisa científica e a inovação tecnológica. A PROPESPG é responsável por definir as políticas de pesquisa e pós-graduação na instituição. A pesquisa é fundamental para dotar os trabalhos científicos, soluções, tecnologias e inovações com o conhecimento necessário para apoiar a implementação dos ODS (SDSN, 2017). Assim, fomentar e diversificar o investimento na pesquisa é crucial para gerar soluções inovadoras e formar profissionais comprometidos com o desenvolvimento sustentável, e assim respaldar e consolidar as transformações necessárias para implementação da Agenda 2030.

De acordo com a pesquisa realizada, a coleta e análise dos dados no Eixo Pesquisa foram divididas em dois grupos, o Grupo 1, que engloba projetos de pesquisa, e o Grupo 2, que engloba teses e dissertações de programas de pós-graduação em nível *stricto sensu*. Os resultados mostraram que as ações do Grupo 1 representaram 68,94% das ações diagnosticadas no Eixo Pesquisa e 17,34% do total de ações levantadas na pesquisa. E o número de projetos de pesquisa, que ultrapassou em mais de 5% o número de projetos de extensão, corresponde a 1.339 projetos, conforme apresentado no Gráfico 8.

Gráfico 8 – Número de Projetos de Pesquisa Registrados/UNIFAP (2005-2021)



Fonte: DPQ, SIGAA (2021). Organizado pelo autor (2022).

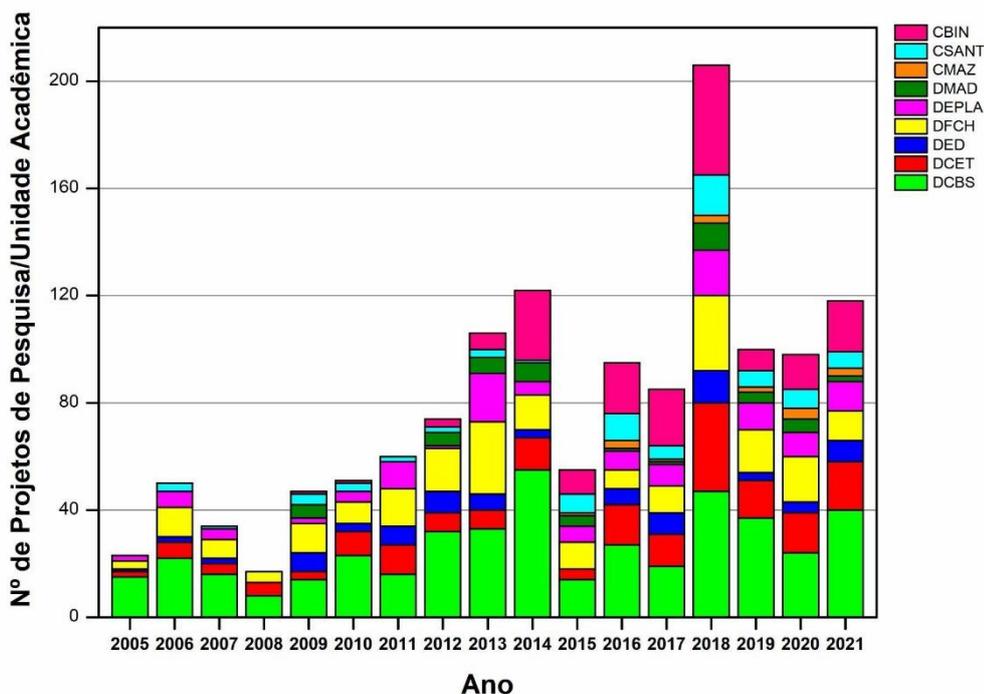
O REUNI teve impacto na ascensão da pesquisa após a sua implantação em 2008. Enquanto a extensão atingiu o pico de ações em 2018, o Gráfico 8 revela que a pesquisa enfraqueceu nos últimos anos. Este declínio no número de ações, especialmente a partir de 2015, coincide com a ampliação do desinvestimento em políticas públicas no país, materializado pela Emenda Constitucional 95/2016 (FERREIRA, 2022, p. 161; GOERGEN et al., 2019, p. 2) que afetou em grande parte as instituições federais de ensino.

Embora a universidade tenha recuperado os registros dos projetos a partir de 2018, o número de projetos ativos em 2021 é inferior ao número de registros de 2014. Isto indica que, embora a universidade tenha apresentado avanços significativos a partir da sua expansão, o investimento público não acompanhou o mesmo ritmo, deixando a instituição à própria sorte e responsabilizando-a pelo seu próprio fracasso (GOERGEN et al., 2019). E, embora tenha registrado recorde de projetos de pesquisa em 2018, o ano de 2019 apresentou um déficit de mais de 50%.

Os relatórios de Gestão da Universidade indicaram que a queda abrupta no número de ações nos anos de 2015 e 2016 esteve associada à greve de docentes e técnicos em 2015, e a diminuição no número de registros em 2020 foi atribuída à crise da pandemia de Covid-19. Apesar da crise sanitária, a produção de pesquisa na UNIFAP se manteve estável, mas a produção atual da UNIFAP ainda é inferior à de 2014. Da mesma forma, as unidades

acadêmicas desempenham um papel importante no fomento de projetos de extensão, conforme demonstrado pelo Gráfico 9 que aponta o grau de participação destas unidades na condução dos projetos.

Gráfico 9 – Projetos de Pesquisa por Unidade Acadêmica/UNIFAP (2005-2021)

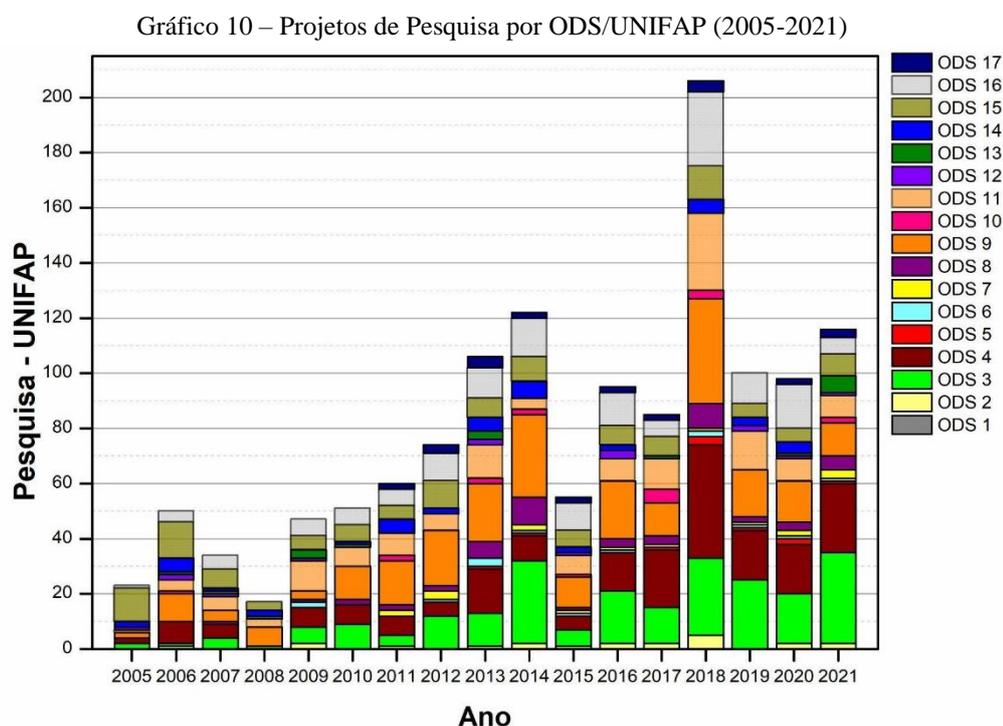


Fonte: DPQ e SIGAA (2021). Organizado pelo autor (2022).

A participação efetiva de todas as unidades acadêmicas é fundamental no registro de projetos de pesquisa, que está vinculado ao número de cursos e à força de trabalho de cada unidade. Algumas unidades se destacam na condução destas atividades em determinados períodos, sendo o DCBS responsável pela maior cifra dos projetos (32,96%), seguido do DFCH (15,88%), do DCET (13,20%) e do Campus Oiapoque (12,45%). No entanto, é importante destacar que o Campus Oiapoque merece atenção especial devido à sua maciça representação nos registros de projetos de pesquisa desde sua criação em 2014. Em 2017 este Campus ultrapassou a produção dos departamentos da Sede, consolidando seu papel de protagonista na produção de pesquisa. Mas, a partir de 2018, o ritmo da produção de pesquisa do Campus Oiapoque diminuiu, assim como ocorreu com as ações de extensão. Esta análise evidencia novamente o protagonismo do Campus Oiapoque, mas também aponta os impactos do desfinanciamento da universidade, que enfraqueceu sua atuação nos últimos anos. Como resultado, o Campus Oiapoque enfrenta inúmeras dificuldades, especialmente relacionadas à

infraestrutura e à dificuldade de fixar a força de trabalho da UNIFAP no município de Oiapoque (PINHEIRO, FERREIRA; FREITAS, 2022).

Ao confrontar os projetos de pesquisa com ODS da Agenda 2030, a configuração da distribuição dos objetivos por unidade ocorreu conforme mostra o Gráfico 10.



Fonte: DPQ e SIGAA (2021). Organizado pelo autor (2022).

A Figura 22 revela que os projetos de pesquisa da UNIFAP têm uma distribuição desigual em relação aos ODS da Agenda 2030. Entre os ODS com maior ocorrência, destacam-se o ODS 1 com 18,75%, seguido pelo ODS 3 com 16,65%, o ODS 4 com 15,53% e o ODS 16 com 11,28%. Os ODS 11 e 15 também têm relevância, com 10,83% e 9,48%, respectivamente, conforme ilustrado na Figura 22.

Figura 22 – Maior ocorrência dos ODS no Eixo Pesquisa - Grupo 1



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A Figura 23 evidencia que a priorização dos ODS varia entre os projetos de pesquisa e os eixos de Extensão e Ensino da UNIFAP. Enquanto a Extensão tem como foco os ODS 8, 4, 3 e 16, a Pesquisa prioriza os ODS 9, 3, 4 e 16, mantendo uma frequência consistente nos ODS 3, 4 e 16. E o ODS 8 tem sido a prioridade nos projetos de Extensão, enquanto o ODS 9 prevalece nos projetos de Pesquisa.

A análise também revelou que nove ODS juntos reúnem apenas 10,38% dos projetos registrados, evidenciando a carência de projetos para abordar os ODS 1 (0,00%), ODS 5 (0,75%), ODS 6 (1,05%), ODS 10 (1,12%), ODS 7 (1,27%), ODS 13 (1,34%), ODS 2 (1,57%) e ODS 17 (1,94%).

Figura 23 – ODS sem ocorrência (a) e menor ocorrência de ODS (b) no Eixo Pesquisa - Grupo 1

Sem ocorrência de ODS
Eixo Pesquisa - Grupo I - Projetos de Pesquisa



(a)

Menor ocorrência de ODS
Eixo Pesquisa - Grupo I - Projetos de Pesquisa



(b)

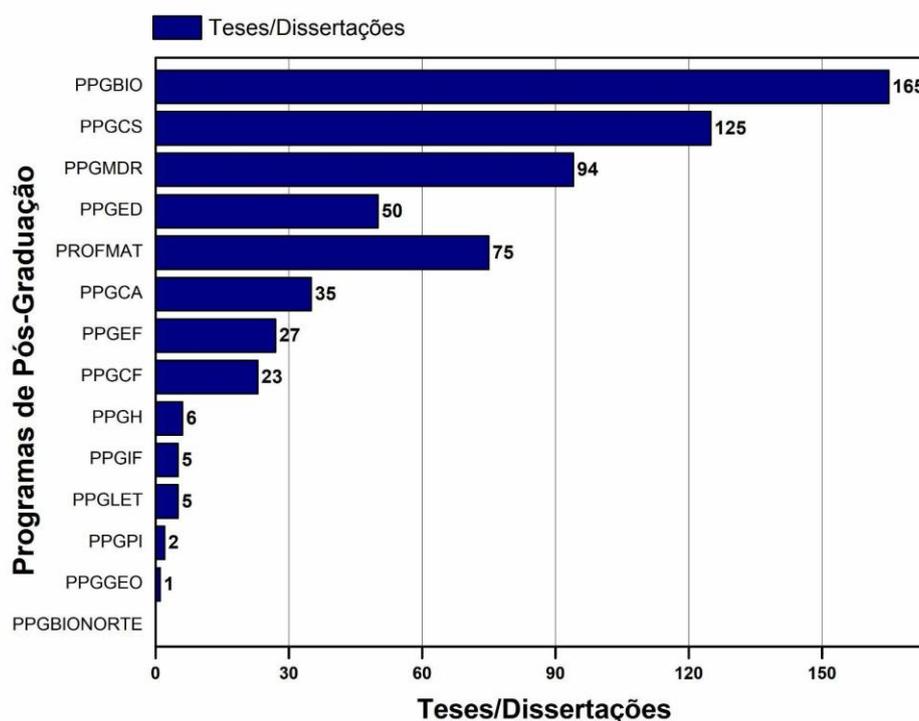
Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Os Projetos de Pesquisa priorizam os ODS que compõem o Elemento Pessoas - Dimensão Social, como o ODS 4 e 3, acompanhados da Dimensão Econômica (ODS 9) e Política Institucional (ODS 16). Por outro lado, os ODS 7, 6 e 5 que pertencem ao Elemento Pessoas - Dimensão Social são menos enfatizados nos Projetos de Pesquisa, assim como ocorre no Eixo Ensino.

4.1.5 Eixo Pesquisa – Teses e dissertações aprovadas no período de 2005-2021

Para identificar a produção final dos programas de pós-graduação *stricto sensu* oferecidos e/ou mantidos pela UNIFAP (2005 a 2021), foram coletados dados no Grupo 2 - Teses e Dissertações. Este levantamento foi feito com o acesso ao Repositório Institucional e com as informações disponibilizadas no site das coordenações dos programas. Mas, o levantamento dos dados neste grupo foi prejudicado pela falta de informações nas plataformas definidas na metodologia. Como resultado, o número de trabalhos identificados não representa a produção real da UNIFAP durante o período pesquisado. Mesmo assim, conforme apresentado no Gráfico 11, o número de trabalhos diagnosticados representa um percentual significativo, o que pode fornecer *insights* quando comparados aos ODS da Agenda 2030.

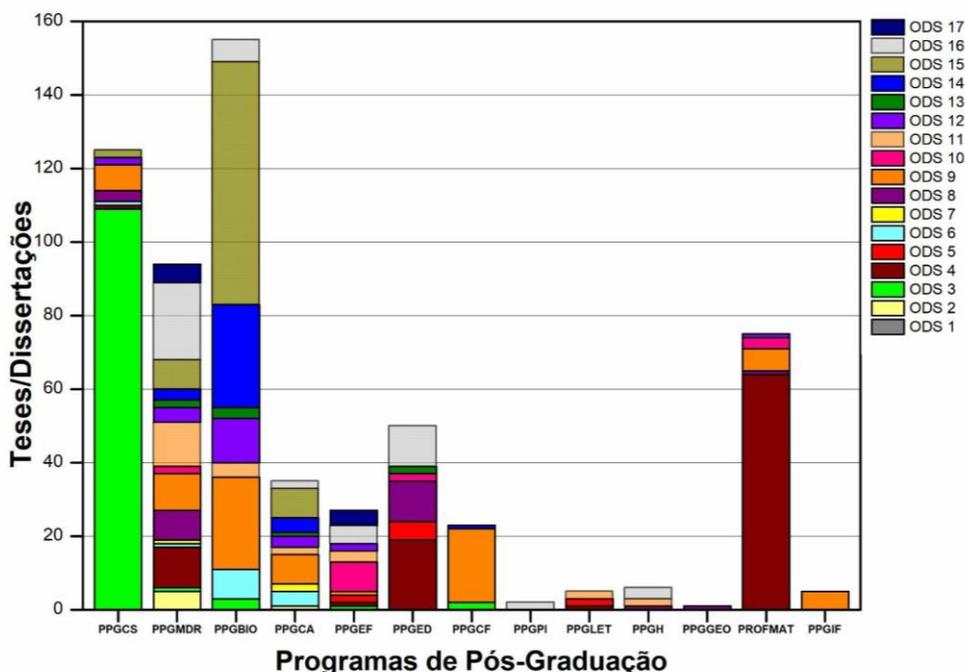
Gráfico 11 – Teses e Dissertações por Programas de Pós-Graduação/UNIFAP (2005-2021)



Fonte: Sítio Eletrônico dos Cursos e Repositório Institucional da UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

Foram identificados 603 trabalhos oriundos de 13 programas de pós-graduação, representando 31,05% das ações diagnosticadas no Eixo Pesquisa e 7,81% do total de ações identificadas nesta pesquisa. Dentre os programas de pós-graduação, o PPGBIO, PPGCS, PPGMDR e PROFMAT se destacaram com maior representatividade no diagnóstico. Ao analisar a distribuição dos objetivos da Agenda 2030 nos trabalhos, verificou-se a seguinte configuração por programa, conforme apresentada no Gráfico 12.

Gráfico 12 – Teses e Dissertações por ODS (2005-2021)



Fonte: Sítio Eletrônico dos Cursos e Repositório Institucional da UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

A produção científica da UNIFAP apresenta uma diversidade de áreas de conhecimento e linhas de pesquisa que priorizam determinados ODS conforme o programa de pós-graduação (Gráfico 12). Na análise por programa, o PPGCS concentra sua produção nos ODS 3, 9 e 8; o PPGMDR se destaca nos ODS 16, 11 e 4; o PPGBIO prioriza os ODS 15, 14 e 9; o PPGCA tem foco nos ODS 15, 9 e 14; o PPGEF atende prioritariamente aos ODS 10, 16 e 4; o PPGED possui ênfase nos ODS 4, 8 e 11; o PPGCF apresenta maior ocorrência de trabalhos voltados aos ODS 9 e 3; o PPGPI prioriza o ODS 16; o PPGLLET tem maior ocorrência nos ODS 5 e 11; o PPGH enfatiza os ODS 3 e 11; o PPGGEO promove com destaque o ODS 8; o PROFMAT trabalha com prioridade nos ODS 4 e 9; e o PPGIF prioriza seus trabalhos no ODS 9.

De maneira geral, os trabalhos com foco no ODS 3 (19,24%) têm maior concentração no PPGCS, seguido do ODS 4 (16,9%) com prevalência no PROFMAT e PPGED; o ODS 15 (13,93%) apresenta produção concentrada no PPGBIO e PPGCA; e o ODS 9 (13,60%) tem participação significativa do PPGBIO, PPGCF, PPGMDR e PPGIF, conforme apontado na Figura 24.

Figura 24 – Maior ocorrência dos ODS no eixo pesquisa - Grupo 1



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A análise dos trabalhos de investigação revela uma priorização dos ODS da Dimensão Social (ODS 3 e 4), além dos ODS da Dimensão Ambiental (ODS 15) e Econômica (ODS 9). Em contrapartida, constata-se uma baixa ocorrência de trabalhos relacionados aos ODS 1 (0,0%), ODS 2 (1%), ODS 13 (1,33%), ODS 7 (0,50%), ODS 5 (1,49%), e ODS 17 (1,49%), evidenciando uma carência de iniciativas científicas que abordem estas problemáticas, conforme demonstrado na Figura 25.

Figura 25 – Menor ocorrência dos ODS no eixo pesquisa - Grupo 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A análise global do Eixo Pesquisa revela a frequência dos ODS conforme demonstrado na Figura 26, ilustrando a priorização das ações em relação a cada objetivo. Nota-se que quanto mais acima e à esquerda o objetivo estiver posicionado, maior será a sua ocorrência, enquanto quanto mais abaixo e à direita, menor será a sua prioridade nas ações analisadas.

Figura 26 – Análise global do Eixo Pesquisa



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

O retrato da pesquisa na UNIFAP apresenta uma configuração diferente da proposta por Jorgensen (2019), mas aponta para um equilíbrio maior na abordagem das dimensões da Agenda. Os ODS das cinco dimensões da Agenda são considerados prioritários na pesquisa, com destaque para a Dimensão Social, que é igualmente priorizada na Extensão, com constância de prioridade dos ODS 3 e 4. Entretanto, no Eixo Ensino a situação é oposta, o que evidencia uma distinção no tratamento de cada um dos ODS pelos eixos.

Embora a ocorrência dos ODS na pesquisa se assemelhe aos demais eixos, não figura a mesma prioridade. Os ODS 14, 15 e 5 reforçam esta constatação, sendo os que recebem maior notoriedade na ordem de prioridade das ações. Enquanto os ODS 14 e 15 evidenciam a importância da Dimensão Ambiental (BARBIERI, 2020; EUA, 2018) na pesquisa da UNIFAP, o ODS 5 perde prioridade significativa quando comparado aos projetos de extensão. Portanto, o retrato deste eixo apontou para as prioridades institucionais relacionadas às atividades de pesquisa na UNIFAP, demonstrando deficiência na articulação com a extensão e o ensino e redução da capacidade de pesquisa nos últimos anos. O prognóstico é uma peça-chave para a reavaliação e reformulação da política de pesquisa na instituição, por meio de iniciativas que

fortaleçam as temáticas prioritárias e fomento de focos de pesquisa para abordar os ODS com menor ocorrência. Por fim, é responsabilidade da pesquisa capacitar as pessoas e instituições a inovar e apresentar soluções aos ODS, ampliar a diversidade na pesquisa e fomentar a formação acadêmica com foco em pesquisas de desenvolvimento sustentável, fortalecendo o cumprimento da Agenda 2030 (SDSN, 2017). As alternativas devem ser exploradas para impulsionar a pesquisa na instituição.

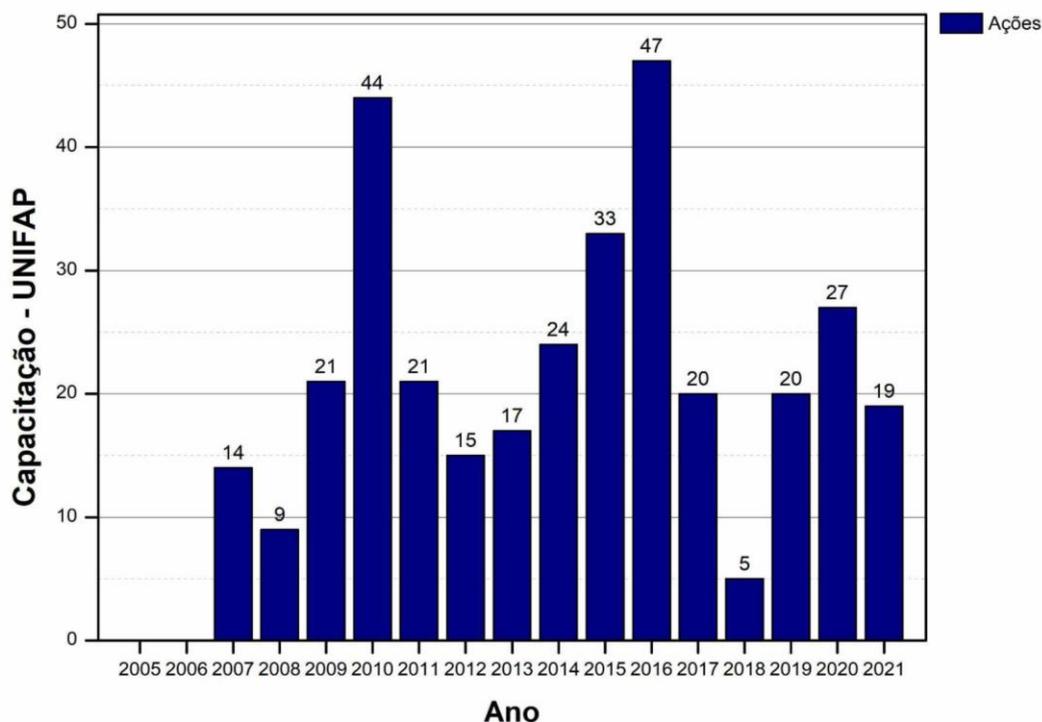
4.1.6 Eixo Gestão – Grupo 1 – ações de capacitação realizadas no período de 2005-2021

A conexão entre as partes do sistema universitário é crucial para a promoção da Agenda 2030. Todas as funções – Ensino, Pesquisa, Extensão e Gestão – são relevantes neste processo (CORTESE, 2003). A Gestão é definida como o conjunto de operações administrativas e de gestão de pessoas (UNIFAP, 2010). Ela é essencial para o funcionamento da instituição e foi subdividida em dois grupos: Grupo 1, que engloba Ações de Capacitação, e Grupo 2, que abrange Ações do Conselho Superior. O Grupo 1 tem como foco a qualidade pessoal e o desempenho profissional dos colaboradores da organização (UNIFAP, 2010). É fundamental que eles estejam preparados para um trabalho responsável, comprometidos com a qualidade do serviço público e atentos às demandas da comunidade interna e externa. Portanto, a capacitação da força de trabalho da UNIFAP é essencial para atender às demandas institucionais e da sociedade. Para isso, são necessárias políticas e diretrizes que melhorem a qualidade das relações entre a Universidade e seus colaboradores.

Em 2007 a UNIFAP implantou o Programa de Capacitação para servidores do quadro técnico-administrativo, a partir do Plano de Carreira dos Cargos Técnicos Administrativos em Educação (PCCTAE). Este programa visa melhorar a formação destes servidores e ampliar a qualidade dos serviços prestados pela área-meio (UNIFAP, 2008). O Plano Anual de Capacitação (PAC) faz parte deste programa e é um instrumento da Política de Desenvolvimento dos servidores. Ele tem como objetivo desenvolver ações de aprendizagem por meio de cursos de capacitação e qualificação (UNIFAP, 2018).

Analisando o PAC e os relatórios anuais da Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP) da UNIFAP, foram identificadas 336 ações de capacitação entre 2007 e 2021. Estas ações representaram 39,76% das ações identificadas no Eixo Gestão e 4,35% do total de ações identificadas na pesquisa, conforme mostrado no Gráfico 13.

Gráfico 13 – Ações de Capacitação realizadas pela UNIFAP 2005-2021



Fonte: DCEP (2021). Organizado pelo autor (2022).

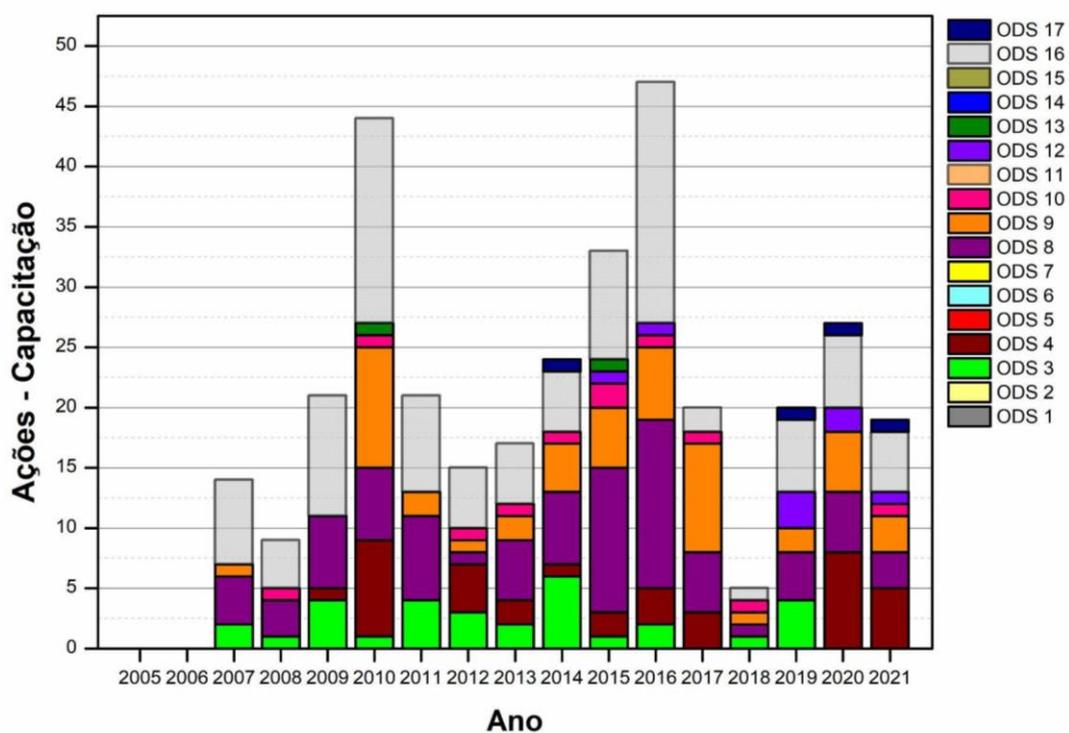
A coleta de dados não foi realizada nos anos de 2005 e 2006 neste Grupo, uma vez que o marco regulatório do programa de capacitação foi aprovado apenas em 2007. A partir de 2008, é perceptível o impacto do REUNI no aumento da capacitação na UNIFAP, o qual foi sustentado pelo aumento do número de contratações de servidores. Este aumento possibilitou a mitigação de algumas carências estruturais em determinados setores, bem como a formação de novos quadros de pessoal para os cursos criados a partir do REUNI (UNIFAP, 2009). Além disto, o número de ações de capacitação foi ampliado devido à oferta de cursos na sede, à implantação e funcionamento dos cursos nos Campi Mazagão, Oiapoque e Santana nos anos de 2013/2014 e 2015, respectivamente (UNIFAP, 2013). O ano de 2016 registrou o maior número de ações de capacitação no período investigado, apesar das limitações orçamentárias. Em contrapartida, houve redução significativa no número de ações em 2018, devido à alocação de recursos para o Contrato 021/2016-UNIFAP/IEPRO/UECE, que objetivou a realização do Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas para 40 servidores da Instituição (UNIFAP, 2018).

Embora 2020 tenha sido um ano atípico para as universidades, em decorrência da pandemia da Covid-19, as ações de capacitação permaneceram sendo desenvolvidas em número consideravelmente maior que em outros anos. Este fato está diretamente atrelado ao uso das tecnologias para continuidade dos cursos e ações voltadas à capacitação por meio do modelo

remoto. Na busca por minimizar os impactos da suspensão das atividades presenciais, a UNIFAP desenvolveu uma plataforma de Cursos de Capacitação. Por conta das mudanças e adaptações na metodologia de ensino, a saída do presencial para o ensino remoto, foram realizadas várias ações de inserção do docente nas novas ferramentas (UNIFAP, 2020). Por fim, embora a universidade tenha apresentado um aumento significativo nas ações de capacitação a partir de 2008, o número de ações efetivadas no ano de 2021 constitui cifra inferior ao número de ações de 2014. Esta constatação reforça os impactos do desinvestimento em políticas públicas no país materializada pela Emenda Constitucional 95/2016 (FERREIRA, 2022, p. 161; GOERGEN et al., 2019, p. 2) que afetou, em grande parte, as instituições federais de ensino.

Ao confrontar as ações de capacitação da UNIFAP com ODS da Agenda 2030, a configuração da distribuição dos objetivos ocorreu conforme é evidenciado no Gráfico 14.

Gráfico 14 – Classificação das ações de Capacitação realizadas pela UNIFAP 2005-2021



Fonte: DCEP (2021). Organizado pelo autor (2022).

As ações de capacitação priorizam os ODS 16 (32,7%), ODS 8 (24,4%), ODS 9 (15,2%) e ODS 4 (11%), seguido do ODS 3 (9,2%), conforme mostrado na Figura 29. Esta distribuição segue o esquema proposto por Jorgensen (2019) e apresenta a mesma frequência de prioridade que os ODS aparecem no Eixo Ensino, com exceção da ordem de prioridade dos ODS 8 e 16.

É importante notar que, embora o ODS 3 tenha sido prioritário em anos anteriores a 2019, o levantamento atual não identificou ações de capacitação que se concentrassem nesta temática durante o contexto da pandemia (2020/2021).

Figura 27 – Maior ocorrência dos ODS no eixo gestão



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A análise realizada evidenciou que as ações de capacitação da UNIFAP apresentam prioridade na atenção aos ODS da Dimensão Econômica (ODS 8 e 9), Dimensão Política Institucional (ODS 16) e Dimensão Social (ODS 4), conforme ilustrado na Figura 30. No entanto, constatou-se a ausência de ações para tratar dos ODS 1, 2, 5, 6, 7, 11, 14 e 15, além da baixa ocorrência de ações voltadas aos ODS 13, 17, 12 e 10.

Figura 28 – Sem ocorrência de ODS (a); menor ocorrência de ODS (b) no Eixo Gestão

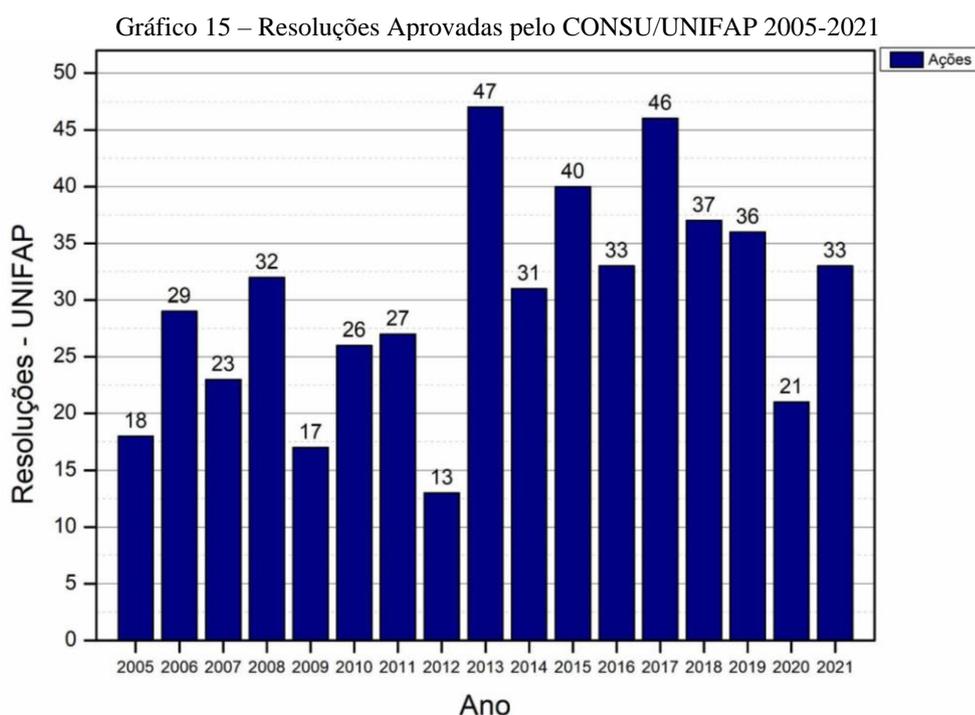


Fonte: Elaborado pelo autor.

É notável a ausência de abordagem dos ODS no eixo analisado, considerando a relevância destes objetivos para a promoção do DS. Esta lacuna na atuação da UNIFAP em relação a essas questões em sua gestão é evidente. E embora este eixo apresente capacidade para fomentar o ODS 17, é preocupante observar que este objetivo figura entre os de menor ocorrência nas atividades analisadas neste grupo.

4.1.7 Eixo Gestão – Grupo 2 – resoluções aprovadas no período de 2005-2021

No Eixo Gestão, o levantamento das Resoluções da UNIFAP que compõem o Grupo 2 correspondeu a 60,23% das ações diagnosticadas e a 6,59% do total de ações levantadas na pesquisa. Este levantamento foi composto por 509 resoluções, abrangendo o período de 2005 a 2021, conforme apresentado no Gráfico 15.



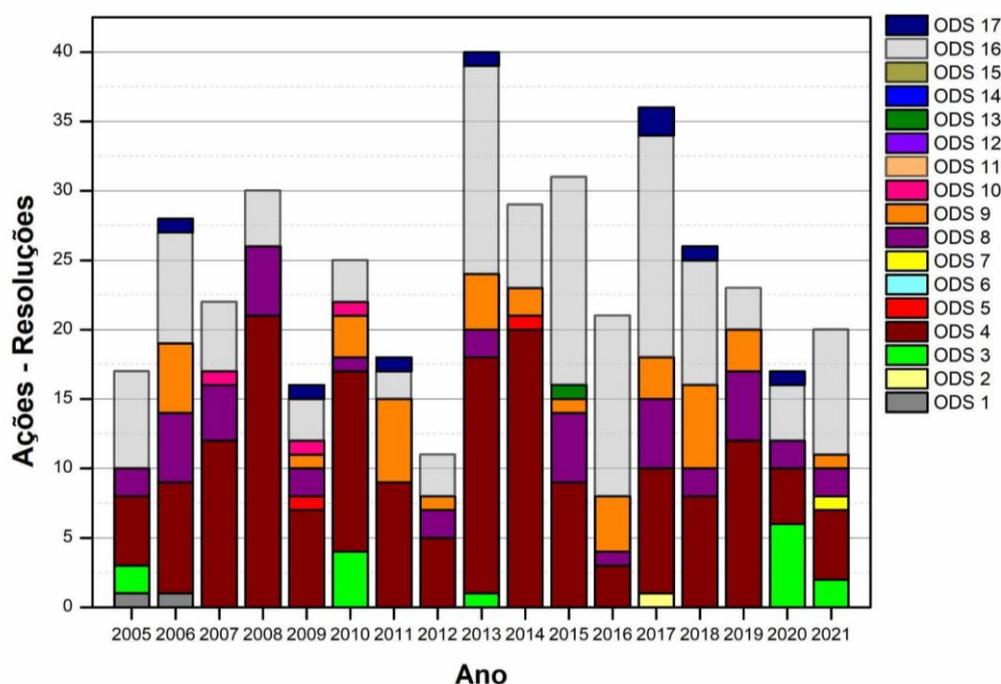
Fonte: SIGRH (2021). Organizado pelo autor (2022).

Em relação ao Gráfico 15 é possível observar uma redução significativa das ações do CONSU nos anos de 2012 e 2020. No primeiro caso, esta redução esteve relacionada ao contexto político de greves na UNIFAP que levou à paralisação das atividades do Conselho e suas Câmaras (UNIFAP, 2012). Já a redução observada em 2020 foi decorrente da suspensão das atividades da UNIFAP em virtude da pandemia de Covid-19, o que inviabilizou diversas atividades planejadas para o exercício (UNIFAP, 2020).

Por outro lado, o ano de 2013 concentrou o maior número de ações, período em que foram instalados novos cursos na sede (Administração, Ciências da Computação, Engenharia Civil, Fisioterapia e Teatro) e no Campus de Mazagão, e no ano seguinte no Campus Binacional (Ciências Biológicas, Direito, Enfermagem, Geografia, História, Letras e Pedagogia) (UNIFAP, 2013).

Ao relacionar as Resoluções da UNIFAP com os ODS da Agenda 2030, a configuração da distribuição dos objetivos ficou conforme é mostrado no Gráfico 16.

Gráfico 16 – Classificação das Resoluções Aprovadas pelo CONSU/UNIFAP 2005-2021 por ODS



Fonte: SIGRH (2021). Organizado pelo autor.

Foram excluídas da classificação 82 resoluções com teor duplicado ou reiterado, bem como 17 resoluções que não se aplicavam a nenhum dos ODS. Isto correspondeu a 19,44% das ações identificadas no Grupo 2 que foram desconsideradas.

Ademais, as resoluções apresentam uma ênfase em atender principalmente os ODS 4 (32,81%), ODS 16 (24,56%), ODS 8 (8,84%) e ODS 9 (7,86%), conforme ilustrado na Figura 29.

Figura 29 – Maior ocorrência dos ODS Eixo Gestão - Grupo 2



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

As decisões do CONSU da UNIFAP têm como foco principal questões relacionadas ao acesso e permanência dos alunos e formulação/reformulação dos projetos pedagógicos de cursos visando à melhoria dos serviços prestados pela universidade à comunidade acadêmica e ao público externo (ODS 4), assim como medidas para promoção do trabalho decente dos servidores (ODS 8) e fomento à inovação por meio dos Programas de Pós-Graduação, relacionados aos processos de Pesquisa e Desenvolvimento (ODS 9).

O Grupo 2 do Eixo Gestão segue o modelo proposto por Jorgensen (2019), com atividades orientadas prioritariamente para atender aos ODS da Dimensão Econômica (ODS 8 e 9), seguido pelo ODS da Dimensão Política Institucional (ODS 16) e da Dimensão Social (ODS 4), que também são as prioridades do Eixo Ensino.

A Figura 30 mostra que as Resoluções apresentam menor ocorrência nos ODS 2, 7, 13, 1 e 5 (0,20% e 0,39%).

Figura 30 – ODS sem ocorrência (a); ODS com menor ocorrência para o Eixo Gestão - Grupo 2



Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A frequência de Resoluções voltadas aos ODS 6, 11, 12, 14 e 15 foi ausente, o que evidencia uma deficiência da Gestão da UNIFAP em trabalhar determinados objetivos. A análise global do Eixo Gestão pode ser visualizada na Figura 31, em que a frequência dos ODS é representada de acordo com a posição no gráfico: quanto mais acima e à esquerda, maior a ocorrência, e quanto mais abaixo e à direita, menor a prioridade nas ações.

Figura 31 – Análise global do Eixo Gestão



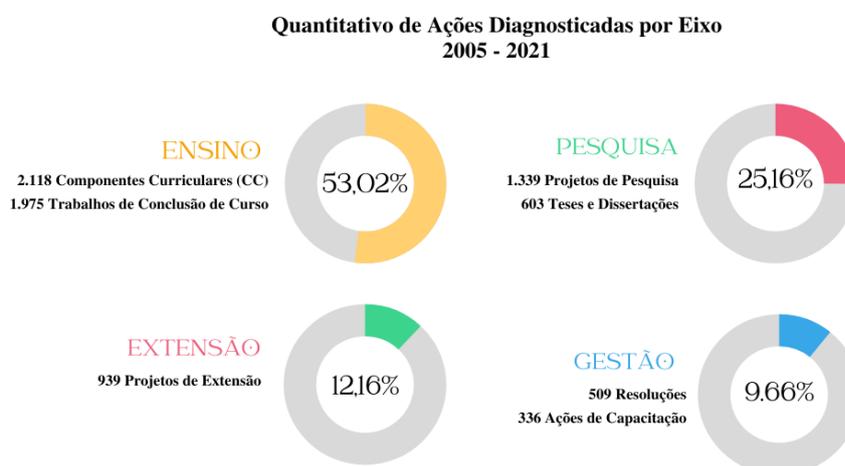
Fonte: Elaborado pelo autor, 2022.

A análise do Eixo Gestão revela as prioridades institucionais relacionadas às decisões do CONSU e às ações de capacitação na UNIFAP, seguindo o modelo proposto por Jorgensen (2019). As prioridades são concentradas nos ODS da Dimensão Econômica - Prosperidade (8 e 9), Dimensão Social (4 e 3) e Dimensão Política Institucional (16). No entanto, a baixa ocorrência dos ODS da Dimensão Ambiental (ODS 15 e 14) evidencia a deficiência da Gestão em relação a estes objetivos. A alta aderência ao Eixo Ensino também é demonstrada, enquanto a articulação com a pesquisa e a extensão é deficiente. Diante disto, o prognóstico apresentado é crucial para a reavaliação e reformulação da política de gestão na instituição. É necessário fortalecer as temáticas prioritárias e fomentar temas ausentes ou com baixa frequência na capacitação e nas ações do Conselho. E a Gestão Universitária pode contribuir para a promoção dos ODS por meio da inclusão de ações em diferentes aspectos, como finanças, serviços universitários, instalações, aquisições e gestão acadêmica (SDSN, 2017).

4.2 PANORAMA SITUACIONAL DA UNIFAP COM OS DADOS GLOBAIS DE 2005 A 2021

Foram contabilizadas 7.819 ações nos quatro eixos considerados nesta pesquisa, das quais 7.720 foram classificadas de acordo com os 17 ODS da Agenda 2030. O diagnóstico revelou que o Eixo Ensino foi responsável por 53,02% (4.093) destas ações, seguido pelo Eixo Pesquisa com 25,16% (1.942), o Eixo Extensão com 12,16% (939) e o Eixo Gestão com 9,66% (845), conforme ilustrado na Figura 32. É importante destacar que mais da metade das ações estão relacionadas ao Eixo Ensino.

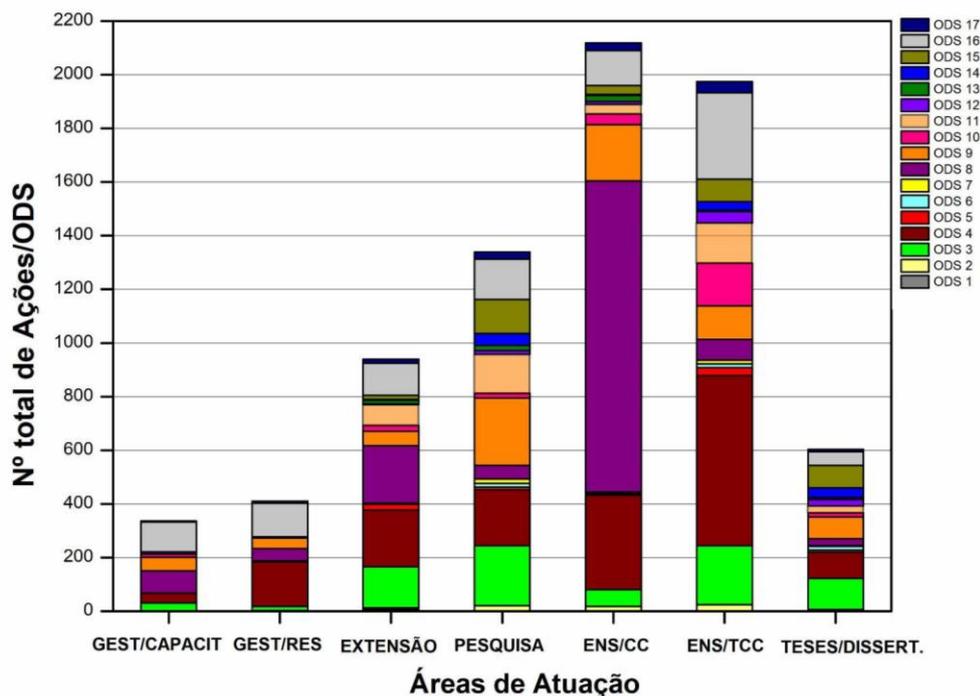
Figura 32 – Diagrama do quantitativo de ações diagnosticadas por eixo



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Após testar o nível de absorção dos ODS nos grupos de atividades, foi constatado que sua absorção ocorre com frequência e prioridades distintas, conforme é evidenciado no Gráfico 17.

Gráfico 17 – Total de ações por eixo x ODS (2005-2021)



Fonte: UNIFAP (2021). Organizado pelo autor (2022).

A Figura 323 revela que o Eixo Gestão tem como destaque os ODS 16, 4, 8 e 9, com 235, 204, 127 e 91 ações, respectivamente. Já o Eixo Extensão apresenta prevalência dos ODS 8, 4, 3 e 16, com 216, 211, 153 e 119 projetos, respectivamente. Na Pesquisa, os ODS 3, 9, 4 e 15 têm maior ocorrência, com 339, 333, 305 e 211 ações, respectivamente. Por sua vez, o Eixo Ensino destaca-se por ações voltadas aos ODS 8, 4, 16 e 9, com 1.238, 987, 453 e 334 ações, respectivamente.

Figura 33 – Prevalência dos ODS por eixo



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A distribuição dos ODS nos quatro eixos da UNIFAP evidencia uma diferenciação de prioridades que compromete a conexão entre as partes do sistema acadêmico e a indissociabilidade de suas funções. Observa-se que cada eixo tem a capacidade de fomentar determinados ODS, seja pela natureza de suas atividades ou pela afinidade com objetivos específicos. No entanto, esta estratégia tem fortalecido a compartimentalização e fragmentação da produção acadêmica, gerando soluções líquidas que acabam agravando problemas em vez de solucioná-los (CORTESE, 2003, p. 16-18; JORGENSEN, 2019, p. 4).

Para alcançar soluções efetivas para os problemas da insustentabilidade é essencial que haja conexão entre as partes do sistema acadêmico da UNIFAP e uma política integrada e sincronizada para produção e socialização de conhecimentos. Embora alguns ODS se repitam com maior ou menor frequência nos quatro eixos, ainda há uma distinção no trato das ações, especialmente entre a Pesquisa e a Extensão, que as afasta da Gestão e do Ensino (UNIFAP, 2014).

Embora existam ODS que se repetem com frequência maior ou menor de prioridade similar nos quatro eixos analisados, ainda assim há uma distinção no trato das ações, principalmente entre a Pesquisa e a Extensão, que as afasta da Gestão e do Ensino. Este extrato

de prioridades é mais evidente quando os 17 ODS são agrupados nos quatro Eixos, conforme evidencia a Figura 34.

Figura 34 – Quatro eixos da pesquisa e ocorrência dos ODS



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

A Figura 34 mostra como as prioridades dos ODS variam em cada eixo. Quanto mais acima e à esquerda, maior a ocorrência do ODS no eixo, e quanto mais abaixo e à direita, menor. Com exceção do alinhamento de prioridades entre o Ensino e a Gestão, há uma diferenciação

nos ODS que ocupam a base e o topo quando comparados com as outras funções, o que indica quais têm sido as prioridades de cada eixo e quais os ODS que recebem menos atenção.

Ao traçar um panorama geral da absorção dos ODS na UNIFAP como um todo, a Figura 35 mostra que os ODS 4, 8, 16 e 3 são os que mais prevalecem, seguidos do ODS 9. Os ODS 11, 15, 10, 14, 17 e 12 possuem representação significativa, com mais de 100 ações, enquanto os ODS 1, 7, 6, 13, 5 e 2 possuem ocorrência menor que 1% (100 ações). A distribuição dos ODS evidencia a necessidade de uma política integrada e sincronizada para a produção e socialização de conhecimentos na UNIFAP.

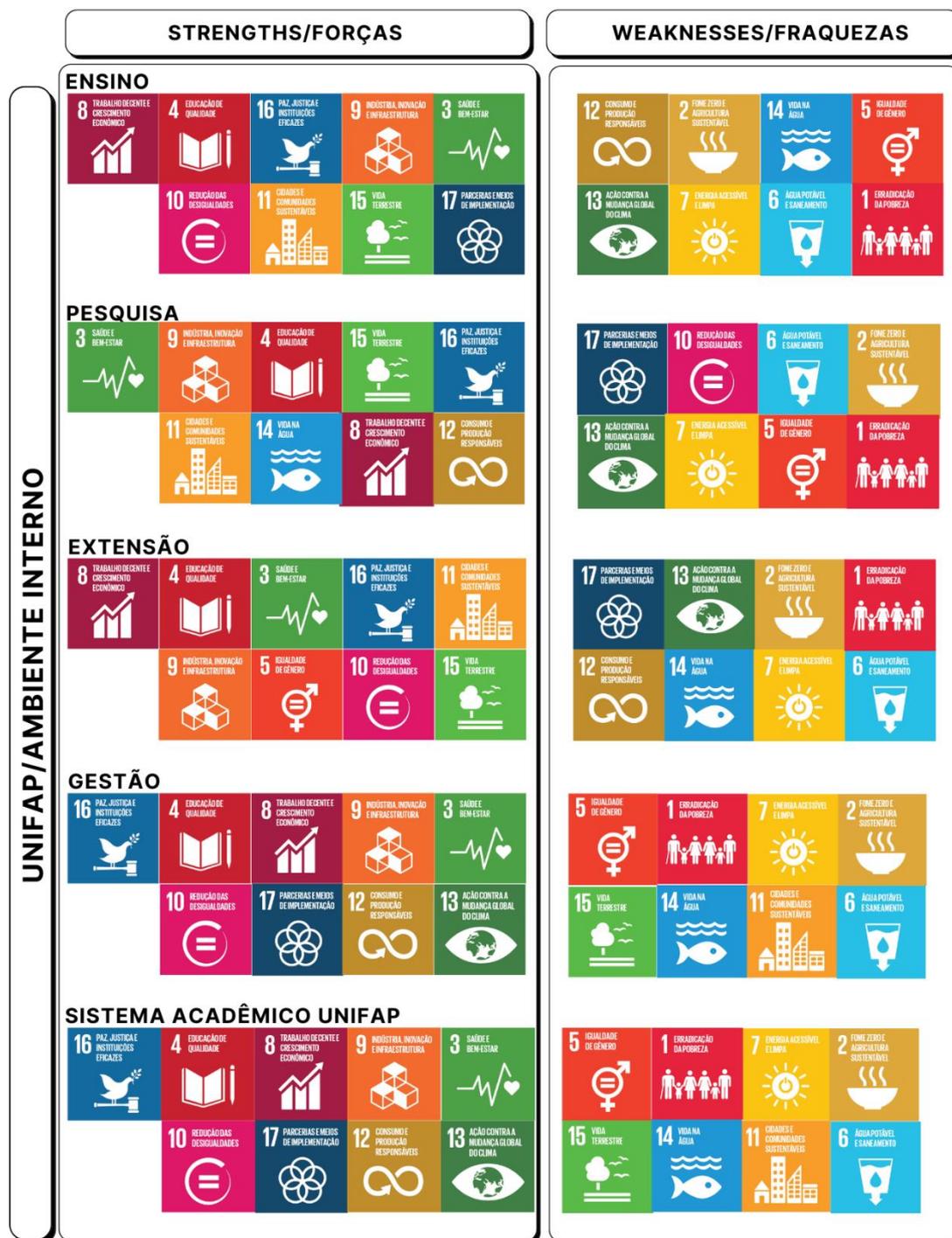
Figura 35 – Panorama geral UNIFAP



Fonte: Elaborado pelo autor (2022_).

O retrato apontou que a UNIFAP tem como prioridade os ODS da Dimensão Social (ODS 3 e 4), seguidos da Dimensão Econômica (ODS 8 e 9) e da Dimensão Política e Institucional (ODS 16), com menor prioridade para os ODS voltados à Dimensão Ambiental e Dimensão Social. Os ODS foram divididos em dois quadrantes com base no grau de ocorrência e prioridades no diagnóstico, a fim de apontar os pontos fortes (mais frequentes) e pontos fracos (com menor ocorrência) da UNIFAP e das partes do sistema analisado. Para esta definição, foram utilizados os quadrantes (S) e (W) da *SWOT* referentes aos elementos do ambiente interno, conforme evidenciado na Figura 36:

Figura 36 – Análise SWOT



Fonte: Elaborado pelo autor (2022).

Portanto, a identificação dos pontos fortes e fracos é fundamental para avaliar e reformular as estratégias de gestão universitária. O retrato da UNIFAP revelou quais são as prioridades institucionais de cada parte do sistema e do todo, não havendo uma configuração padrão para o funcionamento da universidade em relação à Agenda 2030, conforme sugerido

por Jorgensen (2019). Pelo contrário, a configuração das prioridades está alinhada ao contexto e à realidade regional. Conforme Borges, Bazzoli e Serpa (2021), é a contextualização da Agenda que permite ajustá-la aos problemas regionais. Neste sentido, o prognóstico é fundamental para reavaliar e reformular a política da UNIFAP em relação aos ODS da Agenda 2030, por meio de iniciativas para fortalecer as temáticas prioritárias e fomentar questões que estão ausentes ou com baixa ocorrência nos processos da UNIFAP.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os ODS da Agenda 2030 apresentam uma série de desafios que requerem mudanças positivas nas sociedades, economias e interações com a biosfera. Neste sentido, a educação, a pesquisa, a inovação e a liderança desempenham um papel fundamental na abordagem destes desafios, e as universidades são protagonistas importantes na condução destas mudanças. Os ODS possuem caráter indivisível e transversal que exige uma abordagem articulada, em que as soluções sejam desenvolvidas considerando a interdependência entre os diferentes problemas. Isto requer conectividade entre as diferentes partes do sistema universitário.

Embora não haja uma fórmula padrão para a absorção dos ODS pelas universidades, sua atuação dependerá de vários fatores, incluindo seu tamanho, contexto, forças em pesquisa e formação, disponibilidade de orçamento, valores, prioridades e necessidades locais. Infelizmente, a intensificação do desinvestimento em políticas públicas no país, que tem sido uma tendência nos últimos anos, afetou significativamente a capacidade de atuação das universidades públicas no Brasil. Isto compromete sua capacidade de implementar a Agenda 2030.

Ao se realizar a análise do papel da UNIFAP na promoção dos ODS da Agenda 2030 ao longo de 16 anos, conclui-se que a Instituição se mostra como um importante aparelho de cumprimento destas metas. Seus processos promovem políticas e ações que corroboram com o seu papel de promotora do DS da Região Amazônica. No entanto, é preocupante notar que as prioridades da UNIFAP no tratamento dos ODS estão concentradas em resolver os desafios presentes em algumas áreas específicas, enquanto outras recebem menor atenção. Os esforços institucionais estão concentrados em resolver os problemas presentes nos ODS 8, 4, 16, 3, seguido dos ODS 9, 11, 15 e 10, enquanto os ODS 17, 14, 12, 2, 5, 13, 6, 7 e 1 recebem menos atenção. Esta desigualdade de atenção revela uma desarticulação entre as funções da universidade e uma ruptura da indissociabilidade entre o ensino, pesquisa, extensão e gestão. E, mesmo após um processo de crescimento exponencial em termos quantitativos e qualitativos desde 2008, a intensificação do processo de desinvestimento público tem engessado a capacidade de atuação da instituição nos últimos sete anos. Embora a UNIFAP tente manter uma produção ascendente nos números de cursos, projetos de pesquisa, projetos de extensão e ações de capacitação, as cifras atuais reforçam a debilidade desta capacidade. A capacidade atual nestas áreas corresponde à produção dos anos de 2013/2014.

Com apenas sete anos restantes para o término da vigência da Agenda 2030, é claro que estes objetivos não serão cumpridos em sua totalidade. Assim, cabe à UNIFAP assumir a

liderança frente às soluções dos problemas locais e regionais e capitanear as discussões em torno do DS para acelerar o cumprimento dos ODS.

É imperativo destacar a necessidade de maior articulação entre as funções da UNIFAP na condução dos ODS, principalmente através da coordenação das ações no nível estratégico da instituição. Isto pode ser alcançado através do estímulo à colaboração interdisciplinar e transversal entre o Ensino, a Pesquisa, Extensão e a Gestão. A manutenção da fragmentação da produção acadêmica e dos esforços compromete a capacidade e a abrangência de respostas aos problemas regionais.

O estudo em questão oferece uma oportunidade para discutir a incorporação da Agenda 2030 pela UNIFAP e refletir sobre a universidade que desejamos para o futuro. É fundamental que a administração superior da UNIFAP dialogue com a comunidade acadêmica e a sociedade sobre novas perspectivas de incorporação da Agenda pela universidade e sua institucionalização, tendo em vista que a UNIFAP pode ser um instrumento norteador das políticas e estratégias para impulsionar seu papel de promotora do DS no contexto regional por meio do cumprimento dos ODS. E é crucial refletir sobre como os instrumentos de planejamento estratégico da UNIFAP, a exemplo do PDI, tratam as temáticas relacionadas ao DS.

Avistou-se a necessidade de realizar outras investigações para identificar alternativas que promovam a integração das funções da universidade, acelerem o cumprimento dos ODS, ampliem o alcance das políticas universitárias e explorem novas contribuições que a academia pode oferecer à Agenda 2030. Vê-se que é essencial discutir estratégias capazes de fortalecer a missão universitária, desvinculando-a dos interesses de mercantilização e ampliando a capacidade de produção, superando assim o processo de desmonte que a universidade pública vem sofrendo nos últimos anos.

Estas considerações não são restritas à UNIFAP, elas se aplicam a toda organização que convive com os problemas de baixo planejamento, gerenciamento e controle, e aquelas que estão dispostas a apresentar soluções e respostas aos desafios atuais e que visem à melhoria da qualidade de vida das pessoas e uma sociedade mais justa e melhor para todos.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, F. **Os desafios da sustentabilidade: uma ruptura urgente**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2007.

ALVES, J. S. L. **O papel da universidade na implementação dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas: Uma análise dos projetos de extensão da Universidade Federal da Paraíba**. 102 f. 2019. Monografia (Graduação em Relações Internacionais) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2019.

ARTAXO, P. Uma nova era geológica em nosso planeta: o Antropoceno. **Revista USP**, [s. l.], n. 103, p. 13-24, 2014. DOI: 10.11606/issn. 2316-9036.v0i103p13-24. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/revusp/article/view/99279>. Acesso em: 21 out. 2021.

BARBETTA, P. A. **Estatística aplicada às Ciências Sociais**. 5 ed. Florianópolis: Editora da UFSC, 2002.

BARBIERI, J. C. **Desenvolvimento Sustentável: Das origens à Agenda 2030**. Petrópolis: Vozes, 2020.

BERNARDI, R. S. **Políticas Públicas, Ensino Superior e a Cultura da Sustentabilidade: uma análise a partir do estudo de caso dos Campi da Unioeste**. 2011. Dissertação (Mestrado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica do Paraná, Curitiba, 2011.

BIANCHETTI, L.; SILVEIRA, Z. S. Universidade Moderna: dos interesses do Estado-nação às conveniências do mercado. **Revista Brasileira de Educação**, v. 21, n. 64, p. 79-99, 2016.

BOFF, L. **Sustentabilidade: o que é – O que não é**. Edição digital. Petrópolis: Vozes, 2017.

BORGES, H. R. P. S. S.; BAZZOLI, J. A.; SERPA, S. A. **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, Experiências e Relatos: uma contribuição Acadêmica**. **Novas Edições Acadêmicas**, 2021.

BRASIL. Ministério das Relações Exteriores do Brasil. **Coordenadoria Geral de Desenvolvimento Sustentável (CGDES)**. Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/Brasil_Amigo_Pesso_Idosa/Agenda2030.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 2016. 496 p. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdf. Acesso em: 25 set. 2021.

BRASIL. **Lei nº 11.091, de 12 de janeiro de 2005. Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação**. Brasília, DF: Presidência da República, 2005. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111091.htm. Acesso em: 07 nov. 2022.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.** Brasília, DF: Presidência da República, 1996. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm. Acesso em: 11 nov. 2022.

BRASIL. **Negociações da Agenda de Desenvolvimento Pós-2016: Elementos Orientadores da Posição Brasileira.** Brasília, 2014. Disponível em: http://www.itamaraty.gov.br/images/ed_desenvsust/ODS-pos-bras.pdf. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRASIL. **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio - Relatório Nacional de Acompanhamento.** Brasília: IPEA, 2004. Disponível em: <http://www.odmbrasil.gov.br/odmbrasil/arquivos/odm-relatorio-nacional-de-acompanhamento-2004>. Acesso em: 17 dez. 2021.

BRUNNER, J. J. **Mercados universitários: ideas, instrumentos y seis tesis en conclusión.** Santiago, março de 2006. Disponível em: https://www.brunner.cl/wp-content/uploads/2012/12/%C2%A0MERCADOS-UNIVERSITARIOS_2006.pdf. Acesso em: 01 dez. 2022.

CABRAL, R.; GEHRE, T; MELARA; L. F. (org.). **Guia Agenda 2030: integrando ODS, educação e sociedade** [Livro eletrônico]. São Paulo: UNESP, 2020.

CAMARGO, D. R. **Os conceitos de sustentabilidade e desenvolvimento sustentável na produção teórica em educação ambiental no Brasil: um estudo a partir de teses e dissertações.** 2016. Dissertação (Mestrado) – Instituto de Biociências de Rio Claro, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Rio Claro, 2016.

CARVALHO, F. T. A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável da ONU e seus Atores: o impacto do desenvolvimento sustentável nas relações internacionais. **Confluências**, Rio de Janeiro, n. 3, v. 21, p. 5-19, dez. 2019/mar. 2020, 2020.

CARVALHO, P.; BARCELLOS, F. Os objetivos de Desenvolvimento do Milênio ODM: Uma avaliação crítica. **Sustentabilidade em Debate**, Brasília, v. 5, n. 3, p. 222-244, set/dez. 2014. Disponível em: <https://periodicos.unb.br/index.php/sust/article/download/15662/13985/26612>. Acesso em: 01 dez. 2022.

CHAGAS, M. A. **Política ambiental na Amazônia e as epistemologias do Sul** [livro eletrônico]. Florianópolis: Autores do Brasil, 2022.

CHANDRA, P.; KUMAR, J. Strategies for developing sustainable tourism business in the Indian Himalayan Region: Insights from Uttarakhand, the Northern Himalayan State of India. **Journal of Destination Marketing & Management**, v. 19, 100546, mar. 2021. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jdmm.2020.100546>. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/science/article/abs/pii/S2212571X20301682?via%3Dihub>. Acesso em: 20 set. 2021.

CONFERÊNCIA DAS NAÇÕES UNIDAS SOBRE O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO, CNUMAD. **Agenda 21.** Brasília: Câmara dos Deputados. Coordenação de Publicações: Brasília, 1995. Disponível em:

<http://bd.camara.gov.br/bd/handle/bdcamara/7706?show=full>. Acesso em: 20 de nov. de 2018.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO, CNE. **Resolução nº 7, de 18 de dezembro de 2018. Estabelece as Diretrizes para a Extensão na Educação Superior Brasileira e regimenta o disposto na Meta 12.7 da Lei nº 13.005/2014, que aprova o Plano Nacional de Educação - PNE 2014-2024 e dá outras providências.** Brasília, DF, 2018. Disponível em:

https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_RES_CNECESN72018.pdf. Acesso em: 25 set. 2022.

CORBARI, S. D.; DORADO, A.; KNISS, C. T.; FREITAS, L. O papel das instituições de ensino superior no alcance dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS). **Instituto de Estudos Avançados da USP**, São Paulo, mar. 2021. Disponível em: <http://www.iea.usp.br/pesquisa/projetos-institucionais/usp-cidades-globais/artigos-digitais/o-papel-das-instituicoes-de-ensino-superior-no-alcance-dos-objetivos-de-desenvolvimento-sustentavel-ods>. Acesso em: 11 out. 2022.

CORTESE, A. D. The Critical Role of Higher Education in Creating a Sustainable Future. **Planning for Higher Education**, p. 15-22, 2003.

DANTAS, R. M.; FERREIRA, J. F. C. Menos é mais: a pegada ecológica do curso de geografia da Universidade Federal do Amapá, Brasil. **Revista Planeta Amazônia: Revista Internacional de Direito Ambiental e Políticas Públicas**, Macapá, n. 12, p. 125-134, 2020.

DIAS SOBRINHO, J. Universidade e novos modos de produção, circulação e aplicação do conhecimento. **Avaliação**, São Paulo, v. 19, n.3 p. 643-662, nov. 2014.

DIEHL, A. A. **Pesquisa em ciências sociais aplicadas: métodos e técnicas**. São Paulo: Prentice Hall, 2004.

DOS REIS Silva Júnior, J.; SGUISSARDI, V. Universidade Pública Brasileira no Século XXI. Educação superior orientada para o mercado e intensificação do trabalho docente. **Espacios en blanco. Revista de Educación**, Buenos Aires, n. 23, p. 119-156, 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=384539805007>. Acesso em: 15 dez.2022.

DUPAS, G. O mito do progresso. **Novos Estudos**, n. 77, p. 73-89, mar. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/nec/n77/a05n77.pdf>. Acesso em: 04 set. 2020.

EHRlich, P. **A bomba populacional**. São Paulo: Cultrix, 1971.

EUROPEAN UNIVERSITY ASSOCIATION, EUA. **Universities and Sustainable Development Towards the Global Goals**, 2018. Disponível em <https://eua.eu/resources/publications/798:universities-and-sustainable-development-towards-the-global-goals.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

FERREIRA, D. R. S. A. **Modo de Regulação Neoliberal e o Fundo Público no Brasil (2010-2020): A Emenda Constitucional n. 95/2016 e o Financiamento do Ministério da**

Educação. 189 f. 2022. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2022.

FERREIRA, J. F. C. **Desenvolvimento Sustentável**: apontamentos sobre o conceito [Livro Eletrônico]. Maringá: Uniedusul, 2021.

FERREIRA, J. F. C.; TOSTES, J. A. Indicadores de sustentabilidade para aferição de impactos ambientais e urbanos nos municípios de Macapá e Santana (Amapá-Brasil). *In*: 3º Seminário Internacional de Arquitetura Urbanismo e Design, Lisboa 13-15 de outubro, 2014. **Anais...** v. II – As ordens do território, Eco-arquiteturas. Lisboa, 2014. p. 276-287.

FERREIRA; J. F. C.; TOSTES, J. A. Elementos para pensar o desenvolvimento sustentável. **PRACS: Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 8, n. 1, p. 123-141, jan./jun. 2015. Disponível em: <https://periodicos.unifap.br/index.php/pracs> ISSN 1984-4352. Acesso em: 25 jan. 2022.

FLEIG, R.; NASCIMENTO, I. B.; MICHALISZYN, M. S. Desenvolvimento Sustentável e as Instituições de Ensino Superior: Um desafio a cumprir. **Arquivos Analíticos de Políticas Educacionais**, v. 29, n. 95, 12 jun. 2021.

FREITAS, M. A educação para o desenvolvimento sustentável e a formação de educadores/professores. **Perspectiva**, v. 22, n. 2, p. 547-575, 2004. Disponível em: <http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectivas.html>. Acesso em: 17 dez. 2021.

FUKUDA-PARR, S. From the Millennium Development Goals to the Sustainable Development Goals: shifts in purpose, concept, and politics of global goal setting for development. **Gender & Development**, v. 24, n. 1, p. 43-52, 18 fev. 2016. DOI: <https://doi.org/10.1080/13552074.2016.1145895>.

FURTADO, C. Os desafios da nova geração. **Revista de Economia Política**, Rio de Janeiro, n. 4, v. 24, p. 483-486, out./dez., 2004.

FURTADO, N. F. **A Agenda 2030 e a redução de desigualdades no Brasil**: Análise da Meta 10.2. 208. Trabalho de Conclusão de Curso (Especialização em Planejamento e Estratégias de Desenvolvimento) - Escola Nacional de Administração Pública, Brasília, 2018.

GADOTTI, M. **Pedagogia da Terra**. São Paulo: Petrópolis, 2001.

GADOTTI, M. **Educar para a sustentabilidade**: uma contribuição à educação para o desenvolvimento sustentável. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2008.

GARLET, V.; FAVARIN, R. R.; BEURON, T. A.; MADRUGA, L. R. R. G; TERRA, C. C. F.; BORGES, G. R. Correlações entre Comportamentos e Competências: a busca de uma universidade verde. **Revista Gest@o.Org**, v. 17, ed. 1, 2019, p. 73-87. Disponível em: <http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg>.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.

GOERGEN, P.; PINO, I.; SGUISSARDI, V.; ADRIÃO, T. STOCO, S.; ALMEIDA; L. A educação no atual cenário político mundial. Dossiê. **Educação e Sociedade**, Campinas, v. 40, e0229217, 2019.

GÓMEZ, F. U.; NAVARRETE, C. S.; LIOI, S. R.; MARZUCA, V. I. Adaptable model for assessing sustainability in higher education. **Journal of Cleaner Production**, v. 107, p. 475-485, 2015. DOI: <https://doi.org/10.1016/j.jclepro.2014.07.047>. Acesso em: 15 dez. 2022.

GONÇALVES, C. W. P. **O desafio ambiental**. 7. ed. Rio de Janeiro: Record, 2019.

GORE, A. **Uma verdade inconveniente**: o que devemos saber (e fazer) sobre o aquecimento global/Al Gore; tradução Isa Lando. Barueri, SP: Manole, 2006.

GRUPO DE TRABALHO DA SOCIEDADE CIVIL PARA AGENDA 2030. **V Relatório Luz da Sociedade Civil Agenda 2030 de Desenvolvimento Sustentável Brasil**. Brasil, 2021.

GUIMARÃES JÚNIOR, J. C.; DUQUE, R. C. S.; SOUZA, A. S.; SILVA, L. C. A.; UNTEN, H. R.; SANTOS, D. A.; OLIVEIRA, R. C. N. J.; SOUZA, T. L. V.; SANTOS, J. D. F.; SANTOS, A. M. Uma Análise da Educação Superior no Norte do Brasil. **Research, Society and Development**, p. 1-9, 2022.

JANNUZZI, P. M. Da agenda de desenvolvimento do milênio ao desenvolvimento sustentável: oportunidades e desafios para planejamento e políticas públicas no século XXI. **Bahia Análise & Dados**, Salvador, v. 28, n. 2, p.6-27, jul.-dez. 2018. Disponível em: <http://www.cge.rj.gov.br/interativa/wp-content/uploads/2019/07/Texto-complementar-3.pdf>. Acesso em: 25 set. 2022.

JORGENSEN, T. **Universities move to achieve the SDGs – and approach the next hurdle**. European University Association, 2019. Disponível em: <https://eua.eu/resources/expert-voices/110:universities-move-to-achieve-the-sdgs-%E2%80%93-and-approach-the-next-hurdle.html>. Acesso em: 01 dez. 2022.

KRENAK, A. **Ideias para adiar o fim do mundo**. 2 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2020.

LANGFORD, M.. Uma pobreza de direitos: Seis maneiras de consertar os ODMs. **Boletim IDS**, v. 41, n. 1, p. 83–91. 2010.

LAVAL, C. Néolibéralisme, capitalisme et connaissance. Conferencia. *In*: Jornada de Reflexión sobre tendencias en la Educación Superior – Educación Superior en el siglo XXI: bien público o mercancía?, Montevideo, 2016. **Anais...** Universidad de la República. Comisión Sectorial de Enseñanza Jornada de reflexión sobre tendencias en la educación superior. Montevideo: Comisión Sectorial de Enseñanza. FEUU, 2018, p. 39-58. Disponível em: https://www.cse.udelar.edu.uy/wp-content/uploads/2018/05/libro_jornada_reflexion.pdf. Acesso em: 20 nov. 2022.

LEFF, E. **Saber Ambiental**. Petrópolis: Vozes, 2001.

LIMA, G. C. O discurso da sustentabilidade e suas implicações para a educação. **Ambiente & Sociedade**, v. 6 n. 2, p. 99-119, 2003.

LOBATO JÚNIOR, J. P. A. **O (des)uso da política de gestão ambiental como forma de racionalização do gesto na Universidade Federal do Amapá**: Análise sobre a perspectiva da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P) e do Projeto Esplanada Sustentável. 99 f. 2021. Dissertação (Mestrado Profissional em Planejamento e Políticas Públicas) - Centro de Estudos Sociais Aplicados, Universidade Estadual do Ceará, Fortaleza, 2021.

LOUREIRO, C. F. B.; LAYRARGUES, P. P.; CASTRO, S. C. (orgs.). **Educação ambiental e sustentabilidade**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2012.

LOUREIRO, V. F. A Amazônia do Século 21: novas formas de desenvolvimento. **Revista Direito FGV**, São Paulo, n. 8 [2], p. 527-552, jul./dez., 2012.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003.

MARTINE, G.; ALVES, J. E. D. Economia, sociedade e meio ambiente no século XXI. **Revista Brasileira de Estudos Populacionais**, Rio de Janeiro, v. 32, n. 3, p. 433-460, set./dez. 2015.

MARTINS JÚNIOR, J. **Como escrever trabalhos de conclusão de curso**. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2017.

MATHIS, A. Instrumentos para o desenvolvimento sustentável regional. **Adcontar**, Belém, v.2, n. 2, p. 19-30, 2001.

MINAYO, M. C. S. **O desafio do conhecimento**. Pesquisa qualitativa em saúde. 12. ed. São Paulo: Hucitec, 2010.

MOREIRA, M. R.; KASTRUP, E.; RIBEIRO, J. M.; CARVALHO, A. I.; BRAGA, A. P. O Brasil rumo a 2030? Percepções de especialistas brasileiros(as) em saúde sobre o potencial de o país cumprir os ODS Brazil heading 2030. **Saúde Debate**, Rio de Janeiro, v. 43, n. especial, p. 22-35, dez. 2019. DOI 10.1590/0103-11042019S702.

MURPHY, M. **Universities without walls**: A vision for 2030. European University Association, Bélgica: Bruxelas, fev. 2021. Disponível em: <https://eua.eu/resources/publications/957:universities-without-walls-%E2%80%93-eua%E2%80%99s-vision-for-europe%E2%80%99s-universities-in-2030.html>. Acesso em: 10 nov. 2022.

NOSSO FUTURO COMUM. **Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento**. 2. ed. Rio de Janeiro: FGV, 1991.

NYGARD, H. M. Achieving the sustainable development agenda: The governance – conflict nexus. **International Area Studies Review**, v. 20, p. 3-18, 2017. DOI: <https://doi.org/10.1177/2233865916683609>.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **The Millennium Development Goals Report 2015**. Disponível em:
[https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20\(July%201\).pdf](https://www.un.org/millenniumgoals/2015_MDG_Report/pdf/MDG%202015%20rev%20(July%201).pdf). Acesso em: 29 nov. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Declaração do Milênio das Nações Unidas, 2000**. Cimeira do Milênio. Nova Iorque, 2000. Disponível em:
<https://www.oas.org/dil/port/2000%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20do%20Milenio.pdf>. Acesso em: 10 set. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Os 17 objetivos**. Departamento de Assuntos Econômicos e Sociais das Nações Unidas (UNDESA), 2021. Disponível em:
<https://sdgs.un.org/goals>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **ONU News: Perspectiva Global Reportagens Humanas, 2022**. Disponível em: <https://news.un.org/pt/story/2022/11/1805342>. Acesso em: 15 dez. 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Relatório dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. Nova York: ONU, 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, ONU. **Transformando nosso futuro comum: Agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável**. Resolução A/RE/70/1. Nova Iorque: ONU, 2015. Disponível em: <https://brasil.un.org/pt-br/91863-agenda-2030-para-o-desenvolvimento-sustentavel>. Acesso em: 17 dez. 2021.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, UNESCO. **Intergovernmental Conference on Environmental Education**. Tbilisi (URSS). Final Report. Paris: Unesco, 1978.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, UNESCO. **Década das Nações Unidas da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (2005-2014)**. Brasília: Unesco, 2005.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A EDUCAÇÃO, A CIÊNCIA E A CULTURA, UNESCO. **Educação para os objetivos do desenvolvimento sustentável: Objetivos de Aprendizagem**. Representação da Unesco no Brasil, 2017.

OS 5 Ps da Sustentabilidade. **Movimento Nacional ODS**. Brasil, 2021. Disponível em:
<https://movimentoods.org.br/os-5-ps-da-sustentabilidade>. Acesso em: 01 set 2022.

PEDERCINI, M.; ARQUIT, S.; CHAN, D. Integrated simulation for the 2020 agenda. **System Dynamics Review**, v. 36, n. 3. p. 333-357, jul./set., 2020. Disponível em:
<https://onlinelibrary.wiley.com/doi/abs/10.1002/sdr.1665>. Acesso em: 17 dez. 2020.

PHILIPPI Jr., A.; MALHEIROS, T. F. Saúde ambiental e desenvolvimento. In: PHILIPPI Jr. A.; PELICIONI, M. C. F. **Educação Ambiental e sustentabilidade**. São Paulo: Manole, 2005. p. 59-84. Coleção Ambiental (USP).

PIMENTEL, G. S. R. O Brasil e os desafios da educação e dos educadores na Agenda 2030 da ONU. **Nova Paideia**, Brasília, DF, v. 1, n. 3, p. 22-33, 2019.

PINHEIRO, N. G.; FERREIRA, J. F. C.; FREITAS, J. F. Desafios da Interiorização da Educação Superior no Campus Binacional Oiapoque. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 14, e334111436412, 2022.

RIBEIRO, Darcy. **O Brasil como problema**. São Paulo: Global, 2015.

RICHARDSON, R. J. **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989.

SACHS, D. J. From millennium development goals to sustainable development goals. **Lacent**, v. 379, p. 2.206-2.211, 2012.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. Organização: Paula Yone Stroh. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

SACHS, I. **Desenvolvimento: incluyente, sustentável e sustentado**. Rio de Janeiro: Garamond, 2014.

SACHS, J. D. Achieving the sustainable development goals. **Journal of International Business Ethics**, v. 8, n. 2, p. 53–62, 2015.

SANTOS, B. S. Prefácio. *In*: Santos, B.S.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). **A Universidade no sec. XXI: Para uma universidade nova**. Coimbra: Almedina, 2008.

SEN, A. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2010.

SGUISSARDI, V. As missões da Universidade, entre as quais a extensão universitária ou a terceira missão, em face dos desafios da Mercadização/Mercatilização. **Teoria e Prática da Educação**, v. 22, n. 3, p. 38-56, set./dez. 2019.

SGUISSARDI, V. Mercadização/mercantilização: Desafios para a missão das Instituições de Educação Superior. *In*: FORGES - 6ª Conferência. UNICAMP: Campinas, nov. 2016. **Anais...** Campinas: Universidade de Campinas, 2016.

SILVA, M. V. C.; SOUSA, T. O.; VIANA, S. F. R. O. "Nós propomos": Plataforma Potencial para viabilização da Agenda 2030 no Tocantins, Brasil. **Revista Eletrônica de Humanidades do Curso de Ciências Sociais da UNIFAP**, Macapá, v. 13, n. 4, p. 317-329, jul./dez. 2020.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK, SDSN. **Acelerando a Educação para os ODS nas Universidades: um guia para as Universidades, Faculdades e Instituições de Ensino Superior e Terciárias**. Austrália, Nova Zelândia e Pacífico: SDSN, set. 2020.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK, SDSN. **An action Agenda for sustainable development: report for the UN Secretary-General**, 2014. Disponível em: <https://www.unsdsn.org/>. Acesso em: 17 dez. 2021.

SUSTAINABLE DEVELOPMENT SOLUTIONS NETWORK, SDSN. **Como começar os ODS nas Universidades**: um guia para as universidades, os centros de educação superior e a academia. Austrália, Nova Zelândia e Pacífico: SDSN, 2017.

TAUCHEN, J.; BRANDLI, L. L. A gestão ambiental em instituições de ensino superior: modelo para implantação em campus universitário. **Gestão e Produção**, v. 13, n. 3, p. 503-515, set./dez. 2006.

TEIXEIRA, A.; NUNES, C. **A universidade de ontem e hoje**. Rio de Janeiro: UERJ, 1998.

TOSTES, J. A.; FERREIRA, J. F. C. Avaliação da Sustentabilidade na Amazônia: A mesorregião norte do Amapá. **Revista Brasileira de Gestão e Desenvolvimento Regional**, Taubaté, v. 13, n. 1, p. 198-223, jan./abr. 2017. Disponível em: www.rbgdr.net/revista/index.php/rbgdr/article/view/2735/577. Acesso em: 30 jan. 2022.

TRIGUEIRO, A. **Mundo Sustentável 2**: Novos rumos para um planeta em crise. São Paulo: Globo, 2012.

UI GREENMETRIC. World University Rankings. Classificações gerais 2022. **Universidade da Indonésia**. Campus Baru UI Depok, 2023. Disponível em: <https://greenmetric.ui.ac.id/rankings/overall-rankings-2022>. Acesso em: 25 jan. 2023.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. **Selo ODS Instituições de Ensino Superior**. Brasília, 2021. Disponível em: <https://dides.ufms.br/files/2021/04/Institucional-Selo-ODS-Universidades.pdf>. Acesso em: 17 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Catálogo Institucional 1999/2000**. Macapá, 2000.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Projeto Pedagógico Institucional (PPI)**. Macapá, 2001. Disponível em: <https://depsec.unifap.br/intranet/arquivos/arq4065.pdf>. Acesso em: 16 dez. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Diretrizes para o Trabalho de Conclusão de Curso em nível de Graduação, no âmbito da UNIFAP**. Macapá, 2008a.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Resolução nº 11/2008 – CONSU/UNIFAP**. UNIFAP, 2008b

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2010-2014**. Macapá, 2010. Disponível em: www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-UNIFAP-2010-e-2014.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão da UNIFAP 2006 - 2014**. Macapá, 2014.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2015-2019**. Macapá, 2015. Disponível em: www2.unifap.br/pdi/files/2009/08/PDI-2015-2019-UNIFAP.pdf. Acesso em: 20 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Extensão**, 2017a. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Pesquisa**, 2017b. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf?aba=p-pesquisa. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação (PROPEPG). Departamento de Pesquisa. **Relatório de Pesquisas Institucionalizadas 2005-2016**. Macapá, AP: UNIFAP, 2017c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Pesquisa**, 2018a. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf?aba=p-pesquisa. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Extensão**, 2018b. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão 2018**. Macapá, 2018c. Disponível em: www2.unifap.br/deplan/relatorios-de-gestao/. Acesso em: 16 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Divisão de Currículos e Programas (DCP). **Manual Orientador para Elaboração e Atualização de Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UNIFAP**. Divisão de Currículos e Programas, Versão 3 Revisada, Macapá, 2018d. Disponível em: <https://www2.unifap.br/dcp/files/2015/10/MANUAL-DE-PPC-3%c2%aa-VERS%c3%83O-REVISADA-abril-2018-PDF.pdf>. Acesso em: 20 set. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão 2019**. Macapá, 2019a. Disponível em: www2.unifap.br/deplan/relatorios-de-gestao/. Acesso em: 16 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Extensão**, 2019b. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Pesquisa**, 2019c. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf?aba=p-pesquisa. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Pesquisa**, 2020a. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf?aba=p-pesquisa. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Extensão**, 2020b. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/140xtensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão 2020**. Macapá, 2020c. Disponível em: www2.unifap.br/deplan/relatorios-de-gestao/. Acesso em: 16 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI): 2020-2024**. Macapá, 2020d. Disponível em: www2.unifap.br/pdi/files/2020/01/PDI-2020-2024-Consulta-P%C3%Bablica.pdf. Acesso em: 15 jan. 2021.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Divisão de Capacitação e Educação Profissional (DCEP). **Relatório do Plano Anual de Capacitação 2007-2021a**. Disponível em: <https://www2.unifap.br/drh/desenvolvimento-na-carreira/tecnico-administrativo/plano-anual-de-capacitacao>. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Recursos Humanos (SIGRH), **Resoluções do Conselho Universitário (CONSU) 2005-2021b**. Disponível em: https://sigrh.unifap.br/sigrh/public/colegiados/filtro_busca.jsf. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Divisão de Currículos e Programas (DCP). **Projetos Pedagógicos de Cursos de Graduação da UNIFAP**, Macapá, 2021c.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Relatório de Gestão 2021**. Macapá, 2021d. Disponível em: www2.unifap.br/deplan/relatorios-de-gestao/. Acesso em: 16 out. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Extensão**, 2021e. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/extensao/consulta_extensao.jsf?acao=2&aba=p-extensao. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Pró-Reitoria de Extensão e Assuntos Comunitários (PROEAC). Setor de Arquivo. **Projetos de Extensão Registrados 2005-2016**. Macapá, AP: 2021f.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Projetos de Pesquisa**, 2021g. Disponível em: https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/pesquisa/consulta_projetos.jsf?aba=p-pesquisa. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. Sistema Integrado de Gestão de Atividades Acadêmicas (SIGAA), **Sistemas de Biblioteca**. 2022a. Disponível em: <https://sigaa.unifap.br/sigaa/public/biblioteca/buscaPublicaAcervo.jsf?aba=p-biblioteca>. Acesso em: 01 set. 2022.

UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ. **Repositório da UNIFAP**. 2022b. Disponível em: <http://repositorio.unifap.br/>. Acesso em: 01 set. 2022.

VEIGA, J. E. **Desenvolvimento Sustentável: O desafio do século XXI**. Garamond: Rio de Janeiro, 2005.

VEIGA, J. E. **Sustentabilidade**: A legitimação de um novo valor. 3. ed. São Paulo: SENAC, 2019.

VOLPATO, G. L. O método lógico para redação científica. **Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde**, jan./mar. 2015. DOI: <https://doi.org/10.29397/reciis.v9i1.932>.

VORLEY, T. ; NELLES, J. (Re)conceptualizer l’Université: le développement institutionnel dans le cadre et au-delà de la “Troisième Mission”. **Politiques et gestion de l’enseignement supérieur**, OECD Publishing, Paris, v. 20, n. 3, p. 145-165, 2008. Disponível em : <http://www.cairn.info/revue-politiques-et-gestion-de-l-enseignementsuperieur-2008-3-page-145.htm>. Acesso em: 20 jul. 2022.

WALS, A.E.J. **Beyond Unreasonable Doubt**: education and learning for socio-ecological sustainability in the anthropocene. Wageningen University, set. 2015.

YAMAMOTO, E. USP está entre as dez universidades mais sustentáveis do mundo **Jornal da USP**. São Paulo, 2022. Disponível em: <https://jornal.usp.br/institucional/usp-esta-entre-as-dez-universidades-mais-sustentaveis-do-mundo/>. Acesso em: 01 dez. 2022.

APÊNDICES

APÊNDICE A

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO GESTÃO (RESOLUÇÕES)

Ano	N. ações	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	REITERADAS	Não se aplica	Percentual de Ações/Ano
2005	18	1	0	2	5	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	7	0	1	0	3,54
2006	29	1	0	0	8	0	0	0	5	5	0	0	0	0	0	0	8	1	0	1	5,7
2007	23	0	0	0	12	0	0	0	4	0	1	0	0	0	0	0	5	0	0	1	4,52
2008	32	0	0	0	21	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	4	0	0	2	6,29
2009	17	0	0	0	7	1	0	0	2	1	1	0	0	0	0	0	3	1	1	0	3,34
2010	26	0	0	4	13	0	0	0	1	3	1	0	0	0	0	0	3	0	0	1	5,11
2011	27	0	0	0	9	0	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	2	1	9	0	5,3
2012	13	0	0	0	5	0	0	0	2	1	0	0	0	0	0	0	3	0	2	0	2,55
2013	47	0	0	1	17	0	0	0	2	4	0	0	0	0	0	0	15	1	3	4	9,23
2014	31	0	0	0	20	1	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	6	0	2	0	6,09
2015	40	0	0	0	9	0	0	0	5	1	0	0	0	1	0	0	15	0	5	4	7,86
2016	33	0	0	0	3	0	0	0	1	4	0	0	0	0	0	0	13	0	12	0	6,48
2017	46	0	1	0	9	0	0	0	5	3	0	0	0	0	0	0	16	2	8	2	9,04
2018	37	0	0	0	8	0	0	0	2	6	0	0	0	0	0	0	9	1	11		7,27
2019	36	0	0	0	12	0	0	0	5	3	0	0	0	0	0	0	3	0	11	2	7,07
2020	21	0	0	6	4	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0	4	1	4	0	4,13
2021	33	0	0	2	5	0	0	1	2	1	0	0	0	0	0	0	9	0	13	0	6,48
TOAL DE AÇÕES	509	2	1	15	167	2	0	1	45	40	3	0	0	1	0	0	125	8	82	17	100

APÊNDICE B

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO GESTÃO (CAPACITAÇÕES)

Ano	N. ações	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17		Percentual de Ação/Ano	
2005	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Não houve	0	
2006	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	Não houve	0	
2007	14	0	0	2	0	0	0	0	4	1	0	0	0	0	0	0	0	7	0		4,17
2008	9	0	0	1	0	0	0	0	3	0	1	0	0	0	0	0	0	4	0		2,68
2009	21	0	0	4	1	0	0	0	6	0	0	0	0	0	0	0	0	10	0		6,25
2010	44	0	0	1	8	0	0	0	6	10	1	0	0	1	0	0	0	17	0		13,1
2011	21	0	0	4	0	0	0	0	7	2	0	0	0	0	0	0	0	8	0	Greve	6,25
2012	15	0	0	3	4	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	5	0		4,46
2013	17	0	0	2	2	0	0	0	5	2	1	0	0	0	0	0	0	5	0		5,06
2014	24	0	0	6	1	0	0	0	6	4	1	0	0	0	0	0	0	5	1		7,14
2015	33	0	0	1	2	0	0	0	12	5	2	0	1	1	0	0	0	9	0		9,82
2016	47	0	0	2	3	0	0	0	14	6	1	0	1	0	0	0	0	20	0		13,99
2017	20	0	0	0	3	0	0	0	5	9	1	0	0	0	0	0	0	2	0		5,95
2018	5	0	0	1	0	0	0	0	1	1	1	0	0	0	0	0	0	1	0		1,49
2019	20	0	0	4	0	0	0	0	4	2	0	0	3	0	0	0	0	6	1		5,95
2020	27	0	0	0	8	0	0	0	5	5	0	0	2	0	0	0	0	6	1		8,04
2021	19	0	0	0	5	0	0	0	3	3	1	0	1	0	0	0	0	5	1		5,65
TOAL DE AÇÕES	336	0	0	31	37	0	0	0	82	51	11	0	8	2	0	0	110	4		100	

APÊNDICE C

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO EXTENSÃO (PROJETOS)

Ano	N. ações	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	% de Ações/Ano	OBS
2005	16	0	0	0	8	0	0	0	3	0	0	1	0	1	0	0	3	0	1,7	
2006	27	0	0	0	12	0	0	0	5	0	1	1	0	0	0	0	8	0	2,88	
2007	35	0	0	6	10	0	0	0	3	0	1	7	0	0	0	1	7	0	3,73	
2008	20	0	0	1	9	0	0	0	4	3	0	0	0	0	0	1	2	0	2,13	s/d
2009	8	1	0	0	1	0	0	0	2	1	2	0	0	1	0	0	0	0	0,85	
2010	21	0	0	2	2	1	0	0	5	2	0	1	0	0	0	0	8	0	2,24	
2011	74	1	0	12	18	3	1	0	16	5	0	8	1	4	0	0	5	0	7,88	Greve
2012	61	1	0	3	15	4	0	0	23	2	0	3	0	1	0	1	7	1	6,5	
2013	98	1	0	12	34	5	0	0	26	7	0	4	0	2	0	1	5	1	10,44	
2014	142	2	0	22	37	2	0	1	34	11	1	12	0	0	1	2	13	4	15,12	
2015	36	0	0	6	5	1	0	0	10	5	0	4	0	0	0	1	2	2	3,83	
2016	38	0	0	2	6	1	0	0	15	2	0	6	0	0	0	0	5	1	4,05	
2017	63	0	2	13	8	1	0	0	12	3	4	6	0	1	0	3	10	0	6,71	
2018	80	0	1	21	8	2	0	0	17	1	2	7	0	1	0	2	16	2	8,52	
2019	89	0	1	24	18	2	0	0	15	3	2	6	1	2	0	1	12	2	9,48	
2020	45	0	0	9	6	0	0	0	8	6	3	2	0	0	0	2	9	0	4,79	
2021	86	0	3	20	14	0	0	1	18	2	5	10	1	1	1	1	7	2	9,16	
TOAL DE AÇÕES	939	6	7	153	211	22	1	2	216	53	21	78	3	14	2	16	119	15	100	

APÊNDICE D

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO PESQUISA (PROJETOS)

Ano	N. ações	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	OBS
2005	23	0	0	2	2	0	0	0	0	2	0	1	1	0	2	12	1	0	
2006	50	0	1	1	8	0	0	0	0	10	1	4	2	1	5	13	4	0	
2007	34	0	0	4	5	0	0	0	1	4	0	5	1	1	1	7	5	0	
2008	17	0	0	1	0	0	0	0	0	7	0	3	0	1	2	3	0	0	
2009	47	0	2	6	7	0	2	0	1	3	0	11	1	3	0	5	6	0	
2010	51	0	0	9	7	0	0	0	2	12	0	7	0	1	1	6	6	0	
2011	60	0	1	4	7	0	0	2	2	16	2	8	0	0	5	5	6	2	Greve
2012	74	0	0	12	5	0	1	3	2	20	0	6	0	0	2	10	10	3	
2013	106	0	1	12	16	1	3	0	6	21	2	12	2	3	5	7	11	4	
2014	122	0	2	30	9	1	1	2	10	30	2	4	0	0	6	9	14	2	
2015	55	0	1	6	5	0	1	1	1	11	1	7	1	0	2	6	10	2	
2016	95	0	2	19	14	0	1	1	3	21	0	8	3	0	2	7	12	2	
2017	85	0	2	13	21	1	0	1	3	12	5	11	0	1	0	7	6	2	1 repetido
2018	206	0	5	28	41	3	2	1	9	38	3	28	0	0	5	12	27	4	
2019	100	0	0	25	18	1	1	1	2	17	0	14	2	0	3	5	11	0	
2020	98	0	2	18	18	2	1	2	3	15	0	8	1	1	4	5	16	2	
2021	116	0	2	33	25	1	1	3	5	12	2	8	1	6	0	8	6	3	2 duplicados
TOAL DE AÇÕES	1339	0	21	223	208	10	14	17	50	251	18	145	15	18	45	127	151	26	

APÊNDICE E

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO ENSINO (COMPONENTES CURRICULARES)

Departamento	Nº de Ações	ODS1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	% Ação/Ano
DCBS	337	0	0	43	19	2	0	0	221	27	1	0	3	2	0	11	8	0	15,91
DCET	304	0	0	0	30	0	0	5	184	53	11	7	6	0	0	0	8	0	14,35
DFCH	427	0	4	0	35	0	3	0	244	43	5	7	1	7	1	4	49	24	20,16
DEPLA	294	0	0	0	65	0	0	0	191	27	3	5	0	1	0	0	2	0	13,88
DED	110	0	0	7	43	0	0	0	42	14	4	0	0	0	0	0	0	0	5,19
DMAD	38	0	0	0	0	0	0	0	15	5	1	5	0	3	0	5	4	0	1,79
CSANT	131	0	0	0	52	0	0	0	59	11	6	0	0	0	0	0	3	0	6,19
CBIN	410	0	2	11	98	0	1	0	174	27	8	11	1	7	2	11	54	3	19,36
CMAZ	67	0	12	1	11	0	0	0	30	3	1	0	1	2	0	3	3	0	3,16
Total	2118	0	18	62	353	2	4	5	1160	210	40	35	12	22	3	34	131	27	100

APÊNDICE F

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO ENSINO (TCC)

Departamento	Nº de Ações	ODS1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	% Dep/Ano
DCBS	346	0	0	133	85	4	8	0	1	55	0	0	4	0	12	42	2	0	17,52
DCET	325	0	0	2	102	0	0	13	3	44	148	6	2	0	0	1	4	0	16,46
DFCH	726	1	9	15	128	20	3	1	54	15	10	103	24	1	15	31	254	42	36,76
DEPLA	201	0	0	1	135	3	0	0	3	8	0	9	2	0	0	0	40	0	10,18
DED	150	0	0	7	136	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	4	0	7,59
DMAD	29	0	1	1	0	0	3	0	0	0	0	6	4	2	4	5	3	0	1,47
CSANT	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
CBIN	172	0	1	60	44	2	0	0	16	2	0	25	3	2	1	3	13	0	8,71
CMAZ	26	0	12	2	4	0	0	0	0	0	1	0	3	0	0	2	2	0	1,32
Total	1975	1	23	221	634	29	14	14	78	124	159	151	42	5	32	84	322	42	100

APÊNDICE G

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – EIXO PESQUISA (TESES E DISSERTAÇÕES)

Programa	N. De Trabalhos	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	% PROGRAMA
Ciências Da Saúde	125	0	0	109	1	0	1	0	3	7	0	0	2	0	0	2	0	0	20,73
Desenvolvimento Regional	94	0	5	1	11	0	1	1	8	10	2	12	4	2	3	8	21	5	15,59
Biodiversidad e Tropical	155	0	0	3	0	0	8	0	0	25	0	4	12	3	28	66	6	0	25,7
Ciências Ambientais	35	0	1	0	0	0	4	2	0	8	0	2	3	1	4	8	2	0	5,8
Estudos De Fronteira	27	0	0	1	1	2	0	0	0	1	8	3	2	0	0	0	5	4	4,48
Educação	50	0	0	0	19	5	0	0	11	0	2	0	0	2	0	0	11	0	8,29
Ciências Farmacêuticas	23	0	0	2	0	0	0	0	0	20	0	0	0	0	1	0	0	0	3,81
Propriedade Intelectual	2	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0	2	0	0,33
Letras	5	0	0	0	1	2	0	0	0	0	0	2	0	0	0	0	0	0	0,83
História	6	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	2	0	0	0	0	3	0	1
Geografia	1	0	0	0	0	0	0	0	1	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0,17
Profmat	75	0	0	0	64	0	0	0	1	6	3	0	1	0	0	0	0	0	12,44
Inovação Farmacêutica	5	0	0	0	0	0	0	0	0	5	0	0	0	0	0	0	0	0	0,83
Biodiversidad e E Biotecnologia	0																		0
Total	603	0	6	116	97	9	14	3	25	82	15	25	24	8	36	84	50	9	100

APÊNDICE H

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – ODS DOS QUATRO EIXOS

ODS	TOTAL	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	OBS	% Unidade
Gestão/Capacitação	336	0	0	31	37	0	0	0	82	51	11	0	8	2	0	0	110	4		4,3
Gestão/Resoluções	509	2	1	15	167	2	0	1	45	40	3	0	0	1	0	0	125	8	99 Não class.	6,51
Extensão	939	6	7	153	211	22	1	2	216	53	21	78	3	14	2	16	119	15		12,01
Pesquisa	1339	0	21	223	208	10	14	17	50	251	18	145	15	18	45	127	151	26		17,12
Ensino/Cc	2118	0	18	62	353	2	4	5	1160	210	40	35	12	22	3	34	131	27		27,09
Ensino/Tcc	1975	1	23	221	634	29	14	14	78	124	159	151	42	5	32	84	322	42		25,26
Teses/Dissertações	603	0	6	116	97	9	14	3	25	82	15	25	24	8	36	84	50	9		7,71
Total	7819	9	76	821	1707	74	47	42	1656	811	267	434	104	70	118	345	1008	131		100

APÊNDICE I

QUADRO RESUMO DE COLETA DE DADOS – TOTAL DE AÇÕES POR EIXO

ODS	TOTAL	ODS 1	ODS 2	ODS 3	ODS 4	ODS 5	ODS 6	ODS 7	ODS 8	ODS 9	ODS 10	ODS 11	ODS 12	ODS 13	ODS 14	ODS 15	ODS 16	ODS 17	OBS
Gestão/Capacitação	336	0	0	31	37	0	0	0	82	51	11	0	8	2	0	0	110	4	
Gestão/Resoluções	509	2	1	15	167	2	0	1	45	40	3	0	0	1	0	0	125	8	99 Não class.
Eixo Gestão	845	2	1	46	204	2	0	1	127	91	14	0	8	3	0	0	235	12	746 Classificados
Total %	746	0,27	0,13	6,17	27,35	0,27	0	0,13	17,02	12,2	1,88	0	1,07	0,4	0	0	31,5	1,61	
Extensão	939	6	7	153	211	22	1	2	216	53	21	78	3	14	2	16	119	15	
Eixo Extensão	939	6	7	153	211	22	1	2	216	53	21	78	3	14	2	16	119	15	
Total %	%	0,64	0,75	16,29	22,47	2,34	0,11	0,21	23	5,64	2,24	8,31	0,32	1,49	0,21	1,7	12,67	1,6	
Pesquisa	1339	0	21	223	208	10	14	17	50	251	18	145	15	18	45	127	151	26	
Teses/Dissertações	603	0	6	116	97	9	14	3	25	82	15	25	24	8	36	84	50	9	
Eixo Pesquisa	1942	0	27	339	305	19	28	20	75	333	33	170	39	26	81	211	201	35	
Total %	%	0	1,39	17,46	15,71	0,98	1,44	1,03	3,86	17,15	1,7	8,75	2,01	1,34	4,17	10,87	10,35	1,8	
Ensino/CC	2118	0	18	62	353	2	4	5	1160	210	40	35	12	22	3	34	131	27	
Ensino/TCC	1975	1	23	221	634	29	14	14	78	124	159	151	42	5	32	84	322	42	
Eixo Ensino	4093	1	41	283	987	31	18	19	1238	334	199	186	54	27	35	118	453	69	
Total %	%	0,02	1	6,91	24,11	0,76	0,44	0,46	30,25	8,16	4,86	4,54	1,32	0,66	0,86	2,88	11,07	1,69	
TOTAL	7720	9	76	821	1707	74	47	42	1656	811	267	434	104	70	118	345	1008	131	
	%	0,12	0,98	10,63	22,11	0,96	0,61	0,54	21,45	10,51	3,46	5,62	1,35	0,91	1,53	4,47	13,06	1,7	

ANEXOS

ANEXO A

QUADRO DE PALAVRAS-CHAVE POR ODS

Metas	Palavras-Chave
1.1 e 1.2	Pobreza
	Extrema pobreza
	Miséria
1.3	Seguridade Social
	Previdência Social
	Transferências de Renda
	Proteção Social
	Assistência Social
	Seguro Desemprego
	Programa Bolsa Família
	Benefício de Prestação Continuada
Trabalho Formal	
1.4	Esgotamento sanitário
	Regularização fundiária
1.5	Mudanças climáticas
	desastres naturais
	desastres econômicos
	Desastres sociais
	Desastres ambientais
Vulnerabilidade	
1.a	Gasto social
	Fontes de financiamento
1.b	Institucionalização de políticas públicas

Metas	Palavras-chave
2.1	Fome
	Situação vulnerável
	Alimento seguro
2.2	Má-nutrição
	Desnutrição
	Sobrepeso
	Segurança alimentar
2.3	Produtividade agrícola
	Comunidades tradicionais
	Territórios tradicionalmente ocupados
2.4	Sistema sustentável de produção
	Resiliência
2.5	Ecosistema
	Diversidade genética
	Semente crioula
	Recurso genético
2.a	Conhecimento tradicional
	Investimento público
	Assistência técnica
2.b	Extensão rural
	Mercado agrícola
	Distorção de mercado
2.c	Rodada de Doha
	Mercado de alimentos
	Estoques de alimentos
	Volatilidade de preços

Metas	Palavras-Chave
3.1	Mortalidade materna; parto; pré-natal; rede cegonha
3.2	Mortalidade na infância; mortalidade infantil; mortalidade neonatal; aleitamento materno; UTI neonatal
3.3	Doença transmissível; epidemia; AIDS; tuberculose; malária; hepatite viral; hepatite B; sífilis congênita; doenças tropicais negligenciadas; arboviroses; dengue; chikungunya; zika; microcefalia; aedes aegypti
3.4	Doenças crônicas não transmissíveis (DCNT); doenças crônicas; hipertensão; diabetes; asma; doença respiratória crônica; saúde mental; saúde do trabalhador; suicídio
3.5	Drogas; bebida alcoólica; alcoolismo; cocaína; crack
3.6	acidentes de trânsito; morte por acidente de trânsito; lesão por acidente de trânsito; Lei Seca; embriaguez ao volante; bafômetro; DPVAT
3.7	Saúde sexual; planejamento reprodutivo; métodos anticoncepcionais; métodos contraceptivos
3.8	Sistema Único de Saúde; SUS; direito à saúde; saúde pública; cobertura universal; medicamentos; vacinas; vacinação; assistência à saúde; cirurgia eletiva
3.9	Produtos químicos perigosos; contaminação; poluição do ar; poluição da água; poluição do solo; agrotóxico; intoxicação; pesticida
3.a	Tabaco; cigarro; controle do tabaco; fumo; tabagismo; fumante; fumo passivo; doença respiratória crônica; enfisema; câncer de pulmão
3.b	Pesquisa e desenvolvimento; programa nacional de vacinação; imunização; tecnologias e inovações em saúde; medicamentos; vacinas
3.c	Financiamento do SUS; formação de pessoal da saúde; Programa Mais Médicos; médico; enfermeiro; dentista; farmacêutico
3.d	Emergência em saúde; redução de riscos em saúde; vigilância em saúde

Metas	Palavras-chave
4.1	Evasão escolar
	Absenteísmo de professor
	Merenda escolar
4.2	Malversação do dinheiro público
	Oferta e vagas em creches
4.5	Assédio moral (Bullying)
	Homofobia na escola
	Racismo na escola
	Cumprimento de quotas sociais
	Acesso ao ensino de minorias e grupos vulneráveis
	Abertura de escola quilombola/ indígena
	Acompanhamento de grupos vulneráveis
Reconhecimento das necessidades especiais	
4.a	Obras escolares
	Infraestrutura escolar
	Falta de Insumos escolares
4.c	Cumprimento do piso salarial
	Condições de trabalho de professores/diretores
	Processos contra a atuação de professores/diretores

Metas	Palavras-chave
5.1	Discriminação de gênero
	Transexual/ transexualidade/transexualizador
	Orientação sexual
	Identidade de gênero
5.2	Nome social
	Violência doméstica
	Feminicídio
	Violência sexual
5.3	Estupro
	Violência de gênero
5.4	Casamento precoce
	Casamento infantil
5.5	Creche
	Transporte escolar
5.6	Cota eleitoral
	Saúde sexual
	Saúde reprodutiva
	Direitos sexuais
	Direitos reprodutivos
	Aborto
	Pré-natal
5.a	Mortalidade materna
	HIV/ Aids
5.b1, 5.b2, 5.b3	Titularidade de unidade habitacional do programa Minha Casa, Minha Vida
5.c	Não se aplica
	Orçamento de gênero
	Políticas para as mulheres

Metas	Palavras-chave
6.1	Água segura; acesso universal; equitativo; consumo humano.
6.2	Acesso ao saneamento; higiene adequada; defecação a céu aberto; atenção às mulheres; atenção às meninas; pessoas em vulnerabilidade.
6.3	Qualidade da água dos corpos hídricos; poluição; despejos; lançamento de materiais; substâncias perigosas; efluentes não tratados; reciclo; reuso seguro; localmente.
6.4	Eficiência do uso da água; todos os setores; retiradas sustentáveis; abastecimento de água; pessoas que sofrem; escassez.
6.5	integrada; recursos hídricos; todos os níveis Gestão governo; cooperação transfronteiriça.
6.6	Proteger; restaurar; ecossistemas; água; montanhas; florestas; zonas úmidas; rios; aquíferos e lagos.
6.a	Cooperação internacional; desenvolvimento de capacidades; países em desenvolvimento; atividades e programas; água; saneamento; gestão de recursos hídricos; coleta de água; dessalinização; eficiência no uso da água; tratamento de efluentes; reciclagem; tecnologias de reuso.
6.b	Participação; apoiar; fortalecer; comunidades locais; controle social; gestão da água; gestão do saneamento.

Metas	Palavras-Chave
Todas as Metas	Energias renováveis
	Energia limpa
	Energia sustentável
	Energia eólica
	Energia solar
	Energia solar fotovoltaica
	Energia da biomassa – Bioenergia
	Energia hidráulica
	Biocombustíveis
	Biotecnologia
	Biodiesel
	Etanol
	Renovabio
	Sustentabilidade ambiental
	Eficiência energética
	Geração Distribuída
	Micro e minigeração distribuídas
	Emissões de gases de efeito estufa
Combustíveis fósseis	

Metas	Palavras-Chave
8.1	Crescimento econômico
8.2	Produtividade
	diversificação produtiva
8.3	agregação de valor,
	modernização tecnológica,
8.4	inovação,
	gestão,
8.5	qualificação do trabalhador
	geração de trabalho digno;
8.6	formalização;
	micro, pequenas e médias empresas;
8.7	empreendedorismo
	Consumo eficiente
8.8	degradação ambiental
	Plano de Ação para Produção e Consumo Sustentáveis
8.9	desemprego
	subutilização da força de trabalho,
8.10	igualdade de remuneração
	Jovens ocupados
8.a	Jovens estudando
	Jovens em formação profissional
8.b	trabalho escravo,
	tráfico de pessoas,
8.c	trabalho infantil
	descumprimento da legislação trabalhista,
8.d	trabalho sem registro,
	normas de saúde e segurança no trabalho
8.e	turismo sustentável
	turismo responsável,
8.f	turismo acessível a todos;
	Serviços bancários e financeiros
8.g	Não se aplica
	plano nacional de promoção de trabalho digno para juventude,
8.h	Pacto Mundial para o Emprego

Metas	Palavras-Chave
9.1	Transporte
	Consórcio viário
	Rodovia
	Ferrovia
	Hidrovia
	Portos
	Aeroporto
	Barcas
9.2	Tarifa de transporte
	Reajuste salarial – indústria e serviços
	Negociação coletiva – indústria e serviços
	Manutenção de emprego – indústria e serviços
	Exportação
9.3	Importação
	Pequena empresa
	Média empresa
	Crédito - pequenas e médias empresas
	Recuperação de crédito – pequenas e médias empresas
	Recuperação judicial – pequenas e médias empresas
	Falência – pequenas e médias empresas
	Exportação – pequenas e médias empresas
Importação – pequenas e médias empresas	
9.4	Crédito de carbono
	Ambiental
	Impacto ambiental
	Acordo sobre meio-ambiente
	Recuperação de área degradada

Metas	Palavras-Chave
9.5	Pesquisa e desenvolvimento
	Propriedade intelectual
	Propriedade industrial
9.a	Patente Inovação
	Inovador
	Apoio internacional
	Transferência de recursos para o exterior
9.b	Cooperação internacional
	Desenvolvimento tecnológico
	Pesquisa
	Inovação
	Propriedade intelectual
9.c	Propriedade industrial
	Patente
	Tecnologia de informação e comunicação
	Internet
	Provedor de internet
	Tarifa de internet
	Banda larga
	Acesso à internet
Proteção de dados	
Privacidade	
	Neutralidade da rede
	Franquia de dados

Metas	Palavras-Chaves
10.1	distribuição de renda
	desigualdade de renda
10.2	inclusão social
	empoderamento
	desigualdades sócio-econômicas
	participação política
10.3	Discriminação
	igualdade de oportunidades
	desigualdades sócio-econômicas
	políticas discriminatórias
10.4	práticas discriminatórias
	desigualdade de renda
	políticas fiscais, salariais e tributárias
10.5	proteção social
	regulação financeira
	instituições financeiras globais
10.6	regulação mercados financeiros
	instituições econômicas globais
10.7	instituições financeiras globais
	migração
	políticas migratórias

Metas	Palavras-chave
11.1	Moradia digna
11.2	Segurança viária
	Transporte coletivo de massa
11.3	Transporte ativo
	Planejamento integrado
11.4	Gestão participativa
	Urbanização sustentável
11.5	Patrimônio cultural
	Patrimônio natural
11.6	Desastres naturais
	Áreas de risco
11.7	qualidade do ar
	Cobertura de serviços de saneamento ambiental
11.a	Gestão de resíduos sólidos
	Acesso universal ou desenho universal
11.b	Espaços públicos verdes
	Cooperação interfederativa
11.c	Mitigação à mudança do clima
	Adaptação à mudança do clima
11.c	Resiliência a desastres
	Marco de Sendai
11.c	construções sustentáveis

Metas	Palavras-chave
Todas as Metas	Produção sustentável
	Consumo sustentável
	Pegada ecológica
	Pegada hídrica
	Pegada de carbono
	Ecoeficiência
	Compras públicas sustentáveis
	Responsabilidade socioambiental empresarial
	Economia de baixo carbono
	Análise de ciclo de vida
	Inovação ambiental
	Patentes verdes
	Patentes ambientais
	Conservação de recursos naturais
	Uso racional de recursos naturais
	Economia circular
	Capital natural
	Desperdício de alimentos
	Gestão de produtos químicos
	Segurança Química
	Consumo consciente
	Consumo racional
	Reaproveitamento de recursos
	Reuso de recursos
	Coleta seletiva
	Reciclagem de produtos
	Reuso de produtos
Reciclagem de embalagens	
Reuso de embalagens	

Metas	Palavras-Chave
13.1	Desastres
	Riscos
	Impactos
	Risiliência
	Capacidade adaptativa
13.2	Mudanças climáticas
	Políticas públicas
	Gases de efeito estufa
	Aquecimento global
13.3	Educação ambiental
	Conscientização humana e institucional
	Mitigação
	Alerta precoce
13.b	Cooperação
	Planejamento
	Gestão

Metas	Palavras-Chave
14.1	· poluição marinha
	· qualidade da água do mar
14.2	· erosão da linha de costa
	· erosão da/de praia
14.3	acidificação da água do mar
14.4	· pesca marinha ilegal
14.5	· delitos associados a unidades de conservação marinhas (pesca ilegal, invasão, infração ambiental, conflitos)
14.6	· seguro defeso ilegal na pesca marinha
	· ilegalidade no acesso a subvenção ao óleo diesel para embarcações pesqueiras marinhas
14.7	Não se aplica
14.a	Não se aplica
14.b	conflitos por acesso a recursos pesqueiros marinhos
14.c	Não se aplica

Metas	Palavras-chaves
15.1.1br	Unidade de conservação, área protegida, Área de Preservação Permanente, APP, Reserva Legal, terra indígena, Amazônia, Cerrado, Pantanal, Mata Atlântica, Pampa, Caatinga, bioma, reserva marinha, zona costeira, biodiversidade, serviços ecossistêmicos, bioma terrestre
15.1.2br	ecossistemas aquáticos, biodiversidade, pesca ilegal, sobre pesca, peixe ameaçado de extinção, águas continentais
15.2	Desmatamento ilegal, concessão florestal, manejo florestal, vegetação degradada, floresta degradada, floresta plantada, desmatamento Amazônia legal
15.3	desertificação, solo degradado, degradação do solo
15.4	ecossistema de montanha, biodiversidade, cobertura verde de montanha
15.5.1br	perda de habitats naturais, degradação de ecossistemas, fragmentação de ecossistemas, fragmentação de habitat
15.5.2br	risco de extinção de espécie, espécie ameaçada de extinção, conservação de espécie ameaçada
15.5.3br	diversidade genética de microrganismos, diversidade genética de plantas, espécie de valor socioeconômico, espécie de valor cultural, perda de variabilidade genética
15.6.1br	repartição de benefícios, uso de recursos genéticos, conhecimentos tradicionais, acesso a recursos genéticos, patrimônio genético
15.6.2br	conhecimentos tradicionais, povos indígenas, agricultores familiares, comunidades tradicionais, uso da biodiversidade, utilização de recursos biológicos
15.7	caça, pesca ilegal, tráfico de espécies, flora, fauna, espécies protegidas, espécies ameaçadas, recursos pesqueiros, águas continentais, produtos da vida silvestre
15.8	introdução de espécies, espécie exótica invasora
15.9	biodiversidade, geodiversidade, sociodiversidade, contas nacionais, contas verdes, contas ambientais, Convenção sobre Diversidade Biológica, CDB, Metas de Aichi
15.a	recursos financeiros para conservação, compensação ambiental, recursos para a biodiversidade, uso sustentável da biodiversidade, uso de ecossistemas
15.b	manejo florestal sustentável, conservação da biodiversidade, reflorestamento
15.c	caça, pesca ilegal, espécie protegida, comunidades locais, subsistência sustentável, pescadores artesanais, animal silvestre

Metas	Palavras-Chave
16	Sociedades pacíficas
	Sociedades inclusivas
	Desenvolvimento sustentável
	Acesso à Justiça
	Paz
	Justiça
	Instituições Eficazes
	Instituições Responsáveis
	Instituições Inclusivas
	16.1
Mortalidade	
Homicídio doloso	
Feminicídio	
Roubo seguido de morte	
Lesão corporal seguida de morte	
Lesão corporal- violência doméstica	
Estupro	
Ameaça – violência doméstica	
Mortes a esclarecer	
16.1	Lesão corporal de natureza grave
	Importunação sexual
	Assédio sexual
	Corrupção de menores
	Roubo
	Violência física
	Violência psicológica
	Violência sexual
	Mortes de policiais
	Mortes por intervenção policial
16.1	Discriminação
	Racismo
	Porte ilegal de arma de fogo
	Posse ilegal de arma de fogo
	Desaparecidos

Metas	Palavras-Chave
16.5	Corrupção
	Suborno
16.6	Sonegação fiscal
	Instituições públicas eficazes
	Instituições públicas responsáveis
	Instituições públicas transparentes
	Transparência
16.7	Accountability
	Efetividade
	Decisão estatal responsiva
	Decisão estatal inclusiva
	Decisão estatal participativa
	Decisão estatal representativa
	Participação (proporção de cargos) de mulheres nas instituições públicas
	Participação de negros nas instituições públicas
	Participação de indígenas nas instituições públicas
	Participação de pessoas com deficiências nas instituições públicas
16.8	Participação de LGBTQs nas instituições públicas
	Conselhos de políticas públicas
16.9	Conferências nacionais de política pública
	Representação não-governamental em conselhos
16.10	Instituições de governança global
	Identidade civil
16.10	Sub-registro de nascimento
	Nome social
16.10	Acesso público à informação
	Liberdades fundamentais
16.10	Assassinatos, sequestros, desaparecimentos forçados, detenções arbitrárias e tortura de jornalistas, pessoal de mídia associado, sindicalistas e defensores dos direitos humanos
	Lei de acesso à informação

Metas	Palavras-Chave
16.2	Abuso de crianças e adolescentes
	Exploração de crianças e adolescentes
	Tráfico humano de crianças e adolescentes
	Tortura contra crianças e adolescentes
	Agressão física contra crianças e adolescentes
	Agressão psicológica contra crianças e adolescentes
	Violência sexual de crianças e adolescentes
	Negligência e abandono
	Violência física
	Violência psicológica
16.3	Violência sexual
	Tráfico de pessoas
	Violência Letal
	Afastamento do convívio familiar
	Privação de liberdade sem o devido processo legal ou por tipos de delitos que não justifiquem a medida socioeducativa em meio fechado
	Trabalho Infantil
	Sub Registro de Nascimento
	Medidas socioeducativas
	Crianças e adolescentes desaparecidos
	Estado de direito
16.3	Acesso à justiça
	Mediação/resolução de conflitos
	Presos provisórios
	Superlotação dos presídios
	Sistema Nacional de Prevenção e Combate à Tortura
16.4	Violência policial
	Armas ilegais
	Recuperação de recursos roubados
	Crime organizado
16.4	Fluxos financeiros ilícitos

Metas	Palavras-Chave
16.a	Prevenção da violência
	Terrorismo
	Crime
	Violação de direitos humanos
	Ouvidorias de polícia
	Conselhos de Direitos Humanos
	Conselhos de Direitos da Mulher
	Conselhos de Promoção de Igualdade Racial
	Conselhos de Direitos do Idoso
	Conselhos dos Direitos de pessoa com deficiência
16.b	Conselhos dos Direitos das Crianças e Adolescentes
	Conselhos dos Direitos dos LGBTQs
	Defensorias públicas
	Lei e políticas não-discriminatórias
	Discriminação
	Políticas afirmativas
	Acesso de negros e indígenas ao ensino superior
	Escolarização líquida de negros e indígenas
	Negros e indígenas ocupados
	Negros e indígenas eleitos
Terras e reservas indígenas	
16.b	Comunidades quilombolas certificadas
	Terras quilombolas e de outros povos tradicionais tituladas
	Uso do nome social

Metas	Palavras-chave
17.1	Arrecadação de Impostos
17.2	Acordo Internacional Cooperação Internacional
17.3	Investimento Estrangeiro
17.4	Dívida Externa
17.5	Promoção de Investimentos Cooperação Sul-Sul Cooperação Triangular Cooperação Trilateral Acesso à Ciência
17.6	Acesso à Tecnologia Acesso à Inovação Transferência de Tecnologia Cooperação Técnica Compartilhamento de Conhecimento Acordo Internacional
17.7	Cooperação Internacional Cooperação Técnica Capacitação Internacional
17.8	Acesso à Ciência Acesso à Tecnologia Acesso à Inovação Transferência de Tecnologia
17.9	Cooperação Sul-Sul Cooperação Triangular Cooperação Trilateral Financiamento ao Desenvolvimento Financiamento ao Desenvolvimento Sustentável

Metas	Palavras-chave
17.10	Comércio Internacional Comércio Exterior Tarifas Internacionais Tarifas do Comércio Internacional Tarifas do Comércio Exterior Organização Mundial do Comércio OMC Sistema Multilateral de Comércio Doha
17.11	Comércio Internacional Comércio Exterior Exportações Importações Acordo Comercial Organização Mundial do Comércio OMC
17.12	Regras de Origem Tarifas Internacionais Tarifas do Comércio Internacional Tarifas do Comércio Exterior
17.13	Macroeconomia Internacional Políticas Públicas
17.14	Desenvolvimento Sustentável Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável Políticas Públicas Erradicação da Pobreza
17.15	Desenvolvimento Sustentável Políticas Públicas para o Desenvolvimento Sustentável Políticas Públicas para Erradicação da Pobreza

Metas	Palavras-chave
17.16	Parcerias Multissetoriais Compartilhamento de Conhecimento Parcerias Públicas Parcerias Público-Privadas PPP
17.17	Parcerias com a Sociedade Civil Organizações da Sociedade Civil Organizações Não Governamentais Mobilização de Recursos Registros Administrativos Estatísticas Administrativas Estatísticas Oficiais
17.18	Integração de Dados Desagregação de Dados Acesso à Informação Segurança da Informação Censo Censo 2020 Sistema Estatístico Nacional
17.19	Censo Censo 2020 Sistema Estatístico Nacional Registro de Nascimento Registro de Óbito

ANEXO B

UI GREEN METRIC - CLASSIFICAÇÕES GERAIS 2022

Class. 2022	Universidade	País	Pontuação Total	Configuração e Infraestrutura	Energia e Mudanças Climáticas	Desperdício	Água	Transporte	Educação e Pesquisa
1	Universidade e Pesquisa de Wageningen	Holanda	9300	1325	1825	1800	1000	1600	1750
2	Universidade Nottingham Trent	Reino Unido	9175	1300	1975	1800	850	1500	1750
3	Universidade de Nottingham	Reino Unido	9175	1375	1700	1800	1000	1650	1650
4	Universidade de Groningen	Holanda	9160	1325	1635	1800	1000	1750	1650
5	Universidade da Califórnia, Davis	EUA	9150	1375	1775	1800	1000	1450	1750
6	Umwelt-Campus Birkenfeld (Universidade de Ciências Aplicadas de Trier)	Alemanha	9125	1175	1975	1575	950	1700	1750
7	University College Cork	Irlanda	9075	1250	1800	1725	1000	1600	1700
8	Universidade de Connecticut	EUA	9075	1400	1550	1725	1000	1650	1750
9	Universidade de Bremen	Alemanha	9050	1300	1775	1650	900	1700	1725
10	Universidade de São Paulo USP	Brasil	9050	1400	1600	1725	950	1700	1675
11	Universidade de Bolonha	Itália	9050	1325	1550	1725	900	1800	1750
12	Universidade de Leiden	Holanda	9025	925	1950	1800	1000	1750	1600
13	Universidade do Sul da Dinamarca	Dinamarca	9025	1100	1825	1800	1000	1600	1700
14	Universidade da Cidade de Dublin	Irlanda	9005	1130	1875	1800	1000	1500	1700
15	Universidade Autônoma de Nuevo León	México	8975	1375	1625	1725	850	1650	1750
16	Universidade de Sherbrooke	Canadá	8965	1225	1765	1725	1000	1525	1725
17	Universidade de Ciências Aplicadas de Hame	Finlândia	8950	1325	1700	1725	1000	1525	1675
18	Leuphana Universität Luneburg	Alemanha	8900	1075	1875	1725	850	1650	1725
19	Universidade Luiss	Itália	8875	1175	1925	1575	850	1650	1700
20	Politecnico di Torino	Itália	8875	800	1775	1800	1000	1700	1800
21	Universidade de Pécs	Hungria	8830	1230	1675	1725	900	1600	1700
22	Università degli Studi di Torino	Itália	8825	1175	1825	1575	900	1550	1800
23	Universidade de Limerick	Irlanda	8825	1300	1725	1650	900	1550	1700
24	Universitas Indonésia	Indonésia	8800	1175	1875	1575	950	1425	1800
25	Universiti Putra Malaysia	Malásia	8800	1275	1700	1575	850	1625	1775
26	Universidade RUDN	Rússia	8785	1275	1610	1800	850	1650	1600

27	Universidade Nacional de Ciência e Tecnologia de Pingtung	Taipei Chinês	8775	1400	1575	1575	900	1600	1725
28	Universidad del Rosario	Colômbia	8760	1135	1750	1725	900	1675	1575
29	Universitas Diponegoro	Indonésia	8750	1150	1725	1500	900	1675	1800
30	Universita degli Studi dell'Aquila	Itália	8750	1250	1650	1725	850	1500	1775
31	Universidade Complutense de Madrid	Espanha	8725	1100	1900	1800	1000	1500	1425
32	Universidade de Alcalá	Espanha	8700	1225	2025	1575	850	1475	1550
33	Instituto de Tecnologia Weifang	China	8700	1375	1850	1650	800	1600	1425
34	Universitas Gadjah Mada	Indonésia	8700	1300	1725	1425	850	1600	1800
35	Universidade IPB	Indonésia	8685	1350	1460	1575	900	1625	1775
36	Universidade de Warwick	Reino Unido	8675	1200	1700	1650	750	1625	1750
37	Universidade Federal de Lavras - UFLA	Brasil	8675	1400	1650	1500	950	1375	1800
38	Universidade Rei Abdulaziz	Arábia Saudita	8660	1375	1635	1650	900	1425	1675
39	Universidade da Finlândia Oriental	Finlândia	8650	925	1850	1800	1000	1400	1675
40	Universidade de Kasetsart	tailândia	8650	1175	1675	1575	900	1600	1725
41	Institut Teknologi Sepuluh Noverbro	Indonésia	8650	1325	1600	1575	900	1450	1800
42	Universitas Negeri Semarang	Indonésia	8625	1250	1775	1500	900	1500	1700
43	Universitas Sebelas Maret	Indonésia	8625	1175	1725	1650	850	1425	1800
44	Universidade Nacional de Chi Nan	Taipei Chinês	8600	1400	1625	1575	850	1525	1625
45	Universidade Tcheca de Ciências da Vida em Praga	República Checa	8600	1100	1600	1725	950	1450	1775
46	Universidade Mahidol	tailândia	8585	1160	1600	1575	950	1675	1625
47	Universidade Técnica de Istambul	Peru	8585	1275	1535	1575	900	1575	1725
48	Universidade Autônoma de Occidente	Colômbia	8575	1175	1675	1800	1000	1300	1625
49	Universidade de Carleton	Canadá	8575	1075	1625	1800	1000	1500	1575
50	Universiti Malaya	Malásia	8560	1350	1235	1800	1000	1425	1750
51	Universidade Autônoma de Barcelona	Espanha	8550	1100	1900	1725	850	1425	1550
52	Universidade de Lincoln	Nova Zelândia	8550	1325	1425	1575	800	1700	1725
53	Universiti Malaysia Sabah (UMS)	Malásia	8535	1010	1825	1575	950	1525	1650
54	Universidade Nacional Chin-Yi de Tecnologia	Taipei Chinês	8525	1125	1650	1800	1000	1300	1650
55	Universidade Técnica de Riga	Letônia	8500	1000	1700	1575	900	1700	1625
56	Universidade de Santander	Colômbia	8500	1350	1700	1350	850	1650	1600
57	Universidade Aplicada de Al-Balqa	Jordânia	8475	1250	1850	1350	800	1600	1625
58	Benemérita Universidad Autónoma de Puebla	México	8450	1050	1775	1725	1000	1350	1550
59	Universidade Nacional de Ciência e Tecnologia de Yunlin	Taipei Chinês	8450	1225	1550	1500	850	1575	1750
60	Universidade Nacional da Colômbia	Colômbia	8450	1150	1550	1725	1000	1525	1500
61	Universitas Islam Negeri Raden Intan Lampung	Indonésia	8375	1150	1875	1425	900	1475	1550

62	Universidade Tecnológica de Pereira	Colômbia	8375	1100	1850	1575	950	1400	1500
63	Universidade de Tecnologia do Rei Mongkut Thonburi	tailândia	8375	1250	1675	1425	650	1700	1675
64	Universidade de Tecnologia de Chaoyang	Taipei Chinês	8375	1225	1650	1500	850	1475	1675
65	Da-Yeh University	Taipei Chinês	8375	1250	1600	1425	950	1475	1675
66	Universidade da Califórnia San Diego	EUA	8375	1175	1575	1500	950	1550	1625
67	Universidade Nacional de Taitung	Taipei Chinês	8375	1300	1550	1500	900	1550	1575
68	Universidade de Tecnologia de Suranaree	tailândia	8375	1325	1425	1650	850	1525	1600
69	Universidade de Antioquia	Colômbia	8350	1175	1700	1425	900	1350	1800
70	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Sul de Minas Gerais	Brasil	8350	1225	1575	1650	900	1425	1575
71	Universidade Internacional de Chipre	Peru	8350	1250	1575	1425	1000	1450	1650
72	Universidade Nanhua Taiwan	Taipei Chinês	8335	1200	1310	1800	900	1525	1600
73	Universidade de Szeged	Hungria	8330	1330	1475	1650	850	1550	1475
74	Universidade de Campinas	Brasil	8325	1025	1475	1650	900	1600	1675
75	Universidade de Caldas	Colômbia	8310	1085	1500	1725	900	1450	1650
76	Universidade de Granada	Espanha	8300	975	1825	1500	850	1600	1550
77	Universidade de Telkom	Indonésia	8300	975	1700	1425	900	1525	1775
78	Universidade Federal da Sibéria	Rússia	8300	1275	1650	1350	850	1625	1550
79	Universidade Nacional Autônoma do México	México	8300	1200	1375	1650	900	1450	1725
80	Universidade de Shinshu	Japão	8285	1160	1450	1725	700	1550	1700
81	Universidade de Sharjah	Emirados Árabes Unidos	8285	1400	1385	1650	1000	1175	1675
82	Universidade Pontifícia Bolivariana	Colômbia	8275	1400	1725	1575	750	1550	1275
83	Universidade de Airlangga	Indonésia	8275	1275	1525	1350	800	1575	1750
84	Fundação Universidad del Norte Barranquilla	Colômbia	8275	1175	1475	1725	1000	1325	1575
85	Politecnico Di Milano	Itália	8265	800	1365	1800	950	1650	1700
86	Universidade de Ercives	Peru	8260	1325	1535	1425	800	1600	1575
87	Universidade Nacional de Cheng Kung	Taipei Chinês	8255	1205	1675	1500	700	1600	1575
88	Universidade Autônoma de Yucatán	México	8250	1500	1825	1425	850	1150	1500
89	Universidade El Bosque	Colômbia	8250	1100	1750	1425	950	1500	1525
90	Universidade da Corunha	Espanha	8250	1075	1600	1725	900	1250	1700
91	Universidade Tunku Abdul Rahman	Malásia	8250	1250	1550	1500	1000	1200	1750
92	Universitas Padjadjaran	Indonésia	8235	1175	1535	1575	750	1525	1675
93	Universidad de los Andes Colômbia	Colômbia	8235	1150	1500	1650	850	1410	1675
94	Universidade Ozyegin	Peru	8225	1000	1675	1500	800	1500	1750
95	Universidade Técnica de Yildiz	Peru	8225	1175	1625	1350	900	1625	1550

96	Universidade do Minho	Portugal	8225	1125	1525	1800	800	1300	1675
97	Educação geral	França	8220	660	1750	1800	850	1510	1650
98	Universidade Cristã Chang Jung	Taipei Chinês	8210	1050	1385	1650	850	1550	1725
99	Università Degli Studi Gabriele D'Annunzio Chieti e Pescara	Itália	8210	1150	1260	1800	800	1500	1700
100	Universitas Islam Indonésia	Indonésia	8200	1150	1550	1500	950	1475	1575